

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES
E ECOLOGIA SOCIAL

NÉLIO MARIANO CÂNDIDO

OS EFEITOS DO PROCESSO DE DESLOCAMENTO FORÇADO RESULTANTE DA
EXPLORAÇÃO DE MINERAÇÃO NO DISTRITO DE CHIBUTO, PROVÍNCIA DE GAZA,
MOÇAMBIQUE

RIO DE JANEIRO

2023

NÉLIO MARIANO CÂNDIDO

OS EFEITOS DO PROCESSO DE DESLOCAMENTO FORÇADO RESULTANTE DA
EXPLORAÇÃO DE MINERAÇÃO NO DISTRITO DE CHIBUTO, PROVÍNCIA DE GAZA,
MOÇAMBIQUE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social- (Programa EICOS) – Linha 1 – Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade, do Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como Parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof. Dr^a Samira Lima
Costa

RIO DE JANEIRO

2024

C419 CÂNDIDO, NÉLIO MARIANO
OS EFEITOS DO PROCESSO DE DESLOCAMENTO FORÇADO
RESULTANTE DA EXPLORAÇÃO DE MINERAÇÃO NO DISTRITO
DE CHIBUTO, PROVÍNCIA DE GAZA, MOÇAMBIQUE / NÉLIO
MARIANO CÂNDIDO. -- Rio de Janeiro, 2024.
156 f.

Orientador: SAMIRA LIMA DA COSTA.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

1. Sustentabilidade. 2. transformação social. 3.
reassentamento. 4. psicossociologia. 5. ecologia
social. I. COSTA, SAMIRA LIMA DA, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

OS EFEITOS DO PROCESSO DE DESLOCAMENTO FORÇADO RESULTANTE DA EXPLORAÇÃO DE MINERAÇÃO NO DISTRITO DE CHIBUTO, PROVÍNCIA DE GAZA, MOÇAMBIQUE

Tese submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 25 de Janeiro de 2024

Prof^ª. Dra. Samira Lima da Costa, UFRJ

(Prof^ª. Dr. Ricardo Lopes Correia , UFRJ)

(Prof. Dra. Patrícia Dorneles, UFRJ)

(Prof. Dra. Heliana Castro Alves, UFTM)

(Prof. Dra. Simone Santos Oliveira, FIOCRUZ)

Dedico este trabalho aos meus pais,
Henriques Muando Cândido (in
memoriam) e Olinda Mateus
Manhamanha (in memoriam). A
Argentina e nossas filhas!

Ao som do tambor
Soa tambor, soa tambor!

Seu ritmo, sem ruído da noite.

Ao toque da timbila, no ritmo da minha terra,
Bailavam as donzelas no verão quente e úmido da minha terra.

Terra bela sem favelas,

Terra do caniço e do macuti!

Terra linda, sem malhas das balas perdidas que devastam a pérola do índico;

O som do tambor da pérola do índico, terra doce,

Terra de alegria;

Rostos camuflados pelas cicatrizes da arte maconde!

Terra do tambor, terra do som da marrabenta,

Terra do mapiko, ao som do meu tambor que cessou seu som nas ondas da guerra.

Ouçó o som do tambor, e de longe, vem a minha amada, dançando ao som da mbira.

Leleleleleleleleleeeee,

soava sua voz afinada ao tom da timbila;

O som dos rostos da minha terra!

A terra de boa gente!

Ao som do tambor, a dança Xigubo vai começar.

Lá se vão os mancebos bailando a Makwaya,

E a Makwayela do Kampfumo encerram o Nkuvu,

a festa do verão da pérola do Índico.

Autor: Nélio M. Cândido, 09/2023, RJ

AGRADECIMENTOS

Várias são as pessoas a quem desejo agradecer, mas por razões do espaço não poderei contemplá-las!

Ao povo brasileiro, que financia os estudos em universidades públicas e garante que pesquisas como essa possam ser gratuitamente realizadas.

A minha orientadora, Samira Lima da Costa. Adorei a jornada de orientação e sua disposição para assistir-me sempre que precisei de apoio. As aulas consigo no IPUB, foi uma excelente experiência.

Aos professores, Samira Lima, Ricardo Correia, Beatriz Takeiti, Frederico Tavares, Marta Irving, Lucimara Rett, Gustavo Melo, Milton Campos e Cláudia Reinoso. Abriu-se em minha alma uma janela, que levarei comigo pelos ventos da vida terrena.

Antônio de Jesus Silva, pessoa maravilhosa que me acolheu em sua casa, e em várias noites, se dispunha a ler o meu trabalho, sugerindo o material para leitura e pela revisão da minha escrita antes que enviasse à minha orientadora.

Yasmin Xavier Guimarães Nasri e Irica Resende pela sua disponibilidade para ler este trabalho com um olhar acadêmico.

Ao Márcio Saraiva que se dispôs a me hospedar em sua residência por duas semanas, minha admiração pelo acolhimento.

A Janete Nascimento, o Ademir, que se dispôs a me levar no aeroporto no dia da minha chegada ao Brasil, e Geraldo Bastos, foram bons os dias que saímos para os almoços e os jantares.

Sou grato pelo Ricardo da secretaria do EICOS, que sempre tinha uma solução para todas questões que o colocava. Sua humanidade e imparcialidade impecável.

Às comunidades reassentadas em Nwamuza que se dispuseram a narrar suas histórias sem reservas. Recebi suas narrativas com respeito e com confiança, por essa razão esta pesquisa foi possível porque contei com eles desde o início.

À Universidade Eduardo Mondlane que permitiu, que eu fosse ao Brasil terminar o doutorado. A Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto pelo apoio.

Ao Reverendo Eliezer Quirino e a comunidade da Igreja Baptista de Laranjeiras pela hospitalidade, amor e carinho.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa Labmems Margareth Pontes, Adriana Cordeiro de Sousa, Isabel Cristina Mendes Pinheiro Navega, Luciana Nabuco Oliveira, "perder-se para se encontrar nas amizades!"

À Martina FarmBauer, pela amizade e o bolo bavariano no dia do meu aniversário. Foi uma surpresa inesquecível.

À Maria de Fátima Costa Alves, síndica do Condomínio Mirim pela hospitalidade, o macarrão aos domingos e o bolo na data do meu aniversário. Ao José Ailton, nosso porteiro acolhedor.

Ao Marcos Victor Meirelles dos Santos, pelo apoio na captação dos mapas no Google earth e companheirismo nas aulas.

A Erica Resende e o resto do pessoal da Biblioteca do CHFH bloco 1, vosso apoio foi crucial para que este trabalho.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Idosa acima de 80 anos de idade vivendo sozinha

15

Foto 2 - Plano das construções no bairro Nwahamuze

17

Figura 1 - Mapa de África

18

Foto 3 - Residências construídas pela Mineradora Dingsheng no Bairro Nwahamuze

20

Figura 2 - Mapa de Moçambique

22

Figura 3 - Mapa de localização do distrito de Chibuto- Área de estudo

23

Figura 4 - Placa do projecto de casas na Entrada do Bairro de Reassentamento de Nwahamuze

33 Foto 4 - Placa do projeto de casas no novo Bairro de Reassentamento Muwamuze

33

Foto 5 - Participantes da pesquisa

36

Foto 6 - O estaleiro que se tornou em escola e posto de saúde

45

Foto 7 - Antigo estaleiro que se tornou um hospital e escola Pública

79

Foto 8 - Modelo de casa distribuída aos reassentados em Nwahamuza no novo bairro

86

Foto 9 - Estaleiro do empresário que se tornou uma escola e unidade sanitária

87

Foto 10 - Esta estrutura era um dos refeitórios e armazéns do empreiteiro transformado em salas de aulas.

87

Foto 11 - Área da mina de areias pesadas explorada pela Dingsheng em Chibuto

93

Foto 12 - Modelo de casas distribuídas aos reassentados casas iguais para todos

94

Foto 13 - Unidade sanitária de Nwamuza; Antigo estaleiro do empreiteiro

97

Foto 13 - Trator oferecido às comunidades reassentadas

101

Foto 14 - Casa de banho da unidade sanitária construída pela Dingsheng

112

Foto 17 - Zona de origem dos povoados reassentados

147

Foto 18 - Zona de origem dos povoados reassentados

148

Foto 19 - Novo bairro de reassentamento

149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CDD	Centro Para Democracia e Direitos Humanos
COVID -	Coronavírus Disease
CRM	Constituição da República de Moçambique
GdM	Governo de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto de Psicologia
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
MOPH	Ministério de Obras Públicas e Habitação
MZN	Metical
PDC	Perfil do Distrito de Chibuto
PPDTG	O Plano Provincial do Desenvolvimento Territorial da Província de Gaza
Real	Moeda Brasileira
RDA	República Democrática Alemã
SDPI	Serviços Distrital de Planeamento e Infraestruturas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USD	Dólar Americano
WB	World Bank

MINEDH

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

MISAU

Ministério da Saúde

RESUMO

Título: Os efeitos do processo de deslocamento forçado resultante da exploração de mineira no distrito de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique

Este estudo analisa os efeitos do processo de deslocamento forçado resultante da exploração de mineração sobre as comunidades locais residentes no posto administrativo de Maleice, no distrito de Chibuto-Gaza, localizado no sul de Moçambique. O estudo envolveu cinco bairros reassentados dos quais, um bairro e meio, correspondente a 115 famílias, ainda estavam no processo que culminaria com seu reassentamento no mesmo bairro que as outras comunidades atualmente residem, nomeadamente Mudada, Mutsicuane, Mudumeia com exceção de Savene e metade de Mabecuane. Este teve como objectivo análise dos efeitos do processo de deslocamento forçado resultante da exploração de mineração no distrito de Chibuto. Esta foi uma pesquisa exploratória, e para sua realização usou-se uma metodologia narrativa temática qualitativa, fundamentada nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo baseando-se em dados primários e secundários de modo a complementar os dados e superar as limitações que ambas apresentam. Os dados qualitativos e primários foram produzidos com base nas narrativas temáticas. As narrativas são tidas como uma forma oral ou escrita, e que constituem um método poderoso de investigação em áreas como psicologia e educação. O estudo foi ouvir na primeira pessoa, os sentimentos, pontos de vista, histórias, sobre o deslocamento das pessoas moradoras dos bairros apontados, provocado por projeto empresarial de grande porte. As narrativas foram fundamentais para os moradores expressarem suas memórias e contribuírem para que esta pesquisa se materializasse. Os resultados da pesquisa fazem-nos refletir sobre a necessidade de se repensar os processos de reassentamento e os princípios que regem a aplicação das leis e o regulamento do reassentamento resultantes de mineração em Moçambique. Mostra-nos a visão das comunidades com relação a forma como o Estado Moçambicano e as empresas lidam com os processos, e o nível de injustiça social contra as comunidades, ademais, revelando os impactos psicossociais que resultam do tratamento que as comunidades sofrem antes e depois do deslocamento de seus bairros para novos territórios.

PALAVRAS-CHAVE: *Sustentabilidade; transformação social; reassentamento; psicossociologia; ecologia social.*

ABSTRACT

Title: Effects of forced displacement process as a result of mining industry in the District of Chibuto, province of Gaza in Mozambique.

This study analyses the effects forced displacement process as a result of mining industry on the local communities residing at Posto de Administrativo of Maleice in the district of Chibuto-Gaza, located in the southern part of Mozambique. The study involved five resettled communities of which, one and half, equivalent to 115 families were still in the process that would end with their resettlement in the same community where others had been transferred to, namely, Mudade, Mutsicwane, Mudumeia with the exception of Savene and half of Mabecwane communities. The study aimed to analyse effects of forced resettlement as a result of mining industry in Chibuto district. It was an exploratory research, thus for its materialization, a qualitative thematic narrative method was used, based on bibliographic research, documental, and field studies. Also, it was built based on primary and secondary data in order to fulfil the requirements. Qualitative and primary data were produced based on thematic narratives. Narratives are recognised as an oral or written form, which constitute as a powerful research method in areas of psychology and education. They were heard in the first person, their feelings, point of views, and stories about the resettlement from one place to another as result of business project, were heard in the first person. On the other hand, narratives were foundational for the residents to express their memories and contribute to make this research possible. In order to obtain the primary data, the narrative thematic narrative method and an itinerary were used for analysis, developed together with the integrated actors in the resettled communities, and those who awaited their resettlement by the heavy sands industry project. Concerning research contribution, it makes us ponder about the necessity to reconsider resettlement processes and principles which guide the application of resettlement laws and regulation resulting from mining industry in Mozambique. Also, the study shows a vision of local communities in relation to the way the Mozambican State and mining companies deal with such processes, and the level of social injustice against local communities, furthermore, revealing the psychosocial effects which result from the treatment those communities undergo before and after the displacement from their residing zones to new territories.

Key-Words: *Sustainability; social transformation; resettlement; psychosociology, social ecology;*

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Localização e aspectos Geopolíticos do local de pesquisa.....	19
1.2 Recursos minerais de Chibuto.....	23
2 O POVO CHANGANA.....	25
2.1 Aspectos socioculturais do Distrito de Chibuto: a Ecoespiritualidade como eixo da organização comunitária.....	25
2.1.1 Origem, cultura e cosmovisão: a ecoespiritualidade do povo Changana.....	25
2.1.2 Vida pós-imperial de Gaza e os Tinyangas.....	28
2.1.3 Valores imateriais: Profanação de sepulturas.....	29
2.1.4 Línguas faladas.....	31
3 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	36
3.1 Participantes da pesquisa.....	38
3.2 Recolha de Narrativas.....	40
3.3 Aspectos éticos da pesquisa.....	40
3.4 Descrição da Dingsheng Minerals Mozambique.....	41
4 PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES.....	43
4.1 Psicossociologia de comunidades e estudos comunitários.....	43
4.2 O bairro em Moçambique.....	46
4.3 Memória Social.....	49
4.4 Reinventar-se com base na memória social.....	51
4.5 Memórias pessoais.....	52
4.6 Reassentamento.....	54
4.7 Trauma social e geracional.....	55
4.8 Transformação Social.....	56
5 SUSTENTABILIDADE ECOLÓGIA SOCIAL E ECOESPIRITUALIDADE.....	57
5.1 Globalização, Antropoceno, capitaloceno e capitalismo.....	57
5.2 Globalização.....	57
5.3 O desenraizamento: a insustentabilidade do antropoceno e do capitaloceno.....	60

5.4	Os ODS, a Ecologia Social e a Sustentabilidade socioambiental planetária.....	65
5.5	A Ecologia Social e os pilares da Sustentabilidade.....	68
5.6	Biointeração e eco-espiritualidade.....	73
5.7	O Conflito da eco-espiritualidade e o desmtamento.....	76
5.8	Biointeração e saberes orgânicos: Bio-espiritualidade.....	78
6	PROJETOS ECONÔMICOS: ENTRE O ESTADO E AS COMUNIDADES.....	80
6.1	O Estado: Órgão fiscalizador, opressor, ou protetor?.....	80
6.2	Como distribuir riqueza através do processo de reassentamento?.....	80
6.3	O papel do Estado como Zelador e as paredes da fome.....	81
6.4	Proteção das comunidades versus interesses econômicos governamentais.....	83
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	85
7.1	Emprego, renda, sustento.....	85
7.2	Soberania alimentar.....	88
7.3	Apagamento de Memória coletiva e desrespeito à ancestralidade.....	101
7.4	Cemitérios familiares e profanação de sepulturas.....	102
7.5	Emprego, renda, sustento.....	105
7.6	Apagamento de Memória coletiva e desrespeito à ancestralidade.....	108
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
8.1	Impacto psicossociológico nas comunidades.....	112
8.2	Violação do meio ambiente.....	113
8.3	Negligência dos órgãos fiscalizadores do Estado ao nível provincial e nacional.....	115
8.4	Do ataque aos direitos previstos na constituição moçambicana.....	116
8.5	Desigualdade e pobreza.....	121
8.6	Do ataque aos direitos previstos na constituição moçambicana, o decreto de 8 de Agosto de 2012. (d) Avaliar a organização e representação das comunidades para o processo de negociação da sua retirada das suas zonas de origem.....	124
8.7	Ataque aos pactos internacionais - carta de direitos humanos (ONU) e Carta do trabalhador que define o trabalho tradicional (OIT).....	124
8.8	Falta de escuta e acompanhamento respeitoso por parte do GdM que devia regular a empresa, e não as vidas das pessoas que ali residiam por direito.....	125
8.9	Violação cultural e tradicional dos povoados.....	127
8.10	A fuga da responsabilidade do Estado Moçambicano nos processos de reassentamento e compensações em Chibuto.....	128
9	RECOMENDAÇÕES.....	130
	BIBLIOGRAFIA.....	131

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	145
APÊNDICE B ORÇAMENTO DO PROJETO DE TESE.....	146
ANEXO A - MODELO DO REGISTO DE CONSENTIMENT LIVRE ESCLARECIDO (RCLE).....	147
ANEXO B - GOOGLE MAPS FOTOS CHIBUTO.....	149

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa os efeitos do processo de deslocamento forçado resultante da exploração de mineração sobre as comunidades locais residentes no posto administrativo de Maleice. O estudo envolveu cinco bairros reassentados dos quais, um bairro e meio, correspondente a 115 famílias, (Machanguana, 2022), ainda estão no processo que culminará no seu reassentamento no mesmo bairro que as outras comunidades atualmente residem, nomeadamente Mudada, Mutsicwane, Mudumeia com exceção de Savene e metade de Mabecwane. Em Chibuto, os bairros são pequenos e correspondem a uma comunidade familiar.

As comunidades atingidas pela violência do reassentamento forçado são oriundas do povo Changana, cujos principais costumes e tradições são apoiados na perspectiva da permanência no território, tanto devido à sua prática de subsistência ser focada na agricultura familiar quanto pelo fato de sua espiritualidade estar relacionada ao tributo aos ancestrais, cuja morada são os cemitérios familiares. A extrema pobreza na qual vivem essas famílias nunca foi motivo para deixarem seus territórios, especificamente devido à sua relação com a espiritualidade e com as práticas de cultivo e criação de subsistência.

As políticas moçambicanas necessárias para salvaguardar os direitos e guiar os reassentamentos das populações para atividade mineira não são claras. Os membros residentes nas comunidades não sabem como agir para se beneficiarem de assistência jurídica para adquirirem apoio e fazer face às negociações das compensações antes e depois do processo de reassentamento, em casos de projetos empresariais. Consequentemente, essas comunidades perdem suas terras e são insuficientemente equipadas para fazerem face a uma negociação realisticamente compreensiva e, de continuarem com seu estilo de vida de forma normal ou igual à anterior (Quadro da Política de Reassentamento, 2021). Por causa disso, as comunidades recebem compensações limitadas, mesmo com a intervenção do Governo - que tem maior interesse no processo devido às mais-valias que elevam os impostos previstos para o futuro próximo. Vale recordar que o papel do Estado é de fiscalizar, proteger e salvaguardar os direitos e o bem-estar social e econômico da população. Apesar de, segundo MITADER (2021), o governo Moçambicano ter prometido o melhor reassentamento já visto (Club of Mozambique, 2017), suas provisões atuais para um desenvolvimento socioeconômico rural sustentável deixam muito a desejar (Castel-Branco, 2013).

Castel-Branco (2013) alerta que Moçambique mudou da economia baseada na agricultura (com a castanha de caju e algodão como produtos principais) para uma indústria dominada por alumínio e bebidas alcoólicas, seguida por mineração, gás e exploração de petróleo no Sul, Centro e Norte do país. Portanto, todas essas atividades industriais afetam diretamente as comunidades rurais hospedeiras de projetos empresariais, a sua relocação leva à transformação social e insustentabilidade de suas fontes de vida e renda.

A descoberta e exploração de recursos naturais, tais como rubis, areias pesadas e outros minérios, têm dispersado famílias compostas principalmente, por agricultores, pescadores, entre outros, às novas zonas, segundo informações do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (2022).

Os idosos que dependiam das árvores de frutas, animais, e agricultura familiar e já não podiam caminhar longas distâncias em busca do seu sustento ficaram em desespero e desamparados. Por lá, eles devem recomeçar suas vidas, sem seus campos de cultivo, com baixo nível de escolaridade, sem novas habilidades de formação profissional que podem ser exigidas para preencher vagas nas companhias mineradoras ou outras empresas e com idade avançada. Depois de tudo, Smith (1993) e Schwartzman (2004), observam que a maioria das empresas somente almeja a promoção e o cumprimento de seus interesses e bem-estar, e não os das comunidades hospedeiras (Machanguana; Sardinha, 2021).

Foto 1 - Idosa acima de 80 anos de idade vivendo sozinha



Fonte: Autor próprio (Fevereiro, 2023).

Como mostra a foto acima, em suas casas de alvenaria a comunidade busca reproduzir, em parte, seu ambiente doméstico, baseado na memória de vida em seu lugar de origem.

A presente pesquisa pretende analisar os efeitos do processo de deslocamento forçado resultante da exploração de mineração. Para tanto, o estudo propõe como objetivos específicos:

1. Identificar o impacto psicossociológico das comunidades reassentadas no seu contexto atual;
2. Descrever os efeitos do processo de reassentamento do ponto de vista socioeconômico e psicossociológico das comunidades afetadas;
3. Analisar a visão das comunidades sobre o papel do Estado Moçambicano como zelador das comunidades reassentadas pelo projeto de áreas pesadas;
4. Avaliar a organização e representação das comunidades para o processo de negociação da sua retirada das suas zonas de origem.

Até que ponto o Governo de Moçambique representa as comunidades em processos de negociação para os reassentamentos em casos de projetos de mineração?

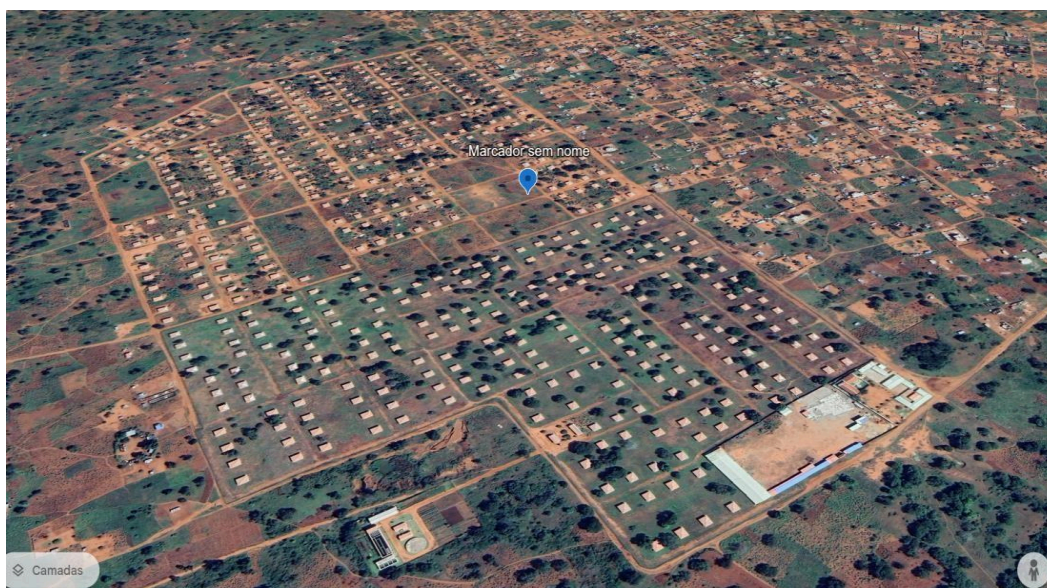
Nas últimas décadas, a descoberta de recursos naturais tornou-se uma realidade impactante em Moçambique, e o ditado de que “a terra é vida é poder”, segundo Weckeri (2010), se torna uma realidade. Todavia, pouco se sabe sobre o impacto das atividades de mineração a pequena e larga escala da Dingsheng Minerals, no distrito de Chibuto, sobretudo no desenvolvimento social, socioeconômico, ecológico, físico e do ambiente econômico das comunidades hospedeiras e circunvizinhas. Para este estudo, comunidades rurais hospedeiras, refere-se aquelas que são diretamente afectadas por projetos empresariais como é o caso de mineração de recursos minerais e florestais.

Ademais, estudos aprofundados em outras partes de Moçambique onde atividades similares estão sendo levados a cabo, são limitados ou de difícil acesso, em particular para comunidades rurais. Consequentemente, as comunidades rurais continuam expostas a transformações sociais nos seus sistemas de subsistência, sem se beneficiarem do conhecimento ganho de algum lugar. Considerando que a terra é poder e vida, o que ocorre com as comunidades que perdem esse poder que constitui sua fonte de subsistência e de renda para exploração mineira nas terras que lhes viram a nascer, e se tornaram seu ganha-vida?

Moçambique atravessa um período de explosão de descoberta de recursos naturais e por conseguinte, o reassentamento de populações, com profunda transformação social e do ambiente, causadas pelas multinacionais mineradoras. Esta pesquisa pretende ainda confrontar

os fatos identificados no campo referentes aos resultados das atividades de mineração e dos processos de reassentamento. A pesquisa também vai trazer uma reflexão de como os *stakeholders* lidam com as comunidades e atrair a atenção ao governo do dia como zelador e fazedor das leis para proteger o seu povo, em situações de projetos econômicos protagonizados pelas multinacionais, em parceria com o Estado Moçambicano.

Foto 2 - Plano das construções no bairro Nwamuze



Fonte: Google earth, (22/11/2023).

1.1 Localização e aspectos Geopolíticos do local de pesquisa

O estudo foi realizado no distrito de Chibuto, no posto administrativo de Maleice, uma zona que limita o Município de Chibuto, e nos bairros de origem dos assentados que constituem parte do Município da vila do Chibuto, visto que ainda falta uma parte das comunidades, por ser abrangida pelo processo.

Figura 1 - Mapa de África



Fonte: Machanguana (2022).

O Distrito de Chibuto com 5,653 km²., situa-se a Sudoeste da Província de Gaza, fazendo limites a leste, com os distritos de Manjacaze e Panda, (província de Inhambane); e a Norte com o Distrito de Chigubo; no Ocidente com o distrito de e Guija e a Sul com os Distritos de Xai-Xai e Chokwe. Segundo III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 (INE, 2017), a população total é de 222.774.

Segundo o portal do Governo de Gaza (2023), o Distrito de Chibuto possui seis (6) Postos Administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Alto-Changane, Changanine, Tchaimite e Chibuto-Sede. Neste último, situa-se o Município de Chibuto. O mapa a seguir, apresenta a divisão administrativa do Distrito¹.

Figura 2 - Mapa de localização do distrito de Chibuto- Área de estudo



Acesso em: 10

Fonte: Machanguana (2022)

A população do Distrito de Chibuto é de 222.774 habitantes dos quais 44% são homens e 56 % mulheres, com uma densidade populacional de 29,3 habitantes/km². Os Postos Administrativos mais habitados são: Sede do Distrito, com 32%, e Malehice com 28%. O número total de famílias no distrito é de 41.287, segundo o portal do governo do distrito². Este estudo foi levado a cabo nos postos administrativos de Maleice e Sede do Distrito. Desta população, 60% depende da agricultura para sua sobrevivência, segundo Matusse (2013).

Segundo o censo populacional de 2017 (INE, 2017), a população está distribuída da seguinte maneira segundo a tabela abaixo:

Tabela 1 - População do distrito de Chibuto

Ano	População		
	Total	Homens	Mulheres
2017	222.774	102.548	120.226

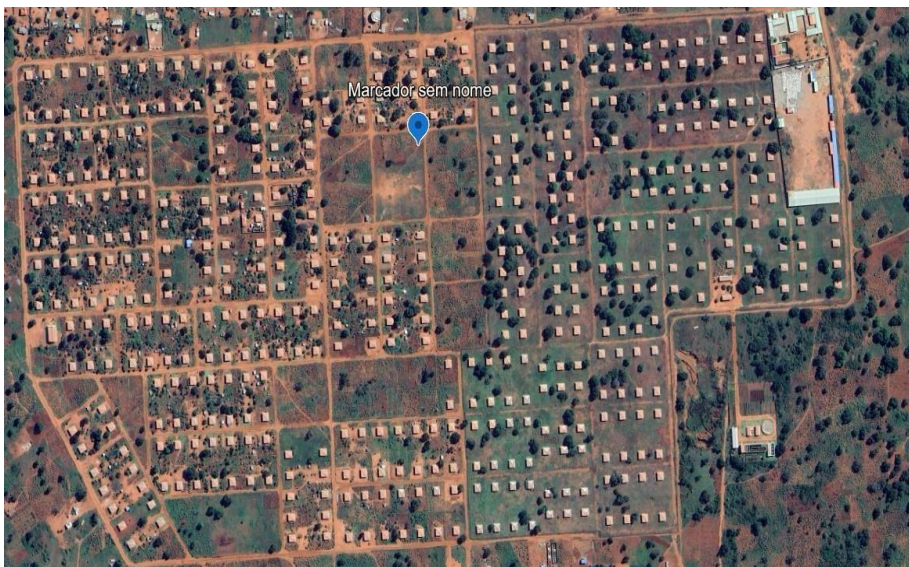
Fonte: Governo da Província de Gaza³

No nível do distrito, a estrutura encontra-se dividida da seguinte maneira. Administrador, diretores distritais, chefes de departamentos, chefe de seção, chefe de Posto administrativo, chefe da localidade, secretário do bairro comunal, chefes de quarteirão, chefes de blocos. Os últimos antigamente eram designados chefes das dez casas.

O processo de reassentamento das comunidades abrangidas pela área para mineração iniciou em meados de 2017 até 2018. Mesmo assim, ainda há uma parte não abrangida, que aguarda sua deslocação, e já foram comunicadas para não desenvolver nenhuma atividade de construção de infra-estrutura nos imóveis depois de sua inscrição. Assim sendo, qualquer construção depois desta fase, não poderá ser compensada. Em outras palavras, as famílias que restaram foram proibidas de desenvolverem ou se expandir, construir edifícios de alvenaria, e nem construir edifícios de comércio ou habitação. Assim, foram condenadas à estagnação e frustração.

A Dingsheng Minerals Mozambique, construiu 489 casas, das quais 304 já foram distribuídas às famílias que já foram reassentadas, e são habitadas por cerca de 1000 pessoas que ocupam uma área de 925.595 metros quadrados conforme Rosário, *et al*, (2023). Antes da construção do bairro de reassentamento, a área era uma floresta não habitada.

Foto 3 - Residências construídas pela Mineradora Dingsheng no Bairro Nwahamuze



Fonte: Google earth, (2023)

Segundo dados estatísticos do INE (2017), as mulheres constituem o maior número dos reassentados no bairro. Acredita-se que, de acordo com Rosário *et al* (2023), uma das razões que pode elucidar a predominância de mais mulheres reassentadas é, pelas características que a própria região Sul de Moçambique apresenta, a predominância do fluxo migratório de homens para a vizinha África do Sul em busca de melhores oportunidades de trabalho, através da contratação de mão-de-obra moçambicana por mineradoras sul-africanas, principalmente os do sexo masculino. Segundo narrativas e dados do INE, a principal atividade nesta região sempre foi agrícola, cujos praticantes são majoritariamente mulheres.

1.2 Recursos minerais de Chibuto

O distrito de Chibuto é caracterizado por possuir enormes e importantes jazigos de areias pesadas. As areias pesadas de Chibuto, contém minérios como ilmenite, rutilo, leucóxênio e zircão. Com um potencial de 2.7 bilhões de toneladas de areia, o conteúdo de 4.14 de ilmenite e o método de mineração é denominado *open Pit*, com o uso de dragagem no processo de mineração (Machanguana, 2022), conforme encionado no trecho a seguir:

O minério produzido em Chibuto, com grande valor comercial, será exportado para os mercados chinês e europeu. Ele compreende três tipos, com particular destaque para o titânio, matéria-prima utilizada para a produção de tintas, plásticos, cosméticos e para a fabricação de componentes de aeronaves. (Portal do

Governo de Gaza, 2023).

Foto 4 - recursos minerais em Chibuto explorado pela Dingsheng.



Fonte: Gogle earth, (2024

Figura 3 - Mapa de Moçambique



Fonte: Google Maps (2022)

2 O POVO CHANGANA

2.1 Aspectos socioculturais do Distrito de Chibuto: a Ecoespiritualidade como eixo da organização comunitária

Sabe-se que, “os fatores socioculturais são de maior relevância para o desenvolvimento econômico e humano” (Rosário, 2014, p. 34-35), e a terra é tida como poder destaca Wekeri (2010), no ambiente sociocultural, que é fonte de história e de transformação das sociedades. Assim sendo, a cultura acontece no espaço territorial onde a sociedade vive e desenvolve suas atividades cotidianas. “Nesse espaço territorial, desenvolve-se a cultura que se faz representar pelas dimensões simbólicas” (Rosário, 2014, p. 35) e mais subjetivas, feitas do imaginário ou de identidade social, da tradição e da religiosidade local ancestral, cristã ou islâmica. Essa é a face do Município e Distrito de Chibuto.

2.1.1 Origem, cultura e cosmovisão: a ecoespiritualidade do povo Changana

Não se pode falar do povo Changana, de origem *Nguni*, sem se falar do último Imperador do grande Império de Gaza. Este povo localiza-se na província de Gaza, Moçambique. O século XIX foi marcado pela luta renhida contra o colonialismo português. Os *Changanas* detinham um poder político e militar através do Estado de Gaza que era muito forte, mantinham e exerciam influência na vida pública, e pessoal dos povos moçambicanos, mesmo sendo oprimidos pelos portugueses (Rodney, 2018 [1972], p. 164, e Santana (1982).

Segundo o portal do Governo de Gaza (2022), Chibuto sempre foi considerado um lugar de cultos tradicionais para evocação dos espíritos pedindo chuva:

A designação "Chimbuntsu", atualmente Chibuto, tem a sua origem numa pequena elevação, que no tempo do Régulo Chigongua-nhane Macuácuca era considerado um sítio de cultos tradicionais para evocação dos espíritos pedindo chuva. Estas cerimónias datam de tempos remotos de Mulalene, primeiro Régulo, que foi sucedido por Chigonguanhane. O Distrito de Chibuto, ascendeu ao estatuto de Cidade em 08 de Outubro de 1971. (2022)

Nesta seção debruçar-me-ei sobre os *Tinyangas*, os sacerdotes e curandeiros, e suas cosmovisões. A palavra Changana é de origem *Bantu*, e é a língua usada pelos povos changanas até os dias atuais. Os povos Changana são sinónimo de resistência devido a sua origem, e poder entre os povos do sul. Eles compõem uma parte fundamental da história do sul de Moçambique, sem querer ignorar os povos *Rongas*, da província e cidade de Maputo.

A sociedade *Changana* pratica a poligamia. O homem, quando adulto, pode casar-se com duas ou mais mulheres. De acordo com a tradição, a poligamia é algo normal e aceito pelas comunidades. Paulina Chiziane, em algumas das suas intervenções na televisão, afirmava esta prática, de que ser homem, na tribo Changana, exige a capacidade de amar no mínimo duas esposas. Na estrutura familiar existe uma hierarquia entre as diversas mulheres, a mais antiga tem certos direitos que as outras. Algumas famílias no norte de Gaza podem exigir que o homem tenha uma segunda esposa.

Os Changanas habitaram em Chibuto antes mesmo da ocupação e colonização portuguesa e a língua xiChangana foi uma das formas de resistência contra a invasão portuguesa no sul de Moçambique e para manutenção da identidade cultural.

O povo Changana é extremamente religioso. Estes sempre adoraram seus ancestrais e seus espíritos, bem antes da invasão portuguesa. Seus sacerdotes, denominados os *Tinyangas*, praticavam seus rituais antes do *Mfecane*, o grande êxodo. Partiram da África do Sul, fugindo do exército do *Tchaka Zulu* que os dominava. Assim, se desligaram do império *Zulu*, e se fixaram na parte nordeste e costeira de Moçambique. Os *Tinyangas* detêm poderes sobrenaturais, para curar doenças, prever o futuro, provocar a chuva, para aumento da produção agrícola, enriquecer as pessoas, e proteção contra os maus espíritos. Os mortos estão sempre presentes entre o povo através de seus sacerdotes, que são o elo de ligação entre os mortos e os vivos. Para continuidade do curandeirismo ou da tradição oral, os *Tinyangas*, sempre tiveram escolas sacerdotais, onde um curandeiro, ou *Nyanga* experiente possuído pelos espíritos, transmite seus conhecimentos do uso medicinal tradicional, passado de geração em geração.

Os *Tinyangas* sempre detiveram diferentes especialidades, “como a capacidade de curar doenças, o amplo conhecimento das propriedades terapêuticas das ervas, o conhecimento do oráculo para leitura da vida no passado, presente ou futuro, a capacidade de proteger as pessoas contra as forças sobrenaturais nocivas, entrar em transe, enfim, gerir um estado de bem-estar social individual e colectivo” (Santana, 2016, p. 6-7). Nos dias atuais, os *Tinyangas* vem ganhando espaço com relação às últimas décadas. Suas escolas estão cada vez mais presentes em todas as esferas sociais.

Em 1992, o governo de Moçambique aprovou a nova constituição, e a lei do associativismo, que protegem direitos dos curandeiros, através do associativismo. Os

curandeiros participam de várias atividades culturais, oficiais, como inauguração e dedicação de infraestruturas públicas aos deuses, invocação da bênção para a nação, intervenção para resolução de mistérios que assolam os povos, entre outros. A legitimidade dos curandeiros foi construída com base na tradição oral e de alguns rituais para seu fortalecimento das instituições da sociedade.

A Sede do antigo Império de Gaza, se localizava na província de Gaza. A fundação deste império se deu com a migração dos povos *Ngunis*, oriundos da Zululândia para o Sul de Moçambique, e teria se expandido até Rodésia parte da ex-Rodésia do Sul, atual Zimbabwe, para Santana (2016).

O reino de Gaza foi fundado por imigrantes provenientes da atual África do Sul, fugidos do Shaka Zulu, por volta de 1820, por Manikuse, pai de Muzila, e mais tarde governado por *Ngungunhane*. *Ngungunhane*, filho de *Muzila* e neto de *Manikuse*, foi o Leão de Gaza. Seu império dominou outros povos moçambicanos, assim como fizeram os portugueses. E assim *Ngungunhane* teve que lutar contra dominação portuguesa entre 1895-1897, que culminou com a sua captura e prisão, conforme destaca Rodney (1972).

Os *Tinyangas* sofreram perseguição dos colonos portugueses, porque apoiavam o imperador *Ngungunhane* nas suas investidas contra a dominação colonial portuguesa no Sul de Moçambique. O Imperador foi exilado em Portugal em 1895, na ilha de Açores, junto com seus conselheiros, generais e suas esposas.

Descrito por vários autores, o Império de Gaza era altamente militarizado. O seu exército era composto majoritariamente por jovens de diferentes grupos de povos conquistados pelos *Ngunis*; alguns de origem *Tsonga*, que posteriormente denominou-se de *Mabuindlhela*, (aqueles que abrem caminho) e, mais tarde chamados de *Machanganas*, segundo Santana (2016). No entanto, a cultura *Changana* passou a servir como fonte de identidade e resistência dos povos do sul de Moçambique.

Na cosmovisão dos *Ngunis*, o papel dos *Tinyangas* sempre foi de legitimação e sustentação do império e seu imperador, o *Nkosi*, que tinha a eles como conselheiros de guerra e resistência contra seus inimigos. A função deles sempre foi vista como administradores dos remédios, da guerra ao exército e liderança de cerimônias ligadas ao ciclo produtivo e saúde pública, observa Santana (2016) sem esquecer dos ritos sociais, que lhes marcavam a vida, do

nascimento à morte (Costa; Silva, 2012).

2.1.2 Vida pós-imperial de Gaza e os Tinyangas

Mesmo com a deportação do Imperador de Gaza, os *tinyangas* continuaram vinculados às suas atividades de resistência, isto é, proteger e lutar contra a dominação pelo colono Português. Eles ainda se concentravam em suas atividades de ritos agrários, militares, e o prestigiado direito à consulta e adoração aos deuses. Os *tinyangas* sempre foram conhecidos por identificar e deter os feiticeiros em casos em que feitiços eram feitos contra pessoas e comunidades. Eles tinham a capacidade de identificar a proveniência do feitiço e desfazer o infortúnio, na sociedade, ou na vida de singulares. Ademais, na guerra civil contra o colonialismo português, os *tinyangas* serviam às forças de resistência como escudeiros e guias espirituais para evitar surpresas portuguesas, conforme Santana (2016).

Relata-se que alguns *tinyangas* traidores serviram também à causa portuguesa contra o grande Imperador Gaza, devido às discórdias as maneiras e abordagens de *Ngungunhane* contra os povos, e encorajaram os portugueses a fazerem todos os esforços possíveis para capturá-lo ou até assassiná-lo, segundo Santana (2016).

Os *tinyangas* sempre se destacaram com relação aos exercícios militares e políticos na sociedade Moçambicana, mesmo perante a derrota e colonização efectiva. Após a vitória e destruição do Império de Gaza, os portugueses começaram a dismantelar os grupos sociais, que exerciam autoridade e influência na administração daquele Estado Africano. Dessa forma, os grupos *tinyangas* foram submetidos a processos de desprestígio público e político de suas autoridades. Os grupos que fizeram parte do antigo império foram desarmados e a maioria destes fugiram para a África do Sul.

Os *tinyangas* continuaram a procurar fortalecer suas relações com o mundo espiritual, contestando a atual política de dominação colonial. Através dos *Tinyangas*, os guerrilheiros, resistindo física e espiritualmente, demarcavam sua existência social entre os vivos através do processo conhecido por *mphukua* (*possessão*). E hoje em dia, o mesmo processo de *mphukua* continua se manifestando nas escolas públicas, entre os adolescentes e jovens que são possuídos pelos espíritos reivindicando seus direitos à adoração, de acordo com as exigências dos espíritos.

2.1.3 Valores imateriais: Profanação de sepulturas

Na cultura Changana, os defuntos ou ancestrais são tratados como deuses vivos e imortais, que se envolvem entre o cotidiano dos vivos, embora invisíveis ao olho nú, porém intercedendo e abençoando suas famílias no âmbito e dimensão social e espiritual. Os ancestrais, através dos corpos dos Tinyangas, se manifestarem e se comunicam com os seus adoradores. Esta é tida como a passagem do homem de sua existência terrestre à sua condição de ancestral, descreve Leite (2008). A teia de adoração vai se estendendo a cada vez que um membro da família deixa o mundo dos vivos, para o dos mortos.

Daí que, na cultura local, a profanação das sepulturas, entra em contradição com a cultura e tradição dos Changanas em vida, assim como mortos. As consequências que podem advir do desrespeito aos deuses, do ponto de vista dos locais, podem causar uma tragédia aos profanadores, aos próprios adoradores, e os sacerdotes confiados com a tarefa de continuar a perpetuar a tradição e os ritos religiosos deixados pelos seus antepassados.

Ademais, os restos mortais nas sepulturas, têm uma ligação direta na religião dos deslocados por mineração, e que, precisa ser tomada em consideração antes da exumação por qualquer motivação. Isto é, “a religião é um aspecto da superestrutura de uma sociedade que decorre, do grau de controle e compreensão do mundo material” (Rodney, 1972, p. 61).

O fator insuperável da morte física, no contexto da ancestralidade Changane e da região sul de Moçambique, é o início das atividades, e dos ritos de iniciação do exercício de um deus Changana, tidos como os nossos defuntos, dito na língua local “*a wafi va hina, swikwembo swa hina*”, (os nossos defuntos são os nossos deuses), e na magia, e espiritismo africano, os deuses podem se tornar assassinos quando mal agradados, por isso, por ser e fazer parte da continuidade do homem e do processo histórico, observa Leite (2008). Esses ancestrais, segundo o saudoso músico Alberto Machavela, já cumpriram com sua dívida na terra ao serem devorados pela areia, ao se tornarem ancestrais e deuses para os que ficaram continuando com o processo histórico na vida física.

Os *vachikuembos* são chamados de entidades espirituais ligados aos antepassados e

defuntos comuns que atribuem poderes especiais a um membro da família ainda vivo, Honwana (2002), Granjo (2008) e Muthisse (2013).

Segundo Junod (1974), o indivíduo chega a categoria de curandeiro ou *Nyanga* exclusivamente por uma possessão de espíritos ancestrais, motivo pelo qual a proximidade com seus cemitérios se torna de grande relevância na cultura desse povo. Essa possessão acontece por meio de herança dos espíritos dos antepassados ou por meio de contágio. Para Junod (1974) os curandeiros não passam por um processo de aprendizagem, isso faz com que eles estejam desprovidos de técnicas fiáveis, pois as suas terapias estão carregadas de superstições, que é contrário à realidade local. Para Honwana (2002) e Granjo (2008), os *vachikumbo* são entidades espirituais que, estão ligados aos antepassados e defuntos comuns que, atribuem poderes especiais a um membro da família ainda vivo. “A prática da adoração aos mortos, as rezas e tradição datam dos tempos remotos de *Culalane*, primeiro Régulo que segundo os usos e costumes era uma zona exclusiva de culto aos deuses”. A chegada dos Portugueses em Chibuto, a reza e a tradição já eram comuns e foram usadas como forma de resistência contra a ocupação e colonização (PDD, 2005, p. 13).

Com relação aos cadáveres dos ancestrais sepultados, a maioria das pessoas do meio rural em Moçambique tem cemitérios familiares e, existe o costume da prática da necromancia, que é a prática da adivinhação por invocação aos espíritos, e de visitas para prestar culto nos locais onde as pessoas são sepultadas, segundo Rosário *et al*, (2023). “Esta é uma prática de essência histórica”, tendo o ser humano se tornado um deus ancestral após sua morte (Leite, 2008. p. 369). Conforme Santana descreve (2016), em alguns casos, as pessoas são sepultadas sem caixões ou algo semelhante, e só se volta ao local ou para novos enterros ou noutras situações específicas. Os cemitérios são lugares sagrados e de repouso, que correspondem às terras onde estão enterrados os seus antepassados, e por isso, carregam uma grande importância simbólica na identidade imaterial dos povoados. Contudo, a criação de novos cemitérios colectivos, leva a que as pessoas criem relações diferentes das que tinham anteriormente com os ancestrais.

Uma das questões apontadas pelas comunidades deslocadas, segundo Machanguana e

Sardinha (2021²) é a prática de profanação dos cemitérios familiares realizados por essa multinacional de mineração Dingsheng, explicitando o desrespeito pela morte, seus defuntos, seus deuses, e seus ancestrais.

A vida da comunidade em condições de extrema pobreza e falta de acesso aos direitos básicos, fez com que as promessas da multinacional chinesa despertassem interesse de alguns moradores.

A profanação de sepulturas pode ser encontrada nos processos de reassentamento para a construção do aeroporto de Chongoene, Projeto de Conservação ambiental, e Parque Nacional do Limpopo, conforme DW África (2001):

A violação dos direitos humanos por causa da implementação de mega-projetos é similar em três distritos da província de Gaza: Chongoene, Chibuto e Massingir. A maioria das famílias espera reassentamento e indemnização. Moradores denunciam exumação de cadáveres para construção de aeroporto: "Corpos frescos foram cortados para caber em pequenos caixões", conta uma desalojada. (DW África, 2021)

Os sucessivos transtornos, e constrangimentos, incluindo o desprezo pelos mortos, ancestralidade, neste caso, foi vivenciado pelas comunidades deslocadas, que nunca haviam pensado que um dia teriam que voltar a reviver a segunda dor, o segundo luto, e o despertar de sentimentos mais profundos no interior das almas das famílias. Alguns exumados, eram recém-sepultados, cuja dor e a memória continuavam vivíssimas, e o luto ainda pairava nas suas faces, e as vestes pretas, conforme manda a cultura e tradição Changana, podiam ser vistas nos corpos das famílias. Para algumas mulheres, notava-se ainda pelo cabelo raspado e as vestes pretas, mostrando a tristeza pela perda do principal ganhador do pão das famílias, ou pais, ou avós, símbolos e guardiões das tradições deixadas pelos antepassados, tratados como se fossem coisas que nunca fizeram parte daquela sociedade Moçambicana.

2.1.4 Línguas faladas

As comunidades reassentadas comunicam-se primeiramente na língua xichangana, tendo o português como a segunda língua por ser oficial! Assim sendo, somente aquelas pessoas que se alfabetizaram falam português. Quero ressaltar que o índice de analfabetismo em

2

<https://csg.rc.iseg.ulisboa.pt/novo-artigo-exploring-mining-multinational-resettlements-and-corporate-social-responsibility-in-emerging-economies/>

Moçambique está nos 45%, segundo os dados da UNESCO (2023).

É vital lembrar que, a língua portuguesa, foi uma língua imposta pelos portugueses aos povos moçambicanos, e mais tarde adotada pelos líderes moçambicanos, com intuito de unificação da nova nação independente. Portugal foi um opressor de Moçambique, e não construtor. Cada região sempre teve sua própria língua. No caso de Chibuto, a língua atualmente falada pelas comunidades é o Xichangana. Xichangana, faz parte dos povos Tsonga oriundos da África do Sul, por essa razão, até o seu português tem um certo sotaque, isto é, dependendo da região. Quero desta forma, lembrar que, devido ao alto índice de analfabetismo segundo a UNICEF (2023), nem todos se expressam na língua portuguesa. Por essa razão, no momento da coleta das narrativas, optei por ouvir os narradores na língua que mais se sentiam à vontade, para não perder o foco do conteúdo, que é o objecto deste estudo. Em outras palavras, não são todos os moçambicanos que falam Português.

Tsonga, é uma língua Bantu, que mais tarde se denominou Xichangana por causa do Rei Soshangan que emigrou para Moçambique junto com sua grande família real:

Tsonga é uma língua Bantu, especificamente da família Soshangan. É chamada chanfana porque surgiu em Moçambique devido à chegada do rei Soshangan, um Tsonga que emigrou com a sua família e uma parte da comunidade sul-africana pra o sul de Moçambique. Aí, a língua Tsonga que eles falavam foi chamada chanfana, em homenagem ao rei Soshangan. Na essência, a diferença entre tsongabe chanfana é tênue. Suas variantes são consideradas ora língua ora dialeto. Aqui, vamos falar especialmente da variante/dialeto xiChangana, falada na província de Gaza, sul do país. Ainda, na África do Sul, é muitas vezes falada apenas como Shangane ou Shangaan; há falantes pelo mundo que se referem a ela apenas como Changana³.

2.1.1 Atividade econômica

A economia de Moçambique segundo O Plano Provincial do Desenvolvimento Territorial da Província de Gaza, (PPDTG) (2021), Rosário (2014) e Matusse (2013) é essencialmente agrária, exploração florestal, pecuária e comércio, e extrativo, o que é, característico nos distritos a nível do território nacional. Embora, atualmente a indústria

³ Disponível em: <https://coracaoafricano2532014.wordpress.com/2016/03/17/a-lingua-changana-de-gaza-mocambique-variante-da-lingua-tsonga/>. Acesso em: 10 dez. 2023

extrativa tenha pouco percentual, a sua contribuição no setor econômico da Província de Gaza. Em Chibuto, o processo de extração de minério já iniciou, segundo governo Gaza, através do Plano Provincial de Desenvolvimento Territorial de Gaza, (2021). Todavia, as comunidades rurais dedicam-se à atividade agrícola para autoconsumo, ou subsistência, e produtos para o mercado. Ademais, essa “agricultura caracteriza-se pelo baixo nível de produção e de produtividade” (Rosário, 2014, p. 35).

Por essa razão, “o setor da agricultura passou a buscar formas de melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza, através de apoios aos pequenos agricultores e ao setor privado, e nesse sentido de aumentarem a produtividade agrícola, e a comercialização”, ao mesmo tempo em que mantém uma via sustentável para a exploração dos recursos naturais (Rosário, 2014, p. 36), como forma de combater a pobreza absoluta. De outro lado, o Plano Provincial do Desenvolvimento Territorial da Província de Gaza, destaca a promoção e a prática do Ecoturismo nos Parques Nacionais e zonas costeiras no pedestal de modo a explorar de forma mais sustentável, o património natural e cultural como um meio de geração de receita.

Chibuto é majoritariamente habitada por população pobre. Segundo Vilanculos e Rosário (2013), Vilanculos e Rosário (2016) o distrito de Chibuto é considerado um dos mais pobres de Moçambique, e no que refere ao índice de desenvolvimento humano, o mais baixo. O acesso à educação, à água potável e a telefonia móvel ainda constituem um desafio para o governo distrital, e esses indicadores são de maior relevância para o desenvolvimento das comunidades, conforme Vilanculos e Rosário (2013).

A maioria da População de Chibuto é jovem e pobre, e viabiliza a existência de mão-de- obra ativa no distrito, embora ameaçada com alto índice de emigração para a África do Sul e para Cidade de Maputo à busca de melhores condições de vida (PPDTG, 2021).

Para Salama e Destremau (1999) e Rosário (2014), a pobreza é na sua essência multidimensional, e está relacionada a falta de alguma coisa, como falta de infraestruturas e serviços básicos, tais como, moradia, precariedade na assistência à saúde, educação, falta de emprego, ausência de capital e até, a impossibilidade de consumir o que virou necessidades básicas na sociedade. Assim sendo, para Sen (2000) e Rosário (2014), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, negligência dos serviços públicos e

intolerância ou interferência excessiva dos estados repressivos, tal como é o Estado Moçambicano.

Após o fim da guerra civil que durou 16 anos, que destruiu infraestruturas básicas e forçou a paralisação de serviços básicos, terminado em 1992, com o Acordo de Paz assinado em Roma (Acordo Geral de Paz⁴, 1992), a população de Chibuto regressou às suas zonas de origem. A vida normal, sem medo, recomeçou. Novas construções precárias e de alvenaria, e a prática da agricultura voltou a ganhar vida, a exploração florestal cresceu, o corte da linha, e a produção do carvão vegetal floresceu.

A adoração aos deuses e ancestrais voltou a ocorrer nos lugares sagrados. O ato de invocação dos mortos para intervirem na vida dos vivos, voltou a ganhar sua robustez com o reinício das escolas dos sacerdotes ancestrais, os chamados “curandeiros, *tinyangas* ou *vachikuembo*” para dar ânimo à população e assistência às comunidades locais.

De outro lado, “o esforço de recuperação pós-guerra civil que durou 16 anos foi afetado pelas cheias de 2000, que retrocederam a sua recuperação econômica e de desenvolvimento social segundo o perfil do Distrito de Chibuto” (PDC 2005, p.12). Todavia, a criação do gado bovino continuou sendo comum em Chibuto, ao ponto de ser considerada uma tradição pelo governo da Província (PDC, 2005; FDD, 2022).

Por essa razão, os projetos socioeconômicos, como o de extração de recursos naturais, são olhados com maior expectativa pelas comunidades locais, como possível fonte de trabalho, distribuição de riqueza, e uma luz no teto do abrigo para trazer esperança e livramento da pobreza absoluta das comunidades.

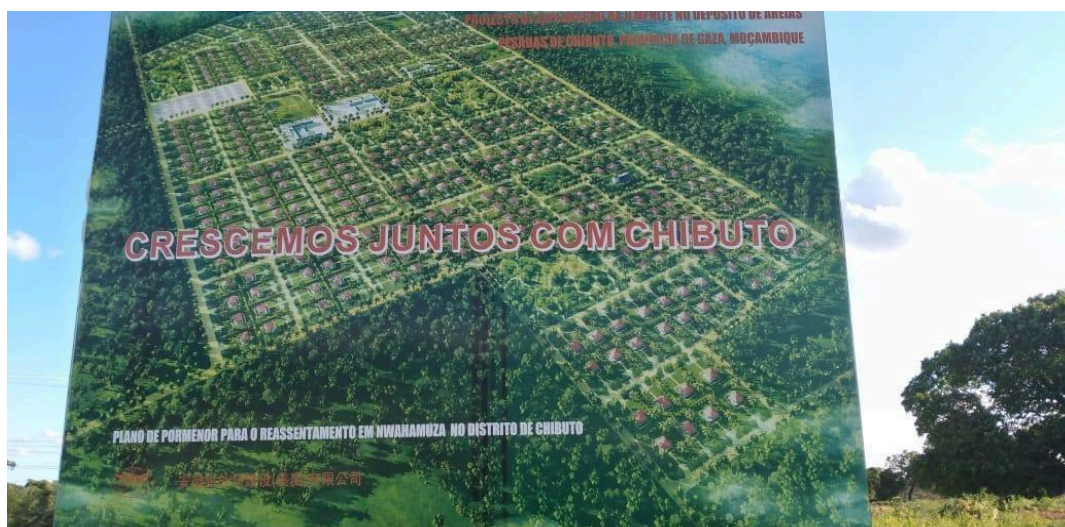
O distrito apresenta um clima tropical húmido no litoral e tropical seco no interior, com a agricultura e pecuária como a principal atividade econômica do tipo familiar.

Os principais produtos são o amendoim, o feijão, a mandioca e o arroz, e o setor privado dedica-se à produção de arroz e produção animal, principalmente o gado bovino, segundo

⁴ O acordo Geral de Paz de Moçambique foi assinado em 1992, depois de uma guerra civil entre a RENAMO e FRELIMO, que durou 16 anos. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipris.org/files/6/07_Documento_Acor do_Geral.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

Muando et al,(2019) e Machanguana (2022).

Figura 4 - Placa do projecto de casas na Entrada do Bairro de Reassentamento de Nwamuze



Fonte: autor (2022)

Foto 4 - Foto aerea das casas no novo Bairro de Reassentamento Muwamuze



Fonte: google earth, 22/11/2023.

3 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Segundo Vyhmeister (2001), Caldas (1986), Barros e Lehfeld (1988) metodologia é um caminho sistemático, para o alcance de certo propósito já declarado e, segundo Creswell (2005) este precisa ser apropriado para o problema de pesquisa. Segundo Bedin (2008), “a metodologia e o caminho da ciência”. Neste sentido, esta foi uma pesquisa exploratória (Cervo; Bervian, 1983, p. 78; 1996, p. 68) e para sua realização usou-se uma metodologia narrativa temática qualitativa, fundamentada nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo através do método da narrativa temática. “Narrativas contam narrativas”, (Hannah 2016, p. 56), baseando-se em dados primários e secundários de modo a complementar as exigências que ambas apresentam.

A pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2004), Cervo e Bervian (1996), é aquela que possibilita estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças, atitudes individuais, privilegiando a interação entre o pesquisador e o objeto a ser pesquisado, foi nesta senda que propus esta pesquisa. A pesquisa qualitativa é na maioria das vezes exploratória, (Alves-mazzotti; Gewandsznajder, 1988 p. 150), estuda narrativas, e analisa-as de forma minuciosa.

Os dados qualitativos e primários (Castro, 1977, p. 88-89) foram produzidos com base nas narrativas temáticas. Salientar que “as narrativas são tidas como uma forma oral ou escrita”, e que constituem um método poderoso de investigação em áreas como psicologia e educação (Galvão, 2005, p. 1-2). As narrativas apoiam-se no seguinte:

os nossos filtros interpretativos nos permitem apropriarmos-nos dessa realidade e agirmos sobre ela utilizando, por vezes, modelos que antecipam o comportamento dos outros. E assim vamos construindo um percurso individual feito de cruzamentos de histórias que vivemos ou que ouvimos contar. (Galvão, 2005, p. 2).

Bruner (1991) observa que, organizamos nossas experiências cotidianas, e a nossa experiência de acontecimentos como pessoas principalmente sob forma de narrativa.

Para Galvão (2005) a narrativa, como método de pesquisa nas ciências humanas pressupõe:

(a) Uma postura metodológica firme na interação entre o investigador, um jogo de relações baseado na confiança mútua e na aceitação da importância da intervenção de cada um na coleta dos dados e na sua interpretação. b) como método de análise pressupõe o domínio de técnicas lingüísticas de interpretação dos textos recolhidos, baseadas em análise semântica que dê sentido quer ao discurso dos narradores, quer

aos propósitos da investigação. c) como relato de investigação pressupõe a escolha do que parece ser um discurso claro e coerente para que a história tenha sentido e credibilidade para quem lê. Tratando-se de um texto científico e não apenas literário, implica o recurso a normas de escrita, simultaneamente reveladoras dos dados de uma investigação e agradáveis para que o texto seja lido com agrado. (Galvão, 2005, p. 16-18)

Uma das qualidades da investigação narrativa é que ela exige do pesquisador um conjunto de qualidades humana, como a capacidade de resposta rápida de uma investigação interativa no campo e terreno de pesquisa e, de transmitir ao papel as experiências analisadas, cumprindo os requisitos que exigem as histórias significativas e os relatos científicos, segundo Galvão (2005).

Para Bamberg (2012) e Galvão (2005), as narrativas em simultâneo constituem um caminho rico, exaustivo e difícil de investigação. A riqueza reside nas experiências com as pessoas, nas interações que se estabelecem entre todos indivíduos envolvidos, e no aprofundamento e diversidade de estratégias para coleta de dados.

Smith (2000), corrobora com Galvão (2005) e Bamberg (2012) ao observar que, a pesquisa narrativa, pode ser usada para estudar singulares grupos, culturas e ou, períodos históricos através da pesquisa qualitativa ou quantitativa. E, neste estudo, estamos perante uma pesquisa qualitativa, e exploratória, de acordo com, Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1988).

O objetivo desta pesquisa, foi ouvir na primeira pessoa, os sentimentos, pontos de vista, histórias, sobre o deslocamento de pessoas por projeto empresarial de uma zona para outra. Por outro lado, as narrativas foram fundamentais para os moradores expressarem suas memórias e contribuírem para que esta pesquisa se materializasse.

Para a obtenção de dados primários utilizamos o método da narrativa temática e seu roteiro para análise, desenvolvidos junto aos atores integrados nas comunidades reassentadas e os que aguardam seu reassentamento pelo projeto de exploração de areias pesadas pela Empresa Ding Sheng Minerals Mozambique⁵.

Para a obtenção de mais dados, questões básicas foram expostas às comunidades, como convite para narrarem suas trajetórias:

1. Até que ponto o Governo de Moçambique cumpriu com seu papel de zelador das

⁵ 24°38'16"S 33°32'48"E

comunidades afetadas pela presença da mineradora?

2. Que transformações ocorreram nas comunidades como resultado da chegada da empresa mineradora no local?
3. Como é que as comunidades se fizeram representar no processo de negociação com a Multinacional *Dingsheng*, e com o Estado Moçambicano antes do reassentamento?

As perguntas foram apresentadas apenas como disparadores da conversa, não seguindo um modelo formal de entrevista. O roteiro para análise foi composto por essas principais questões temáticas dirigidas aos participantes.

Além dos dados primários, fez-se o uso de dados secundários, segundo Bedin (2008), que incluem documentos, textos oficiais, artigos científicos, entre outros.

3.1 Participantes da pesquisa

Foto 5 - Participantes da pesquisa



Fonte: Autor próprio (2023).

Foram entrevistadas 40 famílias entre Dezembro de 2022 e Fevereiro de 2023, de forma intencional e seleção racional (Barros; Lehfeld, 1990, p. 41-42). Das 40 famílias entrevistadas, 5 foram homens e 14 mulheres sem nenhum nível de escolaridade, e não sabem ler nem

escrever. Excluindo alguns que se recusaram a assinar o Registro de Consentimento Livre Esclarecido por motivos políticos, e medo de possíveis represálias e perseguição político-partidário, mas consentiram em participar do estudo. Os narradores fazem parte dentre as famílias já reassentadas, que se prontificaram a narrar suas memórias desde o início do processo de reassentamento até a sua remoção da zona de origem para novo bairro de Nwahamuza. Cada família participante foi representada por um indivíduo e, em alguns casos, era toda família que se prontificou a narrar suas memórias e experiências, desde que fossem maiores de idade, isto é 18 anos de idade.

Assim, fizeram parte desta pesquisa, pessoas maiores de idade, isto é, acima dos 18 anos, moradoras das comunidades envolvidas no processo de deslocamento forçado devido à atividade mineradora na região e aqueles ainda residentes na área de origem. Participaram da pesquisa aquelas que manifestaram compreensão acerca do objeto da pesquisa e posterior concordância expressa em participar.

Duas famílias se acusaram de fazer parte do estudo por medo de possíveis represálias por parte dos líderes comunitários e dos agentes do governo que vêm trabalhando com as comunidades. Contudo, o estudo foi realizado com o consentimento de cada participante, e com conhecimento dos líderes comunitários que representam os bairros alvos da pesquisa, com a garantia de que suas identidades não seriam expostas, usou-se o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, (RCLE). Os participantes que sabiam escrever assinaram, e aqueles que não sabiam usaram a impressão digital com tinta de carimbo, o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE.

Essas famílias são de cinco bairros reassentados, e atualmente, encontram-se incorporados num único bairro denominado Nwahamuza. Dentre os bairros reassentados, um bairro e meio ainda aguardavam pelas respectivas compensações e posterior deslocamento.

Foi usada uma amostragem não probabilística, por convergência, “por ser um tipo de amostragem que teria a tendência de selecionar os elementos da amostra, obedecendo critérios que convinham ao pesquisador”, a escolher os participantes que podiam fazer parte do estudo, tomando em conta que é comum selecionar elementos para a amostra com base em premissas em relação à população de interesse, conhecido como critério de seleção racional (Yin, 2001; Barros; Lehfeld, 1990, p. 41-42).

Apliques também pelo método “Rede de Indicações”, de acordo com Costa e Mendes (2014), que é aquela que envolve pedir às pessoas que participam numa pesquisa para nomear outras pessoas que estariam dispostas a participar, até chegar em um grau de saturação das indicações. A seleção das famílias, que participaram no estudo foi aleatória, as vezes, “por seleção intencional” (Barros; Lehfeld, 1990, p. 41) dependendo da disponibilidade dos membros das famílias, que fossem maiores de idade segundo a legislação moçambicana. Como é a maioria, segundo a legislação moçambicana.

3.2 Recolha de Narrativas

Para a recolha das narrativas, foi usado um roteiro de perguntas, auxiliado por um aplicativo “*Easy voice Recorder*” do telemóvel de marca Samsung Galaxy Tab A (8.0, 2019) para efeitos de gravação do conteúdo autorizado, e posterior transcrição e a tradução do conteúdo narrado na língua Xichangana para Portuguesa. Alguns dos narradores falavam e escreviam na língua portuguesa.

3.3 Aspectos éticos da pesquisa

Por ser uma pesquisa que envolve pessoas, foi necessário o parecer do Comitê de Ética da UFRJ para sua aprovação através da Plataforma Brasil, para não violar questões de direito, e para cumprir com os princípios e padrões éticos, morais e científicos exigidos. A pesquisa foi aprovada pela Plataforma Brasil sob nº do Parecer: 5.661.801, CAAE: 64434922.3.0000.5582, o comitê de Ética da UFRJ-Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Para a recolha de dados, e a entrada ao bairro onde as comunidades foram reassentadas, houve necessidade de me apresentar aos líderes dos antigos bairros reassentados, e a actual líder comunitária indicada pelas autoridades locais, ao nível do Posto Administrativo de *Malehice*, onde o bairro Nwamuza pertence. De outro lado, devido às experiências anteriores com a liderança local, o processo para o acesso aos participantes da pesquisa foi facilitado, evitando o duro processo burocrático exigido pelas autoridades locais para obtenção de autorização. Todavia, submeti uma carta pedindo autorização do SPDI-Serviço Distrital de Planeamento e

Infra-Estruturas⁶ local para evitar quaisquer transtornos indesejáveis, o que também facilitou o acesso às comunidades, através do seu ponto focal.

Por causa da pandemia da COVID-19, à luz do distanciamento, regulamentos e leis locais, a pesquisa tomou em consideração as medidas preventivas indicadas pelo Ministério da Saúde da República de Moçambique, medidas anunciadas por meio da rádio e televisão nacional, dentro do contexto da Organização Mundial da Saúde [OMS], tal como o distanciamento entre o pesquisador e os entrevistados, de 1.5 metros, lavagem e desinfecção das mãos antes de qualquer atividade, e por último, as máscaras de proteção. Os riscos de contaminação foram evitados através da implementação de cuidados recomendados pela OMS, em concordância com o Ministério da Saúde de Moçambique sobre a Covid-19. A atenção com os narradores durante as fases do estudo, respeitando o distanciamento, de 1.5 metros, o uso das máscaras, e o respeito ao livre consentimento. Foi também feito o esforço para esclarecer que os participantes tinham a liberdade de escolher participar da pesquisa e, a qualquer momento, teriam a possibilidade de desistir, momentânea ou definitivamente.

3.4 Descrição da Dingsheng Minerals Mozambique

A Ding Sheng Minerals é uma empresa pertencente a investidores chineses, que vêm explorando as areias pesadas de Chibuto desde 2018, segundo Machanguana e Idalina (2021). A Ding Sheng Minerals, localizada em Chibuto é uma empresa chinesa de fundos chineses, cujo contrato de concessão é de 25 anos, durante os quais espera-se que se extraia um milhão de toneladas de ilmenita (titanium e iron oxide) anualmente, para além das areias pesadas. Segundo a Xinhua, até 2022 a empresa já tinha atingido a capacidade de produção de 1.8 milhões de toneladas de titânio e zircão (titanium, zirconium ore) por ano, citando o

⁶ Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) é uma entidade pública responsável pela gestão e monitoria das áreas de planeamento e ordenamento territorial, obras públicas, infra-estruturas e equipamento, transportes e trânsito, gestão ambiental, emergência e prestação de serviços públicos ao nível do Distrito de Chibuto. O Governo, viu a necessidade de definir a estrutura orgânica dos Governos Distritais, ao abrigo do artigo 8 da lei nº 8/2003 de 19 de Maio, onde o Conselho de Ministros decreta segundo o artigo 2 da mesma lei a criação de outros serviços distritais por proposta do Governo Distrital, ouvidos o Governo Provincial e o Ministro que superintende na função pública e administração local do Estado. Disponível em: <https://www.gaza.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Chibuto/SDPI-Servico-Distrital-de-Planeamento-e-Infra-Estrutura>. Acesso em: 10 dez. 2023.

representante da empresa, Lin Wenwen. Na altura da visita do presidente Nyusi à empresa, ele teria congratulado a mineradora pela proteção do meio ambiente na área operacional da mina e os benefícios ganhos pelas comunidades. Ele se referia às casas dos reassentados e o centro de processamento de água potável para 200.000 residentes entre outras infraestruturas construídas pela empresa.

Porém, assim como outras empresas de origem e investimento chinês em Moçambique, tal como como a China Road and Bridge corporation, empresa que construiu a Estrada Circular e a Ponte Maputo-Katembe⁷ (Portal do Governo, Março 2012), sempre houve a questão da contratação e uso de mão-de-obra chinesa, por ser barata. Por exemplo, na China Road Corporation, os trabalhadores de origem chinesa eram os responsáveis por todas as áreas de produção. A maioria deles, teriam sido contratados para executar trabalhos básicos, e eram pagos salários baixos. Os abusos aos trabalhadores moçambicanos pelos chineses foram várias vezes reportados e a negação dos direitos trabalhistas era evidente em várias ocasiões.

⁷ O projecto, orçado em 315 milhões de dólares, contempla a construção de uma estrada com uma extensão de 74 quilómetros, dos quais 52 quilómetros consistem numa construção de raiz, e os restantes 22 serão uma reabilitação ou melhoramento”, disse Simango, falando hoje, em Maputo, durante uma conferência de imprensa para a apresentação do empreendimento. Deste montante, 300 milhões de dólares serão desembolsados pelo governo chinês, sendo o valor remanescente a contribuição do governo moçambicano. Segundo o edil da cidade de Maputo, o projecto também prevê a instalação de portagens, fora da cidade de Maputo, cujo número ainda falta determinar. “Este é um projecto de construção de uma estrada que, em princípio, terá portagens, não dentro da cidade”, disse. A estrada circular liga as cidades de Maputo, Matola e o distrito de Marracuene. Prosseguindo, o edil de Maputo disse que existem oportunidades para as empresas moçambicanas, que poderão ser subcontratadas para realizar determinados trabalhos. Sobre as oportunidades de emprego, Simango disse que as obras deverão empregar 115 trabalhadores estrangeiros, e cerca de 2.000 a 2.500 moçambicanos. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infraestur/marco-2012/municipio-lanca-projecto-estrada-circular-de-maputo/>, Acesso em: 29 de nov. 2023.

4 PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES

Neste capítulo apresento conceitos da psicossociologia e dos estudos de comunidades que apoiaram e deram diretriz teórica ao presente trabalho. A psicossociologia estuda as comunidades, e também agrega os estudos comunitários.

4.1 Psicossociologia de comunidades e estudos comunitários

A psicologia “é uma ciência que estuda o homem tanto no nível subjectivo” (Ferreira; Molas; Carrasco, 2015, p. 13), quanto no nível interpessoal, bem como em sua relação com o meio, de modo que tudo o que influencia a vida humana ou está em relação com humanidade é objeto da Psicologia, segundo Maciel e Alves (2015). A Psicologia estuda ainda a mente, a *psiche* social (Skurnik; George, 1964, p. 11-12) e ao se estudar o ser humano, há que se tomar em consideração sua história, sua cultura e o seu ambiente. Dessa forma, são indissociável o ser humano e o meio social na história das sociedades. A psicossociologia, tal como a psicologia comunitária são ramos da psicologia social (Campos, 2001, p.11), que nasce como uma proposta teórica nos anos 1960 (EICOS, 2021), cujo foco reside nos processos grupais e comunitários. Sua visão é ecológica e ambiental, segundo o site do EICOS⁸. Por isso que, para Macie e Alves (2015) é no fazer coletivo que o ser humano encontra a possibilidade de atuar como sujeito, mobilizando suas dimensões subjetivas, dando significado à sua vida, por meio da produção coletiva, realizando suas potencialidades. O coletivo poder ser uma comunidade dentro da psicologia sem discriminação.

A psicologia social comunitária por si, mais do que enquadrar o teórico da psicologia social, privilegia o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social individual, guiado por preceitos ético-humanos, observam Maciel e Alves (2015), visando construir trabalhos que possam construir e promover relações de cooperação, solidariedade e para o construção de sujeito críticos ponderados, e catalisadores das melhorias nas comunidades e sociedades onde se encontram. Ademais, esta busca também, minimizar a alienação, promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das suas prioridades de atuação, e encontrar soluções para os problemas relacionados à sua realidade, e encontrar alternativas de desenvolvimento mais

⁸ Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

sustentáveis, segundo Maciel e Alves (2015).

“No contexto da psicologia social, encontram-se os estudos comunitários, psicologia comunitária e a ecologia sócia”. Ambos campos abordam questões pertinentes, desde a desigualdade social e suas consequências na sociedade, e sobretudo, as subjectividades” (Ferreira, Molas; Carrasco, 2015, p. 13,15, 22-23) e colectividades, investiga a situação de saúde das populações no campo e da floresta, analisa a articulação ambiental, desigualdades sociais no contexto das comunidades rurais e assentamento das reformas agrárias, segundo Dimenstein e Leite (2014) e projetos empresariais, isto é, as pessoas, pontos de vista, culturas e identidades. Se existe desigualdade, é porque existem pessoas com objetivos diferenciados, e visões de mundo distintas. Ser igual, é o mais desejado, apesar de não constituir uma verdade. “A ascensão social é o alvo das classes, que inclui, os ruralistas, os políticos, os traficantes” (Euzébios Filho, 2011, p. 43) e os ricos. A ascensão social é alvo de todas as camadas sociais no mundo inteiro. Porém ninguém deseja ser tratado com desigualdade, indiferença, e nem com desprezo, independentemente de sua condição socioeconómica, crença religiosa, etnia ou raça, física ou mental. Deste modo, a igualdade e equidade são alvos desejados das políticas públicas.

O conceito comunidade tem variadas compreensões e definições. Segundo o dicionário infopédia.pt, a palavra Comunidade pode ser definida das seguintes variadas formas: a) Qualidade do que é comum; b) participação em comum; c) conjunto de pessoas que vivem num determinado território, sob um governo comum e partilhando uma herança cultural e histórica, sociedade; d) lugar onde vivem estas pessoas; e) totalidade dos cidadãos de um país; f) o Estado; g) qualquer conjunto de indivíduos organizados de forma coletiva ou unidos por algum traço comum; h) psicossocial, com características próprias, derivadas da própria forma como surgiu entre nós. E segundo Campos (2001) na biologia, a comunidade pode ser vista como conjunto de organismos que habitam um meio ou ambiente comum e se inter-relacionam.

A psicologia comunitária estuda comunidades nos seus sentidos abrangentes e holístico e, sua convivência com o meio ambiente e relações humanas. De outro lado, “ela busca melhoria das condições de vida de comunidades trabalhadoras” (Campos, 2001, p. 9), na sociedade, dentro das estruturas urbanas, suburbanas e rurais. Existem, por exemplo, “comunidades religiosas, ambientalistas, chinesas, africanas etc.”, (Moreira; Oliveira, 2000, p. 72-73). Neste contexto, a psicologia comunitária estuda as comunidades tal como referenciado acima. Contudo, neste estudo, por exemplo, a comunidade refere-se não somente às famílias

reassentadas de 5 bairros, para constituírem um único novo bairro denominado Nwahamuza no posto administrativo de Malehice, que faz limite com o Município de Chibuto, na província de Gaza, em Moçambique. Mas também o sentido de comunidade esta além da caracterização baseada somente em vínculo e nas formas de organização estrutural, das pessoas, em um mesmo território. Ela trata dos sentimentos, memória, tradição e ocupações vinculam essas pessoas ao território, propõe Costa (2008).

Do ponto de vista do conceito de psicologia comunitária, pode-se fazer levantamento das necessidades e carências vividas pelas comunidades de variadas características, sobretudo, segundo Campos (2001), referente às condições de saúde, educação e saneamento básico. Por outro lado, a psicossociologia, estuda as identidades comunitárias, as subjectividades, ecologia social, sustentabilidades em contextos variados, com destaque social, ambiental, entre outros. Indo além, ela abarca também, a crítica da psicossociologia, e redes sociais, para construção de processos psicossociais e constituição de conhecimentos, no seio das práticas grupais e comunitárias na sociedade contemporânea.

Os estudos de psicossociologia não ignoram as linhas epistemológicas da psicologia social, da comunicação, dentro do espaço sócio-político-econômico (EICOS, 2023), no contexto histórico atual.

Ambas as linhas, a psicossociologia de comunidades e ecologia social e psicologia comunitária estão fundados na psicologia social e na interdisciplinaridade, com intuito de entender e atender as necessidades humanas, dentro do contexto das comunidades, sejam elas urbanas, suburbanas e ou rurais. “Se existem psicologias, é porque as pessoas existem, nas suas subjectividades identitárias, como seres sociais que, precisam de uma forma ou de outra, intervenção ou atenção de alguma forma, seja direta ou indireta” (Freitas, 1996, p. 21-22).

A multidisciplinaridade, estabelece procedimentos práticos de acordo com a demanda social, e possibilidades de ação, segundo Campos (2001), que podem ser implementadas de formas estratégicas, através de reuniões, para análise das necessidades e possíveis soluções, singulares, comunitária e societária, segundo sua especificidade e necessidades.

A psicossociologia de comunidades e ecologia social, preocupa-se também com meio ambiente, a habitação de pessoas, na qualidade de singulares, comunidades, tal como organizacional. Porque, habitar faz parte da qualidade de vida, de acordo com Vasconcelos

(2001), dentro do contexto de habitação e do direito à cidade para humanos. Dentro da sociedade de consumo, segundo Bauman (1998), a habitação é um ponto crucial para a sociedade urbana moderna e rural. A casa faz parte do pacote da qualidade de vida em todas as dimensões. Habitação é uma necessidade, isto é, o tecto, é de bastante importância, apesar de não ser tudo que os seres humanos precisam. Pois, há quem pense, que viver ao relento, seja menos asfixiante, e a melhor decisão de acordo com suas necessidades, o estado psicossocial humano naquele momento de sua vida. Por isso, há que se tomar em consideração, o espaço geográfico, político, cultural, tradicional, financeiro, emocional etc., das pessoas, grupos ou comunidades. Os modelos culturais e tradicionais desempenham um papel fundamental para compreender as necessidades grupais, comunitárias e tradicionais. Por exemplo, para os nômades pastores em alguns pontos de África, como os Fulani⁹ na Nigéria (Genyi, 2014), o conceito de habitação é diferente de alguém que vive no Rio de Janeiro ou Chibuto em Moçambique, daí que é importante olhar-se para esses aspectos de forma crítica e com uma mente aberta.

Olhando para os hábitos costumeiros e tradicionais de cada sociedade, não se pode categoricamente afirmar que, uma habitação de quatro paredes é tudo que as comunidades ao redor do mundo almejam ter. Em algumas comunidades ao redor do mundo ter terra é vida. Pois, a terra para o cultivo, e alimentação do rebanho é mais importante que, um tecto de quatro paredes convencionais. A partir desta perspectiva, o conceito bairro toma dimensões diferentes dependendo do espaço e região do mundo.

4.2 O bairro em Moçambique

Este estudo toma em consideração o conceito de bairro no contexto de moçambicano. Porém, antes de abordar o conceito, é preciso entender a mais básica definição de território: que, segundo Heasbaert (2023), etimologicamente, *territorium*, pode se relacionar tanto a terra, espaço material, concreto, quando a *terrere*, do verbo amedrontar. Neste caso, território como

⁹ Os Fulani do norte mais árido da Nigéria são pastores nômades que se deslocam com as estações anuais de chuva e seca em busca de pastagens para os rebanhos. A Nigéria central atrai os nômades devido à disponibilidade de água e folhagem nas margens dos rios Benue e Níger; e a ausência da mosca tsé-tsé na região Central. Ao longo dos anos, esses grupos viveram pacificamente, até o início dos anos 2000, quando um violento conflito armado eclodiu entre eles pelo acesso a terras agrícolas e pastagens. Disponível em: <https://icermediation.org/pt/the-tiv-farmers-and-pastoralist-conflict/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

bairro, tem uma dupla conotação, uma mais material-funcional e outra mais simbólica-afetiva. De um modo amplo, o termo território associa-se a geografia, espaço físico veiculados ao Estado, dentro da política, e geografia política. Neste espaço geográfico político social se desenvolvem afetos, poder, identidades, memórias, tradições, que se expressam em forma e cultura de pertencimento. Ademais, para Costa (2008) bairro é um espaço coletivo. É um lugar onde se constroem memórias, e identidades de indivíduos! O bairro é um espaço de lembranças, cultura, tradição e sociedade. O lugar de nós, e do que somos, com sua própria história.

No bairro desenvolvem-se memórias, que segundo Costa (2008), é o estudo de uma colectânea de memórias sobre um espaço colectivo, considerando que as lembranças de uma pessoa e as formas como as lembranças são construídas colectivamente. O bairro é um lugar memorável.

No contexto moçambicano, o rural e o urbano são apresentados como espaços bem distintos e, representam dois mundos totalmente opostos, caminhando a velocidades desiguais, e representando culturas e realidades distintas. Tal como a história da colonização ditava para melhor servir seus interesses, o colonos portugueses, criaram os espaços urbanos com o objetivo de controle administrativo e ou político, sem, no entanto, eliminar o mundo rural dos limites, do novo espaço criado, segundo Araújo (2001-2002).

Neste estudo, tomou-se em consideração o conceito de bairro do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE). Assim sendo, o conceito de bairro nasce dentro da constituição e conceituação da população urbana, que destaca aquele que tem a sua residência permanente dentro dos limites administrativos dos aglomerados humanos sendo classificados como cidade e vilas (INE, 1997), e segundo o INE de 2017, em Moçambique, classificando-se a divisão administrativa de 1986, considerou-se como população urbana aquela que reside nas 23 cidades e 69 vilas em Moçambique. Aqueles que residem fora destes limites foram considerados como população rural, e este estudo centra-se nas comunidades rurais, que são forçadas a se urbanizar.

Foto 6 - O estaleiro que se tornou em escola e posto de saúde.



Fonte: Google earth, (22/11/2023)

Objectivando perpetuar a segregação racial colonial, os colonizadores portugueses estruturaram as cidades moçambicanas em dois compartimentos: de um lado, bairros configurados em plantas ortogonais e com edifícios verticais, redes de serviços, comércio, saneamento básico, abastecimento de energia eléctrica, água potável, telecomunicações etc., segundo Itumaloal (2019) e Araújo (2003). Do outro lado, para os indígenas, os nativos, não privilegiados, bairros estruturados em habitações horizontais, precárias ou não convencionais, sem infraestruturas e nem serviços básicos urbanos (INE, 2017).

Neste contexto, os bairros periféricos eram constituídos por construções de caniço, madeira e zinco, e algumas de avenaria, para separar o espaço urbano, e mostrar as realidades da diferença dos tipos de moradores, da cidade de cimento e de caniço, conforme Mendes (1979), e Araújo (1999; 2003). Esses bairros periféricos não se beneficiavam do ordenamento territorial encontrado nas cidades de cimento. Na prática, a área urbana sempre se beneficiou de infraestruturas e serviços, e a periferia urbana e zonas rurais continuaram sem serviços mesmo depois da independência, conforme Castel-Branco *et al*, (2012). Esses bairros periféricos ao redor da zona urbana, eram residências dos pobres, atraídos pela procura de oportunidades de

trabalho na cidade de cimento, que foram crescendo sem plano de ordenamento territorial, de forma desordenada e inadequada.

O caniço, o capim, e a madeira-e-zinco se tornaram, símbolos da luta pela dignidade humana, e símbolos da urbanidade periférica, enquanto o capim, o caniço, as casas maticadas de barro e estacas, à ruralidade, o atraso, o subdesenvolvimento, o mundo dos pretos sem classe. Portanto, o contexto deste estudo torna-se complexo devido a sua compostura. As comunidades em causa foram retiradas do meio rural sem infraestruturas e serviços para uma área urbana, com algumas infraestruturas e serviços básicos precários recém-criados.

4.3 Memória Social

A memória de bairro é o estudo de uma coletânea de memórias sobre um espaço coletivo, considerando que as lembranças de um indivíduo e as formas como lembra são construídas coletivamente, e que o coletivo é sempre o resultado de ações de indivíduos na sociedade (COSTA, 2008, p. 31).

Este ponto propõe uma breve análise da memória social no contexto da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. O estudo de memória social está inserido na Psicossociologia, que surge nos anos 1960 dentro do campo da Psicologia Social, com a ideia central de buscar compreender os fenômenos psicológicos e sociais (EICOS¹⁰, 2022). No qual as comunidades são sujeitas de processos de estudos de memória social e de movimentação motivados por projetos empresariais. Consubstanciando-se a interface entre as comunidades e os projetos concessionários, e o interesse do Estado Moçambicano pelos investimentos empresariais, e a figura do indiferente, no processo de negociação e facilitação do processo de implementação de planos socioeconômicos e empresariais, como a falta de proteção das comunidades, versus interesses econômicos, e a partilha de riqueza através de processos de reassentamento, quando bem regulamentado e com cumprimento integral, a retirada de sustento e seu impacto psicossocial entre gerações presentes e vindouras inseridas nos amanhãs desejáveis, precisam ser acauteladas. Indaga-se a questão: “se pode o Estado lutar contra seus projetos socioeconômicos?”, e busca-se responder à questão, sobre conflitos de interesses e

¹⁰ A Psicossociologia nasceu como proposta teórica dentro do campo da Psicologia Social, nos anos 1960. Sua ideia central era compreender os fenômenos psicológicos e sociais tendo a Comunicação como elo entre as duas dimensões. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/>. Acesso em: 10 dez. 2023

obrigações legais acima das pessoas no contexto da memória social.

A memória social, segundo Costa (2008), é um tema de discussão entre sociólogos, antropólogos e historiadores desde muito tempo, havendo atualmente diferentes visões sobre o tema. A memória social é também um conceito criado em uma vertente sociológica de pensamento, com a intenção de qualificar a diferença entre estudos biológicos, psicológicos ou filosóficos da memória, e um estudo da memória social, secundado por Gondar (2005). A memória social é o ontem, hoje e o amanhã, pois não é somente o social, mas cósmico, e que habita nos tempos da humanidade. Pois o passado nunca morre, não desaparece, não se apaga e nem se ignora (Drew Faust, 2019).

A memória é hoje. Ela é viva sempre que invocada. Para Das Dores (sd), Kilomba (2019) o estudo da memória tem caráter subjetivo. Uma subjetividade que a caracteriza com um método qualitativo, cuja base é o estudo do ser humano em sua relação com o meio social por ele criado e onde está inserido. O ser humano cria o meio social e as redes sociais por inclusão ou exclusão intencional ou não. Ademais, a memória encontra suas raízes na sua estrita relação com o poder das pessoas em guardar, lembrar acontecimentos, relativos ao seu meio e rede social.

Pois, “o estudo de memória social é sem dúvida um campo interdisciplinar, assim como transdisciplinar, pois ele produz o cruzamento e entrecruzamento entre disciplinas” (Gondar, 2005, p. 7). Segundo de Sá (2007), a memória tem sido apropriada como objeto de estudo não só para dar conta do funcionamento de organismos vivos e de máquinas, mas também na sociedade, da história, da cultura, da arte, da política e literatura. E, está também inserida no contexto da psicossociologia (Tavares; Vargas, 2017), o qual Nasciutti (1996) observa que a psicossociologia ocupa também um lugar interdisciplinar no estudo das ciências do homem ao considerar de forma complexa o campo de reflexão em que insere os sujeitos, a saber: “as relações que o indivíduo mantém com o social, os determinismos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, o modo como estas se estruturam e os efeitos da interação desses determinantes sobre os indivíduos” (Nasciutti, 1996, p. 54).

A memória representa o acúmulo, perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento, e sua reconstrução permanente (Gondar, 2005, p 5-8). Ela é um ato eminentemente individual, com base social (Peralta, 2007, p. 2). Contudo, o interesse pela memória invade hoje a vida de

muitas maneiras talvez nunca vistas antes, como já diagnosticado por diversos autores (de Sá, 2007, p. 290). Segundo das Dores (sd) A memória dos indivíduos, [---] não depende só de sua subjetividade, de seu espírito, mas do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a igreja, com a profissão, o que inclusive, o estimula, a força, o põe a lembrar. Isso, faz com que, esse pressuposto memorial seja tomado em consideração pelas autoridades e pelos próprios investidores empresariais.

Gondar (2005) observa que a memória social é como uma configuração de um embate contínuo entre lembrança e esquecimento. “O esquecimento de quem, ao lembrar, afasta-se de partes da lembrança, jogando-se ao esquecimento” segundo Carvalho e Costa (2011). Algo que, em processos de perdas e ganhos, como processos de movimentação de pessoas e bens, e marcos temporais da vida, de forma forçada, torna-se quase impossível esquecer. Assim que, as boas memórias nos trazem alegria, proveniente de um passado agradável, também os processos justos de como os assuntos são tratados, constituem uma alegria contínua, no meio do sofrimento, desafios, no meio da aprendizagem e o reaprender dentro de uma rede social.

4.4 Reinventar-se com base na memória social

A reinvenção social não significa recuperar o passado na sua inteireza, na sua pureza e totalidade, observa da Dores (sd), porém refazer a partir de ideias e valores de hoje, parte desse passado, pois, a memória detém o poder de ser selectiva, observa Kilomba (2008). Ela torna-se presente, sempre que é invocada. Tal poder seletivo está na decisão das pessoas, comunidades ou redes sociais colocarem seu livre-arbítrio a escolher o que se almejam lembrar. Logo, a memória social pode ser um motor para reinvenção em momentos de crise, de guerra, de alegria, de prosperidade ou de pobreza. No atual contexto de desdobramentos da Covid-19, o ser humano busca dentre várias memórias reinventar-se para enfrentar a crise, inventando vacinas contra a doença, tendo em vista um futuro melhor, cuja fundamentação está enraizada no seu passado recente, propellido pela crise sanitária global.

Na movimentação de pessoas, através de projetos de exploração, guerra, migrações, ou busca de melhores condições de vida em outros territórios, alguns se apegam às suas memórias

para lutar por uma vida melhor, e fonte de energia para almejar seus objetivos. Enquanto alguns optam por se apegarem ao passado para sua própria frustração e busca de quem culpar para seu regresso, ou estagnação. Estes dois últimos, são casos de estudos e debates mais aprofundados, tal como é o caso de ex-funcionários (chamados Madjermanes¹¹) Moçambicanos regressados da Antiga República Democrática Alemã na década de 1990, foi um Estado que existiu entre 1949 e 1990, que até hoje alguns se apegam ao que o governo não fez para eles, enquanto, os demais, avançam em todas as vertentes, se adaptando, e avançando com a vida. De salientar que a maioria dos trabalhadores regressados da ex-RDA se inseriu na sociedade, enquanto outros ficaram presos nas suas memórias (Carta, Terça-Feira, Janeiro 2020, 07:00).

4.5 Memórias pessoais

Ao buscar-se a memória pessoal, no ponto de vista de De Sá (2007) compreende-se que são aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um, que se localizam num passado individual e a ele se referem, tal histórico pessoal é construído na coletividade composta por uma sociedade, supondo que o individualismo surge do colectivo observam Peralta (2007) e Costa (2008). Esse passado é também presente na vida da pessoa e influencia seus passos e decisões no seu cotidiano. Por isso que, as memórias pessoais não são concebidas como tendo uma origem em um funcionamento de um processo de construção social, destaca De Sá (2007).

Ao invocar o Halbwachs sobre memória social, Peralta (2007) destaca a função base da memória enquanto imagem partilhada do passado, que é a promoção de vínculo de filiação entre os membros de um grupo, com base no seu passado histórico colectivo. Traduzindo, a memória pessoal se constrói no colectivo, afirma Costa (2008), onde ninguém é uma ilha! Essa posição é apoiada pelo conceito de *ubuntu*¹² que constitui um fator inegável na construção da

¹¹ Majermanes, expressão usada para descrever ex-funcionários moçambicanos na antiga RDA socialista, Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/4282-alguem-driblou-os-madjermanes>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹² *Ubuntu* é uma palavra africana antiga que significa „humanidade para com os outros“. Esta é muitas vezes descrita como nos lembrando que „eu sou por causa daquilo que nós todos somos“. Pois levamos o espírito do *Ubuntu* ao mundo dos computadores e *softwares*. A distribuição de *Ubuntu* representa melhor a comunidade dos *softwares* que é partilhada com o mundo. Tradução livre. Disponível em: <https://ubuntu.com>. Acesso em: 10 dez. 2023.

memória social dos povos africanos, em que “eu sou” por causa do coletivo. O conceito de *ubuntu* na sua natureza lança-nos ao conceito das redes sociais, que se pode traduzir em sistemas de construção de memória social coletiva, e a exata representação das redes sociais virtuais através da internet no século XXI. Pois “dia após dia, cresce a crença de que as tecnologias de comunicação em rede são uma ferramenta para promover a comunicação, as culturas, tornando-se em instrumentos mais poderosos de circulação de culturas, e informações da contemporaneidade, que são caracterizados pela cibercultura, que nasce a *world wide web* na década de 1991, conforme, Vermelho *et al.*, (2014). As mesmas redes sociais, a World wide web, e os aplicativos também servem de auxiliares de memórias de variadas formas, por exemplo, ao nos lembrarem das fotografias que guardamos nos arquivos na nuvem google fotos.

Por essa razão, a memória social através das redes sociais leva-nos a comunidade mundial virtual sem fronteiras, sem as barreiras antigas, das línguas, dos vistos de entrada através das embaixadas ou consulados. Portanto, a memória individual pode se construir com base nas redes virtuais, físicas, contato interpessoal que transmite mais afeto, calor e frieza, confiança e desconfiança, segurança ou insegurança, ou trauma, segundo Ehrlich, (2008). Dessa forma a psicossociologia é um campo vasto e possui um relevante papel no estudo de comunidades e ecologia social, merecendo uma maior atenção da comunidade científico-acadêmica, política e empresarial, devido a sua atenção aos fenômenos ecológicos-sociais.

As memórias históricas orais são instrumentos poderosíssimos para o processo de recomeço na vida individual e coletiva. Estas, podem ser boas ou traumáticas, no sentido clássico, uma vez que privam o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade ou com sua comunidade originária, sugere Kilomba (2019). Pois, ao fazer interface com a história, que não foi escrita ou que, apenas recentemente passou a ser transcrita, a chamada história oral, pode construir ou destruir uma sociedade. Um dos exemplos de memória históricos orais é a dos povos africanos, que impedidos de escrever suas memórias, as desenhavam em paredes, cavernas, e contavam aos seus descendentes, sobre o que seus antepassados teriam vivido no seu dia-a-dia. Em processos de deslocação de comunidades, de um lugar para o outro, seja qual for o motivo, socioeconômicos ou empresariais, criam uma base para se reinventarem e conseguirem encarar o presente e o futuro. Não obstante, reiniciar a vida em lugar diferente não

tem sido uma opção, todavia o caminho das comunidades.

O ser humano é flexivelmente complexo, capaz de se reinventar diante de situações extremas, sejam humanas ou desumanas. A sua capacidade racional e inteligente, o torna uma caixa de surpresas para a própria natureza, e ao seu próximo, exceto que, às vezes, a humanidade não consegue ascender à sua própria humanidade, segundo Irving (2012), porque a reinvenção humana ou social precisa se sustentar por ser de natureza polissêmica e complexa.

4.6 Reassentamento

O assunto de reassentamento ou deslocamento por complexas motivações, sejam de paz, guerra, econômicas, políticas são recorrentes no mundo atual. Esses processos envolvem a movimentação de pessoas e bens, memórias sociais, redes sociais, e criam traumas geracionais, aprendizado e frustração, alegria para uns e tristeza para outros.

O MOPH [Ministério de Obras Públicas e Habitação] (2013), entende que o deslocamento e reassentamento é transferência de pessoas, que tenham perdido seus bens materiais e imateriais pela calamidade natural, de um ponto do território nacional para o outro, criando a necessidade de *restauração de condições similares ou idênticas, ou acima do padrão de vida anterior*. Já o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), em colaboração com os governos e da sociedade Civil, destacam que, o deslocamento ou reassentamento é uma solução para o realojamento de pessoas, ou refugiados de guerra, ou de outros riscos que envolvem a perda de vidas humanas dentro de um país (ROSÁRIO *et al*, 2023). Para Dominguez e Baeninger (2014), o reassentamento é a solução usada pelo ACNUR, com a colaboração dos governos e da sociedade civil, para realojar pessoas ou grupos de refugiados que correm risco de vida no país de origem. O reassentamento, segundo este autor, está relacionado com os indivíduos que emigram para os outros países em busca de asilo, uma vez que nos seus países de origem sofrem perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

O dicionário online de português¹³¹⁵ conceitua “reassentamento como ação de assentar

¹³Novo assentamento; ação de fixar novamente, ou em outro lugar, um grupo de pessoas que já estava vivendo num determinado local, geralmente se refere aos trabalhadores e camponeses sem-terra. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/reassentamento/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

novamente, ou ação de fixar novamente, ou em outro lugar, um grupo de pessoas que já estavam vivendo num determinado local”, neste contexto, refere-se a comunidades com título de uso e aproveitamento de terra, e não aos sem terra. Este é o processo de remoção de um grupo de pessoas de um lugar para o outro, disponibilizando condições similares, *iguais ou superiores às anteriores*. Ademais, compensando-as de forma cautelosa e justa. Os objetos desse processo e suas benfeitorias, com base na lei, sem prejuízo ao proponente e nem as comunidades, famílias. O regulamento de reassentamento moçambicano prevê a compensação dos bens tangíveis, intangíveis e equipamentos sociais, e o patrimônio intangível, tal como as sepulturas, e florestas sagradas.

O regulamento de reassentamento moçambicano prevê que, “no deslocamento ou transferência da população afetada de um ponto do território nacional a outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superior ao padrão anterior de vida” (Decreto de 8 de agosto de 2014), deve-se tomar em conta as devidas compensações e criação de condições condignas e melhores que as anteriores. O incumprimento e seguimento deste regulamento pode suscitar descontentamento por parte das populações em causa, levando à criação de certo tipo de memória entre a rede social resultante desse processo, considerando a conceituação da rede social e de memória social.

4.7 Trauma social e geracional

Neste estudo, tomar-se-á em consideração o conceito descrito por e Kirmayer *et al.* (2007) que toma como base para o trauma, um evento sociopolítico, um processo psicofisiológico, uma experiência física e emocional, e um tema narrativo nas explicações do sofrimento individual e social. As famílias reassentadas podem por causa das situações envolvidas no processo de sua retirada das suas zonas de origem, perdas, rejeição e maus tratos pelo GdM e a Dingsheng Minerals, desenvolvido algum tipo de trauma que se tornaria geracional. Este trauma social poderá ser passado aos filhos de uma geração para outra através da oralidade e as experiências visíveis vivenciadas pelos pais, parentes e vizinhos. Segundo Reis e Ortega (2021) este conceito é presente em várias situações na sociedade moderna:

Assim, o conceito de trauma se tornou onipresente na organização das sociedades ocidentais contemporâneas, uma episteme fornecedora do arcabouço ético por meio do

qual teóricos e clínicos passaram a prescrever a virtualidade da experiência da violência e suas vicissitudes. O trauma seria o nosso meio atual de estabelecer uma causalidade entre um sofrimento presente e uma violência passada, a cicatriz que um evento trágico deixa em uma vítima individual ou em uma testemunha, e é igualmente a marca coletiva, em um grupo, de uma experiência histórica que pode ter ocorrido décadas, gerações ou mesmo séculos atrás. [---], sempre que um evento repentino, inesperado e terrífico interrompe o curso natural da vida, a linguagem do trauma é recrutada por profissionais e leigos em uma tentativa de representar o impensável: hoje se fala de experiências variadas (estupro, genocídio, escravidão, tortura, ataques terroristas ou desastres ambientais) através da mesma linguagem, tanto clínica quanto metafórica do trauma: um significante para uma pluralidade de males representados. A noção de trauma foi dilatada, portanto, para cobrir uma vasta gama de situações extremas e respostas individuais e coletivas diversas. (Ortega; Reis, 2021, p. 2).

4.8 Transformação Social

A transformação social neste contexto deste estudo, será conceituado do ponto de vista da psicologia social, que significa considerar que ela não é somente uma questão estrutural, política ou econômica, e a subjetividade, uma mera panaceia, segundo Sawaia (2014). A psicologia social, apresenta-se como um instrumento na luta pela libertação dos povos oprimidos e explorados, no contexto da psicologia de libertação de Martín-Baró (2001). Ela torna-se um instrumento importante para atuação nas comunidades através de sindicatos, e criação de movimentos sociais em processos de transformação social. Para Ghanen (2012) a educação pode significar parte desse processo de transformação de comunidades para uma realidade péssima ou melhor. De um outro lado, para Stephen (2002) o estudo das transformações sociais podem ser entendidos como análise das articulações transnacionais e da forma como estas afectam as sociedades nacionais, comunidades locais e os indivíduos.

A transform social para Azzi (2010) pode ser influenciada pela mídia, através da TV, rádio e drama com vista à oferta de informação, motivação e estratégias de ação que incentivam as pessoas a alterarem o curso de suas vidas. A aquisição de novos recursos para lidar com o dia-a-dia sempre exige estratégias de superação, na busca de novas formas ação. Bandura (2001), acredita que as comunidades como agentes, tem possibilidades de desenvolver sua capacidade de exercitar controle sobre a natureza e qualidade de suas vidas. Elas são vistas como agente ativos que executam influencia sobre sua própria motivação e ação. Bandura (2001, 2002) e Azzi (2010) colocam responsabilidade sobre as pessoas por conta de suas capacidades básicas humanas, por possuir um sistema outorrefente que os possibilita agir intencionalmente em direcção a fins específicos, elaborar planos de ação, antecipar possíveis resultados, avaliar e replanejar cursos de

ação.

5 SUSTENTABILIDADE ECOLÓGIA SOCIAL E ECOESPIRITUALIDADE

Quando se aborda o conceito de sustentabilidade, procura-se mostrar um conjunto de práticas ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. O termo em si, está relacionado ao desenvolvimento sustentável, que busca incentivar hábitos conscientes e a preservação dos recursos naturais no mundo. A sustentabilidade possui diferentes abordagens, social, ambiental, política, econômica, cultural entre outras indicadas por Cavalcante (1996). Neste contexto olharemos para sustentabilidade ambiental, social e cultural. A questão ambiental é bastante importante no debate atual, para as empresas, e as comunidades afetadas por projetos que de uma forma ou de outra tem um efeito direto ou indireto na vida das pessoas. Abordar-se-á também os conceitos da eco-espiritualidade e bioespiritualidade como subconceitos da espiritualidade do ponto de vista Nego Bispo dos Santos, Krenak e de Boff, com pontos de vistas diferentes. Olhar-se-á o conceitos de globalização, antropoceno, capitaloceno e capitalismo no contexto da sustentabilidade, ecologia social e Espiritualidade.

5.1 Globalização, Antropoceno, capitaloceno e capitalismo

Nesta seção, abordo os conceitos de globalização, antropoceno, capitaloceno, capitalismo e seus efeitos na transformação social de comunidades. Abordo primeiro o conceito de globalização, que se configura como um fenômeno marcante neste século, que tem suas especificidades na construção de territórios e lugares na economia de mercado, da produção e finanças, que funda uma nova divisão territorial de trabalho que acirra as desigualdades no espaço mundial, segundo Fuini, (2013). O processo de globalização é uma ação universal no sentido teórico – prático. Pois, este é abrangente e simultaneamente excludente. Quanto mais os países forem desenvolvidos tornam-se atores mais ativos e mais se beneficiam do processo. E, quanto menos desenvolvidos, os países, se beneficiam menos seguido de antropoceno.

5.2 Globalização

Para não inventar a roda, busco o conceito de globalização em Campus e Canavezes (2007):
Para Organização Internacional de Trabalho (2008), a globalização caracteriza-se pela:

trata-se de um processo à escala mundial, ou seja, transversal ao conjunto dos Estados-Nação que compõem o mundo; - uma dimensão essencial da globalização é a crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos do mundo inteiro, não só na esfera das relações económicas, mas também ao nível da interacção social e política. Ou seja, acontecimentos, decisões e actividades em determinada região do mundo têm significado e consequências em regiões muito distintas do globo. - uma característica da Globalização é a desterritorialização, ou seja, as relações entre os homens e entre instituições, sejam elas de natureza económica, política ou cultural, tendem a desvincular-se das contingências do espaço. (CAMPUS; CANAVEZES, 2007)

difusão de novas tecnologias, a circulação das idéias, o intercâmbio de bens e serviços, crescimento da movimentação de capital e fluxos financeiros, a internacionalização do mundo dos negócios e seus processos, do diálogo bem como da circulação de pessoas, especialmente trabalhadoras e trabalhadores; e por outra parte, o processo de cooperação e integração económicas têm contribuído a beneficiar certo número de países com altas taxas de crescimento económico e de criação de empregos, a integrar um número de indivíduos pobres da zona rural na moderna economia urbana, a elevar seus objetivos de desenvolvimento e a estimular a inovação na elaboração de produtos e circulação de ideias (OIT, 2008).

A globalização é uma fase do capitalismo, que anula o espaço que separa os mundos, onde tudo acontece em tempo real, como consequência do desenvolvimento tecnológico (BAUMAN, 1998, p.63). Ela trouxe uma maior desigualdade mundial entre os países, enquanto alguns ficaram mais ricos, outros tornaram-se mais pobres, segundo Banco Mundial (2002), e Ki-Zerbo (2016). O empobrecimento de alguns países tornou-se mais evidente, e formou-se uma estratégia para crescimento económico dos países ricos e industrializados, como os Europeus, EUA e a China, tal como relata o Banco Mundial, “empobreça seu vizinho”, Banco Mundial (2002).

A desigualdade mundial continua crescendo, dentro do contexto do capitalismo, assim que a exploração, segundo o ditado “*empobreça seu vizinho*”, vai-se camuflando de forma multifacetada. Neste contexto, o Banco Mundial, lança culpa aos países que ficaram atrás deste processo de globalização, por manterem políticas internas presas à exportação de produtos primários, conforme aponta o Banco Mundial (2002). Em outras palavras, o aumento do índice de pobreza para países africanos como Moçambique, foi por não terem aderido ao processo de globalização integral nas suas políticas socioeconómicas.

Os países africanos neste contexto, são prisioneiros de suas políticas internas, presos à exportação de matérias-primas, e como consequência, a pobreza continua crescendo. Os

grandes projetos econômicos em países pobres, existem para contribuir para o aumento da sua pobreza, além de contribuir para o desenvolvimento econômico interno, como a criação de emprego, integração de indivíduos pobres das zonas rurais na moderna economia urbana, a alcançar seus objetivos de desenvolvimento e estimular a inovação na elaboração de produtos e circulação de ideias, conforme o Banco Mundial (2002).

Macagno (2001), Rodney (2002), Ki-Zerbo (2006), Canclini (2003), Mbembe (2018), concordam que, o capitalismo e a globalização na África beneficiam os interesses dos países ex-colonizadores. O intercâmbio entre esses países, se dá de forma desigual, posto que, uns exportam matérias-primas brutas a baixos custos, e outros vendem produtos manufacturados com valores agregados. Isto, já acontecia desde a época colonial portuguesa, visto que, Portugal nunca teve interesse em desenvolver Moçambique. Ki-Zerbo (2006) vai longe ao observar que a globalização e o capitalismo virão a fracassar, porque já estão no caminho do fracasso, porque produziram, não só a pobreza, mas a pauperização.

A globalização é a fase atual do capitalismo, caminho para melhor execução dos ideais capitalistas. O capitalismo econômico não é o principal foco deste estudo, contudo é de bastante relevância à medida que discuto a questão do antropoceno e capitaloceno. Consequentemente, melhor elucidar e contextualizar o conceito de capitaloceno, há necessidade de se invocar o capitalismo neste capítulo. Quero acrescentar que, o foco deste estudo não é a transformação econômica desenvolvido em Polanyi (1944), contudo a transformação social da perspectiva da psicossociologia comunidades está inserida dentro da psicologia social.

A transformação sócia é um termo abrangente que denota uma mudança positiva da sociedade, porque denota uma prática sócia que propicie algum aprendizado. Segundo Sawaia (2014), transformação não é somente uma questão estrutural, política ou econômica, e para Azzi (2010), a subjectividade, uma mera panacea. Ela é realizada pelas atividades humanaa, que são formaa de pensar e agir, que se materilizam no tempo e nas relações humanas de produção dominados pela política e processo de de subjectivação.

Conforme Fontes (2017), o capitalismo é como forma de ser histórico sobre o domínio do capital, que se apresenta a partir da necessidade abstrata da valorização do valor. Para Ki-zerbo (2006) o capitalismo é uma propriedade concentrada de recursos sociais que precisa converter-se em capital, e extrair valor e se valorizar. Fontes (2017) vai longe ao descrever que

na sociedade capitalista, o tempo deixa de ser o compasso da vida para tornar-se a medida social da produção do valor “tempo é dinheiro” (Fontes, 2017, p. 2). A substância humana está vinculada ao trabalho, seja através do emprego formal ou trabalho informal, na perspectiva de Fontes (2017) e Mbembe (2018). O capitalismo implica a venda da força de trabalho para garantir a subsistência biológica e social, como seus direitos à reforma (aposentadoria), saúde, e educação, isto é, a generalização do trabalho assalariado, destacada em Proni, (1997) para indústria.

Para o capitalista, seu objetivo é de apropriação e valorização, sob forma de direito exclusivo de uso e aproveitamento, a toda e qualquer coisa material para seu benefício econômico, (Comprato, 2011) que é o atual símbolo de poder. Tendo como consequência, a dominação das nações ricas sobre as nações pobres, a exploração e a destruição do meio ambiente.

5.3 O desenraizamento: a insustentabilidade do antropoceno e do capitaloceno

A Davis (2005) questiona como se pode resistir com êxito ao capitalismo global e o seu impulso pela dominação? O capitalismo sempre buscou a dominação em todas as esferas que se pode imaginar, incluindo a terra. A terra ficou barata com a natureza barata, e esta natureza barata está no seu fim, segundo Moore, (2022), e Haraway (2016). Na visão de Moore e Haraway para além de a natureza ter-se tornado em recurso, ao tratarem o meio ambiente como mercadoria, sobretudo no avanço neoliberalista, neste sentido, a natureza (seus bens) se tornara produtos caros., como os minérios, a água, as árvores, etc.

O capitalismo implementado pelo governo de Moçambique por vias das multinacionais mineradoras, visa não só trazer dependência, mas sim, uma incessante busca da venda de mão-de- obra barata. Esta visão é diferente de um dos fundadores da FRELIMO, Samora Machel que afirmava “*que o Moçambique libertado, o homem novo que seria criado, teria que aprender a noção do valor do trabalho*” (Borges, 2021, p. 231) como fator indispensável à construção do seu país.

O capitalismo apresenta-se como opressor da natureza. A natureza torna-se barata o que Moore (2022) denomina de “*Cheap Nature*”, natureza barata, porque o capitalismo atribui um

valor barato a ela, barateia, degrada ou inferioriza num sentido, e no outro sentido ético-político, para torná-la barata em termos de preço. O preço da natureza baixa. Quero invocar a Davis (2005), para desabafar sobre a incapacidade e inabilidade do capitalismo crescer e de se desenvolver sem expandir, aprofundar a exploração humana, barateando sua mão-de-obra de forma desigual segundo Moore (2015a):

Essas são, sem dúvida, questões de opressão. E também são fundamentais para a economia política do capitalismo, que jaz sob uma estratégia audaz de acumulação: a Natureza Barata (*Cheap Nature*). Para o capitalismo, a Natureza é “barata” em dois sentidos: por um lado, precifica os elementos da Natureza, dando-lhes um valor “barato”; por outro, barateia, degrada ou inferioriza a Natureza num sentido ético-político, para torná-la barata em termos de preço. Esses dois momentos estão entrelaçados a cada instante e em cada grande transformação do capitalismo dos últimos cinco séculos. Natureza num sentido ético-político, para torná-la barata em termos de preço. Esses dois momentos estão entrelaçados a cada instante e em cada grande transformação do capitalismo dos últimos cinco séculos. (MOORE, 2015a, p. 12).

O capitalismo, em um país pobre como Moçambique, visa ao invés de trazer vantagens palpáveis, o extermínio das populações dependentes da terra para sua sobrevivência cotidiana, assim como já afirmavam o Rodney (1982 [1972]), Ki-Zirbo (2006), Appiah (1992) que “acrescenta lacuna tecnológica e económica entre a Europa ocidental e a África fazia parte da tendência do capitalismo de concentrar ou polarizar a riqueza e a pobreza em dois extremos opostos” (Appiah, 1992, p. 40). Uma realidade por mais que não seja exatamente o deslocamento de idosos e analfabetos, jovens sem qualificação técnico-profissional das zonas rurais para bairros urbanizados, onde o dinheiro é o meio principal de troca gera o aumento do pauperismo.

O capitalismo traduz-se em uma condenação à morte acelerada para uns, e para outros um desafio para readaptação. Ela conduz a sociedade a uma transformação social célere. Os jovens, motivados pela urbanização, tendem a buscar por novas oportunidades em zonas urbanas, fazendo os trabalhos mais menosprezados para conseguirem sobreviver e cuidar de suas famílias, entre outros. Para a população idosa, torna-se uma situação penosa, porque a assistência social em Moçambique é insignificante para suprir as necessidades básicas de uma família que varia dentre 540,00 – 840,00 meticais (Correspondente a 64.6 Reais Brasileiros, jan/2023) mensais dependendo do número do agregado, e são pagos por trimestre, segundo INAS (2023), que não ajudaria tanto dependendo do custo de vida. em outubro de 2023 o preço do arroz estava 75 meticais por 1 quilograma, o tomate esta 84 meticais por quilograma,

(Precismundi¹⁴, outubro 2023).

O programa Subsídio de Alimentos em Moçambique segue elevadíssima em Moçambique, segundo Soares *et al* (2010). A cesta básica neste caso seria o seguinte: entre 5 a 7 kgs, Soares *et al* (2010), mostraram que em média, uma família beneficiária recebia 149 meticais (USD 5,35). E cerca de 50 por cento das famílias recebiam o mínimo de 100 meticais correspondente a (USD 1.5/Real 7,1) mensal, e ainda existiam aquelas famílias que recebiam 200 meticais (USD 3.0/Real 14,2). Esses dados mostram que com o alto custo de vida, não era possível sobreviver com esse apoio, quanto tanto irregular. Se um café no Brasil custa 4 reais no restaurante, imagina para quem tenha que depender de 7 reais como assistência e renda mensal:

O valor médio do benefício recebido pelas famílias é de 149 meticais (USD 5,38). Cerca de 50 por cento das famílias recebiam o mínimo de 100 meticais e 30 por cento recebiam 200 meticais. Entre aqueles que recebiam o mínimo, 35 por cento tinham pelo menos uma criança menor de 18 anos; esta criança representa um potencial beneficiário indireto que não estava recebendo sua parte do benefício (Soares *et al* 2010).

A destruição da natureza, tornada barata no conceito Capitaloceno, segundo Moore (2022), traduz-se na destruição da vida rural, traduzido em problema ambiental (Pereira Junior; Pereira, 2017) e “alienação de seus residentes que sempre fizeram da natureza sua casa e fonte de renda geracionais”. Porque, a destruição da natureza por motivos mineiros, não é sustentável para as comunidades deslocadas e sobretudo desqualificadas. Segundo, não é possível empregar todo mundo deslocado, se olharmos para capacidade de empregabilidade, e qualificação exigidas pelas multinacionais.

Pois, a capacidade de criação de condições similares às destruídas, levaria décadas, a não ser que se criem projetos de Responsabilidade Social Corporativa com objetivo de apoiar as comunidades de diversas formas, no sentido de apoiá-las no seu sustento, formação técnico-profissional para os mais jovens, e programas de agricultura auto-sustentável, além de um sistema de subsídio conforme os deslocados além ter sido prometido, no valor de trez mil meticais (3,000.00 mtn), (USD 46.87/Reais 214), entre outros para as mulheres e idosos poderem continuar com suas atividades enquanto buscam se adaptar a uma nova vida.

¹⁴ Os preços dos alimentos nos supermercados em Moçambique até 10 de Dezembro seria o custo para encher a cesta básica de um cidadão. Disponível em: <https://pt.preciosmundi.com/mocambique/precos-supermercado> . Acesso em: 10 dez. 2023.

Não se pode falar de capitaloceno sem se abordar o antropoceno, que é mais um evento-limite, escatológico que é o enunciar do fim do mundo, e que marca descontinuidades graves, pois, o que vem não será como o que veio antes, segundo Hanna (2016). E o trabalho dos cientistas de todas as esferas, é de fazer com que seja curto e ténue quanto possível, e cultivar, uns com os outros, em todos sentidos imagináveis, épocas por vir, que possam reconstruir os refúgios, alerta Hanna (2016).

Voltando ao capitalismo, Krenak (2022) questiona sobre a existência dos governos que vão sendo substituídos pelas grandes corporações, perdendo assim, seu poder para proteção de seus povos em detrimento e medo da perda dos negócios e investimentos multinacionais. Porque proteger um povo mísero, que apenas traz despesas ao Estado, ao invés de ganhar pela venda da terra? Será que os governos deixarão de existir? Á que notar, que as corporações detêm maior poder econômico que alguns governos ou países. Esse poder, é nalgum momento superior aos orçamentos desses governos. Krenak (2022) é contundente ao observar que o poder, hoje, é uma abstração concentrada em marcas aglutinadas em corporações e representada por alguns humanóides. Tais humanóides são altas individualidades e governantes, que se fazem representar através dessas multinacionais, na qualidade de accionistas fictícios e em *offshores*¹⁵.

Talvez o GdM não queira se envolver na vida dos deslocados, objetivando desenvolver o país de outra forma, ou as grandes multinacionais que não pagam nenhum devido as absurdas isenções. Caso o GdM se envolva, pode enxergar o dano feito aos cidadãos desterrados, empobrecidos além da conta anterior, e se sinta maldisposto com suas políticas capitalistas. Quem sabe? Uma recolonização consentida de Moçambique pelas empresas chinesas e outros países por via do sector privado; ou será uma forma de pagar as dívidas bilionárias e ocultas entregando de bandeja os seus recursos naturais, em detrimento da vida dos reassentados, os povos nativos, destituídos do direito à protecção e justa compensação? Pois é, o ignorante não tem direito a reivindicação. Além do sim, senhor da terra, ou é por fins obviamente económicos?

¹⁵ O termo offshore – que significa algo como “fora da costa” – se refere a uma forma de investir no exterior, seja por meio de uma conta bancária ou de uma empresa constituída em outro país. Em outras palavras, uma offshore existe quando o proprietário da conta ou empresa mora em um país e realiza negócios em outros. Por sua vez, esses negócios podem ter origens diversas, como investimentos no mercado financeiro, imobiliário, atividades operacionais de empresas, e assim por diante. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/guias/offshore/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Antes da exploração mineradora pela Corridor Sands, a primeira empresa a explorar as areias pesadas em Chibuto, que posteriormente desistiu, e mais tarde pela *Ding Sheng Minerals*, as comunidades podiam exercer suas atividades e recebiam algum apoio da Corridor Sands. Uns praticavam a pesca, outros a caça, corte da lenha, trabalhavam a terra próximo as suas residências, que era o modo de vida, sem pensar em oferecer sua mão-de-obra para ter uma renda mensal.

A terra lhes oferecia as deliciosas frutas, que iam apanhando, as delícias da vida rural. As *mangueiras*, as *maforeiras*, as *massaleiras*, as laranjeiras e *tangerineiras*, etc., competiam em fornecer o alimento para cada época do ano. Agora, porém, tudo se tornou um sonho e lembranças. Krenak (2022) elucida que, a experiência da colectividade foi tomada, para se introduzir a singularidade, ao individualismo, a urbanização capitalista, que exige o dinheiro para sobrevivência e impulsiona a mendicância entre os idosos, jovens e crianças. Porque o sonho de boa vida se tornou o cântico da desgraça.

Neste sentido, o capitalismo está ocupando a vida de maneira incontornável, e incontrollável. Se a ONU foi incapaz de conter o desmatamento, observa Krenak (2022), o que se espera de governos pobres, que lutam pelo desenvolvimento de seus territórios? Urge a questão dentro deste debate: Não estaria o governo Moçambicano vendendo seu povo e seu país ao Grande Capital das multinacionais? E as multinacionais, uma vez que tenham pago ao governo, não estariam reivindicando seu direito de explorar e roubar os países africanos em suas riquezas, se utilizando de uma identidade chinesa, e assim causando ódio entre povoado e chineses, enquanto o Estado Moçambicano concentra a riqueza alcançada com acordos milionários? Não quero concordar que a natureza seja barata.

No século XIX, a Europa buscou motivações raciais para dominar a África de forma mais violenta e aberta nas sociedades capitalistas, Rodney (2018 [1972]), não será isso que está se testemunhando hoje de forma mais moderna de exploração humana, dos povos africanos, endividando os Estados e, os tornando dependentes, tal como se invocava no início que a África precisava da colonização para avançar além do estágio alcançado da Independência Europeia, e para Moçambique dos pobres portugueses que se faziam de burgueses, às custas dos recursos do povo? A destituição e captura de reis como Ngungunhane e seu aprisionamento nos Açores, indica Rodney (2018) e Santana (2016), a forma pretensiosa usada por Portugal para poder explorar e roubar os recursos e os povos de forma livre e desimpedida. Também Portugal

precisava ir ao encontro da pressão Inglesa sobre a possibilidade de se perder a colônia a favor da Inglaterra, conforme Macagno (2001). Portugal colonizou Moçambique até 1975. Hoje opera a mesma estratégia, mais avançada e violenta. Se acha que, com algumas infraestruturas precárias atribuídas aos povoados são sinônimos de desenvolvimento e ou civilização, destituindo-lhes da fonte de vida, e renda para seu auto-sustento, destruindo a natureza, e tomando tudo que lhes fazia sentir-se gente, é engano. As quatro paredes e água não matam fome!

O capitalismo é um ato global que diz respeito a todas as pessoas, sobre o que acontece a todos nós, segundo Bauman (1998). Este tem suas implicações na transformação da sociedade. Em Moçambique, em particular no caso de Chibuto, o capitalismo e o neocapitalismo manifestam-se como empobrecedores dos povoados. O sistema capitalista e neo-capitalista têm o poder de forma direta ou indirecta, de obrigar as pessoas a venderem seu trabalho de forma condicionada pelo dinheiro, se afundando na profunda pobreza e dependência, por falta de qualificação adequada para ocuparem cargos e vagas, que exigem educação técnico-profissional e superior especializada. Essa dependência, ocorre porque o capitalismo submete os mais pobres ao regime de servidão pela lógica do trabalho.

5.4 Os ODS, a Ecologia Social e a Sustentabilidade socioambiental planetária

O planeta Terra é nossa casa comum, e para Boff (2012) a solução para os nossos problemas não caem do céu. Ele acrescenta que, cuidar da Terra foi a tarefa dada aos seres humanos pelo Criador, para os que acreditam nessa versão Criacionistas. A visão criacionista¹⁶ monoteísta defende a versão da Bíblia Sagrada, que diz que o Deus é o Criador do universo. Esta crença é baseada em Genesis 1:1 e 26:

“No princípio criou Deus os Céus e a Terra”. “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes domar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a Terra”

¹⁶ Disponível em

<https://www.scb.org.br/revistacriacionista/wp-content/uploads/sites/11/2019/09/artigo-a-necessidade-do-criacionismo.pdf> , acesso em 18 de mar., 2024

Para a teoria evolucionista Deus criou tudo a seu tempo, contudo, de outro lado existe uma perspectiva cosmológica da criação. Que segundo Bartomane (2014), a Cosmologia é a ideia de que o universo teve origem num evento extraordinário que aconteceu num passado remoto remonta dos mais antigos mitos da criação, e praticamente todas as civilizações desenvolveram sistemas cosmogónicos para situar a sua posição na ordem geral do cosmos. Esta perspectiva, frequentemente referido como modelo do “*Big Bang*”¹⁷, o universo teve origem num único ponto no espaço-tempo onde estava concentrada toda a energia do universo e que há cerca de 13,8 mil milhões de anos começou a expandir aceleradamente. Para esta visão, o mundo foi um acidente, uma explosão, um caos que se organizou e que esta em expansão. O interessante é que em ambas perspectivas teóricas, o universo teve um início. A primeira diz que houve um criador, e segunda foi um Bang, e isso, é o que importa e guia este estudo.

Por esse motivo, este capítulo aborda a discussão da sustentabilidade, a qual Boff (2012) descreve como uma falsa ecologia, por tendenciar ao ocultamento dos reais problemas ambientais, motivados pela ambição por grandeza econômica desmedida. Assim, o assunto de sustentabilidade, é vasto e complexo, e requer muita atenção devido à sua inserção no conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), trajeto traçado na Agenda 2030 pela ONU, embora esse ambicioso objetivo esteja longe de ser alcançado. A Covid-19, o surgimento de novas guerras como o caso da Ucrânia e a Rússia vieram embaraçar esse grande e ambicioso projeto das nações membros assinantes envolvidas. O surgimento de novas guerras civis, desastres ambientais causados pelo homem e desastres naturais graves que, se tem verificado, vem inviabilizando o cumprimento integral do DS e da Agenda 2030.

A crescente e revigorada injustiça social negligenciada pelos desenhadores da Agenda 2030, ao colocarem o assunto em segundo plano, também é algo intrigante para as sociedades atuais. Pois, quem detém o poder econômico, militar e tecnológico tende a se impor, colocando suas regras, e ignorando os objetivos plasmados na agenda 2030. E o mais assustador, está na raiz dos países considerados ecológicos, que se recusam em abrir mão de certas áreas para alcançar os ODS na área ambiental, tornando o ambiente cada dia mais insustentável (Comunicação Pessoal, Irving, 2021). Recentemente, a China se retirou do acordo de Paris como forma de recusa clara de seguir com o plano ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável é um plano para prosperidade a ser almejado por todas

¹⁷ Disponível em https://web.ist.utl.pt/orfeu.bertolami/BigBang_2014.pdf acesso em 18 mar., 2024.

as nações do mundo. Esse plano de ação é suposto que seja do interesse de todas partes interessadas. “A sustentabilidade deve ser uma fundação e o pilar da prosperidade das nações! Pois toda riqueza, assim como a pobreza, a ruralidade e a urbanidade precisam ser sustentáveis” (Fernandes, 2012, p. 18). E essas questões tornam-se um quebra-cabeça para muitos planejadores em várias áreas. Tudo tem que ser sustentável. Enquanto alguns países lutam para sustentar suas riquezas, outros lutam para modificar essa lógica vigente. Ademais, dentro de um mundo mergulhado pela crise causada pela Covid-19, os países precisam buscar meios sustentáveis para continuarem a existir com resiliência. Pois, esta pandemia, veio para testar os pilares de todas as economias e suas fontes de sustentabilidade.

A agenda 2030, mostra com todas as letras que os países desejam manter suas riquezas a todo o custo, os pobres desejam se tornar ricos, algo que os ricos por mais que tragam este plano, não estejam dispostos a vê-los ricos:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Por isso, reconhece-se que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2030).

A implementação dos objetivos da Agenda 2030, não poderá ser cumprida na sua íntegra tal como é desejada, porém esta determina o caminho ou serve de guia para a sustentabilidade, social, econômica, e ambiental, mesmo diante de tanta resistência de vários países, considerados ecológicos, de abrir mão de algumas áreas importantes para o seu cumprimento, Irving (2021).

Como conceituamos a sustentabilidade dentro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável? E como conceituar a sustentabilidade para comunidades que organicamente vivem a relação com a espiritualidade, com o território e com a natureza? Boff (2012) conceitua sustentabilidade como uma farsa promovida pelos humanos, que é também uma questão de vida ou morte. Esse processo de falsidade da sustentabilidade, leva a dizimação da biodiversidade, e a chegada do antropoceno.

O capitalismo, por quão desenvolvido que é, não foi capaz de fazer uso de suas tecnologias avançadas para transplantar as sagradas e veneradas árvores nas matas de Chibuto para o novo bairro onde as comunidades foram assentadas. Ou será porque a mão invisível

egoísta da racionalidade económica fundou-se no pressuposto de agentes económicos que conduzidos, traduzem suas condutas egoístas num bem comum, Aleff (2001) excludente?

Segundo Irving e Oliveira (2012), o campo da sustentabilidade constitui um terreno interdisciplinar complexo e plural por pressuposto e, está associado a um debate teórico controverso e também pulsante, entre ideologias e percepções de mundo distintas, cuja banalização é manifesta através de discursos oficiais, porém que, inspiram um debate crítico e, projetam um horizonte desejável em uma civilização em crise. Dessa forma, ela constitui um termo polissêmico e atravessa o simples debate de inspiração ambiental ou a noção de enfrentamento de risco em uma sociedade em crise (Irving *et al*, p. 73-74). Além disso, para Tavares (2014), o conceito de sustentabilidade, atualmente, evidencia a condição de integração entre os parâmetros ecológicos, sociais e a prática econômica neoliberal de aceleração do desenvolvimento contemporâneo.

Nesse sentido, no seio da dinâmica, a crise global vem atingindo todos os países do planeta, afetando o desenvolvimento da humanidade, empurrando-a à globalização, o que produz a pluralidade de crises interdependentes (Irving; Oliveira, 2012). E perante o conceito de sustentabilidade, segundo a Agenda 2030, buscam-se os amanhãs desejáveis (ONU, 2012), que projetam caminhos complexos, e inalcançáveis diante da crise aguda que se manifesta abaladora em função dos acontecimentos ao nível planetário. A sustentabilidade, todavia, clama por um desenvolvimento planetário consciente, repensando no consumo de recursos naturais, perante o crescimento populacional descontrolado (Tavares; Irving, 2009), e crise migratória provocada pelas guerras, e busca de El-dourado em países desenvolvidos, segundo Mosca e Selemene (2011). O afogamento das economias a nível global e o crescimento do setor privado, os riscos de perdas pelos países desenvolvidos, a proteção e busca de novas fontes de energia e recursos naturais, guiam os motivos de cooperação internacional entre o rico e o pobre do mundo contemporâneo.

5.5 A Ecologia Social e os pilares da Sustentabilidade

Para Irving e Oliveira (2012), os pilares da sustentabilidade contêm três dimensões interdependentes: economia, social e ambiental, considerando também a dimensão ético-política. Que por consequência, colocam a questão da justiça social em segundo plano. E

esses pilares são uma questão de vida ou morte se buscar olhar para a sustentabilidade do ponto de vista de Boff (2012), onde ele observa que “a sustentabilidade é questão de vida ou morte, pois somente com ela o futuro da espécie humana no Planeta Terra estará assegurado”.

Boff (2012) Apesar de olhar para sustentabilidade como uma farsa, propõe um conceito de sustentabilidade mais integrado, que reforça as ideias de construção de um novo paradigma civilizatório e de não restrição da ecologia ao ambientalismo puro e simples. Este conceito converge de alguma forma com o de Irving e Oliveira (2012), na sua tentativa de trazer uma vertente mais abrangente da sustentabilidade.

A sustentabilidade inserida nos ODS (Agenda 2030) visa o uso equilibrado de recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, e que garante as mesmas possibilidades para as gerações futuras. Porém, como garantir esse equilíbrio em casos de reassentamentos, e como sustentar os territórios tradicionais, onde os espaços de reprodução cultural, social e econômicas são retirados dos povos e comunidades tradicionais, que sendo utilizadas de forma temporárias ou permanentes, por várias gerações, onde os povos indígenas são dizimados, e seus espaços usurpados à força sem justas compensações, e em nome do desenvolvimento? As mesmas leis e decretos que visam o desenvolvimento e sustentabilidade integrada, voltam contra si próprios, por causa da aplicação indevida, e que extrapola todos os limites estabelecidos.

A sustentabilidade clama por uma conservação do meio (International Union for Conservation of Nature (2007; 2019), Irving (2010; 2019), a Secretariat of the Convention on Biological Diversity [CBD] (2016), e a Millennium Development Goals (2000) trazem diretrizes para conservação do meio e para o setor do turismo, como sendo algo voluntário, sem obrigação por parte de seus integrantes, com uma vasta gama de oportunidades variadas para as comunidades locais, regionais, nacionais, governos, população indígena e outros atores para gerenciar atividades turísticas numa forma ecológica, econômica e socialmente sustentável.

Porquanto, segundo a Agenda 21 da ONU, os objetivos de desenvolvimento e ambientais iriam exigir um flúir substancial de um novo incremento de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, para que pudessem cobrir custos para que encararem os problemas ambientais globais, e para que acelerassem um desenvolvimento sustentável. Essa capacidade financeira iria fortalecer a capacidade internacional das instituições para a sua

implementação. Porém, esse incremento não se tem notado, e atualmente, cada país luta para sua sobrevivência, segurando o máximo de seus recursos, e investindo no egocentrismo patriótico segundo a UNEP (2015) e UNESCO (2005).

A exploração mineira é algo positivo para as nações quando os benefícios favorecem seus governos e povos. Nesta perspectiva, o caminho da mineração não tem volta, exceto quando se verifica o esgotamento total do recurso, para Castel-Branco, (2013). Por isso, mares de dinheiro são gastos para se conseguir a exploração de recursos no subsolo, razão pela qual, mesmo perante chacinas de guerras, a exploração mineira continua crescendo de forma vigorosa.

Segundo Machanguana e Sardinha (2020) estão majoritariamente concentradas na zona central e norte de Moçambique a exploração de recursos naturais, que tornou-se em maldição, enquanto em outras, o descobrimento de recursos, observado por Chivangue, (2016) vai gerando conflitos resultantes da insatisfação dos reassentados, Mosca e Selemane (2012), e a estratégia meticulosa de dividir as populações através de reassentamentos para melhor reinar, controlar e garantir a contenção de possíveis insurgências dos reassentados, observa Selemane (2010), e sustentar a permanência no local de exploração. Além disso, ao inserir um vilão forjado nesses casos, a multinacional Dingsheng, o governo moçambicano comete o crime perfeito: vende suas terras e seu povo, recolhe o capital envolvido na negociação, e faz com que o povoado acredite que seus inimigos são os chineses.

Para Machanguana e Sardinha (2020) e Chivangue (2016) a contribuição da indústria mineradora para o desenvolvimento, gera controvérsias no debate acadêmico e na esfera política, sobre como fazer a garantia da preservação da natureza e do desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Neste contexto, para Mosca e Selemane (2011) Moçambique se torna um El Dourado para os países desenvolvidos, que sempre olharam para África como um *distant other* segundo Bach, (2013) citado por Chivangue (2016), e se tornou a nova fronteira do mundo dos negócios (ibid). Por esse motivo, a mineração deve se tornar sustentável para que as grandes multinacionais possam garantir o retorno de seus investimentos, e cimentar o desenvolvimento da indústria mineira em África, onde Moçambique está inserida.

Portanto, para garantir a sustentabilidade de algumas mineradoras multinacionais,

condições desumanas são criadas como forma de assegurar mais lucro, atropelando os procedimentos legais, pressionando os governos a cortar impostos através de isenções, e em processos de reassentamentos, e desenvolvimento das pessoas afetadas. Pois, segundo Selemane (2011), casos como o da Província de Tete em Moçambique, mostram que são necessárias mais ações em prol do desenvolvimento de pessoas nas zonas de exploração mineira. Por isso, os procedimentos de reassentamentos precisam ser aprofundados e melhorados, tornando-os mais humanos, para melhor habilitá-los a fazerem uso das oportunidades trazidas pelas multinacionais. Todavia, a desumanização, e subdesenvolvimento humano intencionado, tornam os países e comunidades hospedeiras dependentes de mão-de-obra estrangeira qualificada, para sustentar suas intenções de auto-sustentabilidade. As leis e regulamentos para exploração mineira, também contribuem para manutenção da exploração mineira, porque favorecem as multinacionais ao disponibilizarem isenções absurdas, à custa das comunidades e dos países hospedeiros, Machanguana e Sardinha (2020), como é o caso de Tete e outras áreas onde há exploração de recursos naturais, como gás, Petróleo, diamantes, areias pesadas e outros recursos preciosos, observa Selemane (2011).

As mineradoras multinacionais extrativistas, quando atuam em Moçambique e outros países africanos em vias de desenvolvimento são muitas vezes, associadas a uma série de problemas com as comunidades hospedeiras devido ao seu poder de impor os seus valores, costumes, fonte de renda, injustiça socioeconômica e por estimular a emergência de conflitos com as populações locais, destacado por Chivangue, (2017), Kemp *et al.*, (2017), Onyebuchi e Obumneke, (2013), Machanguana e Sardinha (2020), e Mosca e Selemane (2012).

Talvez porque Moçambique é tido como o país de alto risco para investimento externo, essas empresas criam tamanha desigualdade no tratamento das comunidades.

Desde 2017, o norte de Moçambique, a província de Cabo Delgado, tem sido palco de insurgência militar brutal por parte de grupos terroristas, com conexão ao Islão radical, cujo objetivo é desconhecido, porém, tem colocado em questão o desenvolvimento sustentável da atividade de extração e exploração de gás na bacia do Rovuma. As populações que deveriam se beneficiar dos lucros resultantes de atividade mineira, estão dispersas, debandadas pelos distritos circunvizinhos devido ao medo e terror, decapitações exageradas e crueldade desumana. E urge a questão: “onde está o papel da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

da Total em meio a esta guerra não declarada, que afeta as populações hospedeiras?” Qual é o papel do Estado moçambicano em contextos de delocação por projetos empresariais? Porque se explorar os recursos naturais, se a mineração traz prejuízos, morte, deslocamentos forçados? Qual é a utilidade de tanta dispersão sem ganhos para as comunidades? Onde está a sustentabilidade da mineração por exemplo do gás em Cabo delgado, senão o sofrimento dos povoados?

A sustentabilidade clama por uma RSC ativa aos grandes investimentos multinacionais para as comunidades hospedeiras e o resto dos *stakeholders* baseado em Machanguana e Sardinha, (2021) e Chivangue (2016). Pois, o responder-socialmente responsável para com as comunidades, contribui para sustentabilidade das empresas, pois estas comunidades se tornam zeladoras e protetoras dos interesses das multinacionais se agirem de forma justa, segundo Middeldorp *et al.* (2016). Todavia, a forma como a RSC é colocada em práticas pelas multinacionais em Moçambique deixa muito a desejar. Elas não cumprem com seu dever como devia ser, tal como que esta prevista no regulamento de reassento. Há que, o GdM tomar medidas rígidas contra os infractores. As promessas devem ser cumpridas com rigor, e a fiscalização deve incluir os órgãos de justiça nacional, desde o nível distrital ao nacional. Quero insistir que a RSC não pode ser vista como um favor prestado as comunidades afectadas pro projetos empresariais, contudo um dever de lei, moral e social. A conservação do ambiente observa Bandura (2002) é de extrema importância e urgente, pois tem sido um problema global, e este apresenta um desafio para o alcance da sustentabilidade ecologicamente sustentável e do crescimento sócio-económico. Ademais, o alto nível de consumo, e o estrago ao ecossistema causado pelas tecnologias construídas para o consumo industrial precisa ser compensado e limitado. Bandura destaca ainda que, a terra tem seus limites na capacidade de cuidado, porque os recursos da terra são finitos. Portanto, dentro desde finitude, a RSC precisa ser efectivada para trazer uma combinação da sustentabilidade dos habitantes, buscar meios para melhoria dos níveis de fertilizantes da terra, aumento de longevidade através de práticas saudáveis e controle de doenças comunicáveis. Precisa-se melhorar o nível de vida das comunidades hospedeiras, através do melhoramento de níveis de vida, sócio-económica, sem degradar a qualidade do ambiente, insiste Bandura (2002).

Viegas (2005) observa que a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai

dependem da capacidade de se submeterem aos preceitos de prudência ecológica, e de fazerem um bom uso da natureza. Quanto à prudência ecológica, refere-se à insustentabilidade do Planeta Terra, que leva ao que Ferreira (2012) chama de “pegada ecológica” sem desresponsabilizar as grandes multinacionais e as políticas dos Estados do capitalismo central. Pois, caso se ignore, os países capitalistas podem se ausentar das grandes mudanças ambientais que deviam criar o bem-estar comum. E, é por esse motivo que se fala em Desenvolvimento Sustentável. Ademais, Viegas (2005) vai longe ao afirmar que “o rigor, a adjetivação deveria ser desdobrado em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. E conforme Jannuzzi e Carlo (2018), a Agenda 2030 parece uma “tábua de salvação” para a sustentabilidade do mundo, mesmo diante de tantas dúvidas de sua implementação por parte de seus signatários. Porém, para Tavares e Irving (2009) a sustentabilidade evidencia a condição de integração entre os parâmetros ecológicos, sociais e a prática econômica neoliberal de aceleração do desenvolvimento contemporâneo. Este, por sua vez, traz a interface entre a economia, ambiente, e a sociedade, entre o pobre e o rico, o trabalhador e o desempregado.

5.6 Biointeração e eco-espiritualidade

Nesta seção vou abordar o conceito da eco-espiritualidade como subconceito da espiritualidade do ponto de vista de Boff, e Nego Bispo dos Santos. Relacionar os conceitos de ecossistema, espiritualidade, eco-espiritualidade e bio-espiritualidade, olhando para a Confluência e Transfluência na perspectiva de Santos, “no sentido de entender os princípios que regem a eco-espiritualidade, sem ignorar os conceitos-chaves que norteiam as correntes de espiritualidade mundiais, neste caso, o Monoteísmo e o Politeísmo” (Dawkins, 2006, pp. 57-65) como o sincretismo africano. Estes conceitos levarão em consideração duas teorias, criacionista e cosmológicas:

Segundo Boff, (2004) a natureza da espiritualidade impõe humildade e despretensão para abordar sua origem. Neste sentido, as predisposições e pressuposições teológicas desempenham um papel fundamental para sua abordagem. Dependendo da abordagem individual, influenciada pelas pressuposições, o que sustenta a nossa espiritualidade é a fé absoluta-graduada numa certa divindade ou ideologia, e não importa sua origem. Sem fé e

confiança, a espiritualidade não tem como se sustentar, pois a fé é a certeza daquilo que se espera e a prova das coisas que não vemos. Porém a espiritualidade e a lealdade às divindades vai além da fé para sua sustentabilidade, porque há também a questão da perseguição, e demais, a raiz da espiritualidade que origina a necessidade do adorador obter a essência da sua identidade.

A espiritualidade baseia-se na fé de cada indivíduo, comunidade, na subjectividade, na colectividade, e na história desse povo. Ela está profundamente enraizada na história, cultura, tradição, influência comunitária e subjetividade que constroem a fé e uma visão de mundo da esperança e da prova que as pessoas esperam. Um paraíso ideológico, e o retorno como deus e ancestral para os povos africanos, orientais e americanos não monoteístas.

Segundo o *New Dictionary of Theology* (1988), a espiritualidade é de origem Catolico-francês, usada em vários sentidos por académicos e tradição cristã, talvez por a vida espiritual ser complexa. Contudo o conceito de espiritualidade envolve um relacionamento entre divindades segundo da Silva (2007) e uma pessoa, um grupo, comunidade, inserida dentro da cultura ou tradição religiosa. Para da Silva (2007) a crença corresponde ao corpo teórico da religião e, tem como essência as concepções a respeito da divindade. o ritual refere-se ao aspecto prático da fé, e a expressão em atos do que se pensa, acredita e deseja do transcendente. Por exemplo, no contexto afro-moçambicano, a espiritualidade está ligada a devoção e adoração aos antepassados, e aos deuses (*os swikwembos*) que se encarnam através de um corpo humano, onde encontram meios de expressão. Tal como foi a seguinte declaração de Gautama Buda “trabalhem diligentemente para vossa salvação, isto é, iluminação” (Smith, 1958, p.107). Precisamos ter o cuidado ao afirmar que a espiritualidade está distanciada da religião, da cultura, do sobrenatural, ou mesmo, declaramos como falsas assunções ideológicas observa da Silva (2007). Porém, para Oliveiras e Junges (2012) ela toma outro sentido diferente da Teologia ao se referirem que:

em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS), incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, remetendo a questões como significado e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa. Para ela, a espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido. (Oliveiras; Junges, 2012).

Entretanto, para da Silva (2007), para entendermos a religião e a espiritualidade

precisamos levar em consideração todas as questões aqui refletidas e, saberemos que, este fenômeno não se baseia em mentiras, como muitas vezes se podem imaginar, trata-se na verdade, de um grande e primeiro esforço, carregado de mística, para compreender a existência.

Segundo MaBô e Kbelo, (2023) a espiritualidade provém do místico, e a doutrina filosófica que tem por base a existência de Deus (deus) e da alma. Também a espiritualidade incorpora “propensão humana a buscar significado para a vida por meio de conceitos que transcendem o tangível, à procura de um sentido de conexão com algo maior que si próprio” (Cardoso, 2014, p. 59). Para estes, o culto espiritual implica sacrifício, um lugar sagrado, escolhido pelos espíritos através de seus sacerdotes, e envolve, a oferta de animais, desde as aves, cabritos, até os bois. Por fim, pode demandar o sacrifício humano dependendo da dimensão da exigência feita pelos deuses.

A espiritualidade afro-moçambicana vai além do monoteísmo, abarcando nesta instância, a eco-espiritualidade e a bio-espiritualidade, porque o culto sincrético, envolve a natureza como meio de expressão da existência espiritual. O local do sagrado reside na floresta, nas árvores sagradas, e no simbolismo natural e, possessão humana pelos seres espirituais não detentores de corpos físicos. Esses seres, podem ser convidados pelos adoradores, assim como eles têm o poder de se forçar e tomar posse de quem lhes conceder o direito de entrada, por mais que seja de forma inconsciente.

A natureza por seu lado, faz parte da preferência dos seres espirituais invisíveis ao olho nu, que coabitam com a natureza e, se expressam através dos adoradores possuídos ou através da transmissão dos saberes e sabedoria além da capacidade humana, para o benefício da humanidade. Não quero desvalorizar o ponto de vista do ateu, que afirma a inexistência dos deuses, ou de um Deus Criador. Contudo, não quero desacreditar o ponto de vista das religiões, porque o ateísmo já é, por si só, uma religião, ao invés de um pensamento negador da prática da espiritualidade. Ser um ateu é ser um religioso.

Na bio-espiritualidade, o bio e a espiritualidade confluem para gerar o eco-espiritual. Também, a natureza e o mundo espiritual confluem, porque um depende do outro, porém não se misturam devido a sua essência. Contudo, ambos interagem de forma unânime e versátil.

Do ponto de vista teológico monoteísta ao qual estou mais familiarizado, sem desejar

contradizer a teoria da evolução cientificamente reconhecida, o bio e o eco podem ser espiritual, porque o visível é criado pelo invisível imaterial.

De outro lado temos a cosmologia padrão. A visão cosmológica leva em consideração o Big Bang segundo Aderaldo e Gonsalves (2020). Para Bartomane (2014) a Cosmologia é a ideia de que o Universo teve origem num evento extraordinário que aconteceu num passado remoto, remonta dos mais antigos mitos da criação, e praticamente todas as civilizações desenvolveram sistemas cosmogônicos para situar a sua posição na ordem geral do cosmos. Esta perspectiva, frequentemente referido como modelo do “*Big Bang*”, o Universo teve origem num único ponto no espaço-tempo onde estava concentrada toda a energia do Universo e que há cerca de 13,8 mil milhões de anos começou a expandir aceleradamente. Aderaldo e Gonsalves (2020) observam que a cosmologia leva em consideração as proposições do *Big Bang*, ou seja, que o Universo teve um início extremamente denso, quente e compacto, seguido de um período inflacionário e uma posterior expansão. Para esta visão, o mundo foi um acidente, uma explosão, um caos que se organizou e que está em expansão. Em ambas visões teóricas, o universo teve um início. A primeira diz que houve um criador, e segunda foi um *Bang*, a grande explosão que do caos se organizou de força exata e precisa e deu o surgimento dos seres vivos e a matéria visível e invisível a olho nu e a vida espiritual.

Portanto, nesta perspectiva, somos chamados à consciência de que o invisível coabita com o visível, sendo de sua forma politeísta, assim como a monoteísta. O politeísmo onde se encaixa o sincretismo das religiões de matrizes africanas, como em Moçambique, é manifesto através dos Tinyangas, chamados guardiões da dimensão espiritual, e está diretamente ligado à natureza.

Para Thomas (1933), “a árvore era a coisa mais nobre que um príncipe em traje de coroação, e talvez a mais venerável de todas as coisas inanimadas do universo porque estas estão ligadas a essência do Homem, que é natureza religiosa na sua forma de ser e agir”. Por isso que, a brutal chacina das árvores (Thomas, 1933, p. 255) por projetos de mineração são uma autêntica violação do direito à religiosidade e adoração e prestação de culto aos antepassados, aos *swicumbos* (os deuses), não que não se deva fazer o usufruto dos minérios escondidos no subsolo para o bem privado e ou público, mas que, se estude mecanismos adequados para continuação das tradições e práticas religiosas milenares. A devastação de

árvores, mais do que uma violação ao culto dos antepassados, dos mortos, é uma violação do próprio direito à essência espiritual destas comunidades, que não se dissociam do que é “natureza”.

5.7 O Conflito da eco-espiritualidade e o desmatamento

O desmatamento foi sempre uma forma de busca de energia para o usufruto humano. Somos remetidos a um conflito óbvio entre o desmatamento e a eco-espiritualidade. Espiritualidade significa aquilo que tem origem no espírito, isto é, “vem do espírito” (Boff, 2004, p. 253). Eco, do ecossistema, e natureza física. Há, portanto, um conflito entre a silvicultura comercial que exige o abate regular, as necessidades de ornamento, agrado e ostentação, a busca do minério, as areias pesadas para o fabrico do titânio, zircão, etc. (Thomas, 1933, p. 255). O espiritual luta contra a ação humana, que é supostamente fruto de sua criação.

No conflito entre o desmatamento, por mineração, encontra-se também a satisfação dos evangélicos e protestantes que olham para as árvores sagradas como forma de prática da idolatria, enquanto, os outros na mesma linha monoteísta, olham para os bosques e a floresta como um dos lugares mais ricos para a busca e prática da meditação, o silêncio, a religiosidade positiva à busca do Ser mais superior das divindades celestes. Os bosques e matas, se tornam o lugar de refúgio para aqueles que amam a solidão positiva, propõe Thomas, (1933). De outro lado, como conciliar a eco-espiritualidade com o capitalismo multinacional que se instalou em Moçambique através da mineração das areias pesadas e outras formas? Será que a ética ambiental promovida por Leff (1998), nos pode trazer alguma luz neste contexto de desmatamento, e atropelamento dos usos e costumes tradicionais milenares das comunidades tradicionais e de subsistência agrícola? Será que os direitos culturais e tradicionais podem nos trazer uma solução para dar continuidade à prestação de culto e ao relacionamento com a natureza florestal e a natureza espiritual?

A polaridade desigual trazida pelos países industrializados dentro desta ordem global, propõe uma nova ética no concernente ao problema de sobrevivência, pobreza crítica, satisfação de necessidades básicas, dignidade humana e sua espiritualidade” (Aleff, 2001, p. 84). Daí que, a eco-espiritualidade, nesta instância, chama por uma racionalidade ambiental, fundada nos direitos culturais e tradicionais das comunidades ao redor do mundo dominado pelo

capitalismo, egoísmo e desrespeito às divindades espirituais envolvidas em relação com seus adoradores.

A eco-espiritualidade clama também, segundo Leff (2001), por uma racionalidade ambiental fundada numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos, em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e, em valores culturais que dão sentido à existência humana.

No tocante a eco-espiritualidade, Boff (2004) observa que, precisamos saborear e conhecer a grandeza do Deus para os monoteístas, ou dos Deuses e Deusas e para os Politeístas, o criador da natureza para podermos entender a relação sobre a espiritualidade e o eco. Porque a eco-espiritualidade, não se contenta em falar sobre, mas procura viver a partir de uma nova identificação com a Terra e com o próprio cosmos, habitados e assumidos por Deus. Por isso, para Boff, “espírito é tudo aquilo que respira e expira, e depois do ser Humano, o animal. Em seguida os vegetais e por fim a própria Terra com tudo o que ela contém” (BOFF, 2004, p. 253). Nesta perspectiva, a natureza é vista como Gaia, superorganismo vivo, a Mãe terra, (Mama, Nana etc.), (Boff, 2004. p. 253). Uma pessoa é um ser espiritual que necessita de um ser espiritual maior que ele para se sustentar e achar o significado da vida.

5.8 Biointeração e saberes orgânicos: Bio-espiritualidade

A religião é uma família, tal como são o ser humano e a terra. O ser humano é membro da terra. Ele é da terra onde faz parte como um hóspede. Ele é o espírito que se tornou um bio! O bio vem da biologia, que é a ciência que estuda os seres vivos e suas relações. Na teologia monoteísta Judaíco-cristã, e islâmica, o ser humano foi o último a se tornar um bio através da criação pelo Criador. Ele não é somente um bio, mas também a imagem de um Criador invisível e que, pode se relacionar com as pessoas nas diferentes dimensões. Neste contexto, o bio e o espiritual estão diretamente relacionados, e um depende do outro, conforme localizamos também na Bíblia: conforme a teoria criacionista baseada na Bíblia Sagrada, no livro de Gênesis 1:26 “*Então Deus (Criador) determinou: “Façamos o ser humano à nossa imagem, de acordo com a nossa semelhança”*”.

Neste trecho, somos confrontados com o ser bio que é fruto do espiritual. Eliade (1963) concorda que existe um deus de poderes sobrenaturais, que desceu outrora para criar o mundo. Neste sentido, o espiritual cria o bio, o ser humano à sua imagem, com a consciência da sua existência relacional. A imagem do espírito se reflete sobre o ser humano que é bio, e por isso, é importante olharmos para o respeito mútuo entre as pessoas como família e religião, independentemente de suas culturas, crenças, tradições e raças, segundo Appiah (1992). Vinculado ao bio, reside o espiritual que criou o ser humano, o material, e o atribuiu a várias facetas, chamadas de raças ou etnias e religiões. Neste sentido, se o ser humano é diferente da natureza e outros animais devido a sua semelhança ao seu “criador”, bem como de outros seres vivos como os vegetais. E desta forma, cria-se a relação hierárquica por diferenciação que permite, que seres humanos explorem a natureza de forma sustentável, mas não outros humanos. As pessoas não foram criadas para explorar seus semelhantes.

O poeta moçambicano, Alberto Machavele, dizia em um dos seus poemas “que o ser humano tem uma dívida com a terra”. Essa dívida está ligada com o espiritual e com a própria terra onde somos hóspedes, e o bio tem dívida com o espírito.

Por essas razões, os condutores do processo do reassentamento dos povoados em Chibuto, parecem ter propositadamente ignorado conhecer o modo de pensar das comunidades, tal como diz o Waldman (2006), “conhecer uma sociedade é conhecer como ela pensa”, será que eles foram devidamente consultados? Ou os seus pensamentos como partes integrantes foram considerados? Pode-se considerar que há uma negação da cultura dos Changanas reassentados pela multinacional Chinesa exploradora do minério, isto é, as areias pesadas, ao recusar o respeito pelas tradições e ancestralidade dos povoados. A negação constitui-se desta forma, um desprezo pela cultura do outro, considerando-a como inferior à sua.

A destruição da natureza, o meio ambiente, por meio de projetos empresariais na busca de minérios, fere a bio-espiritualidade sustentada por meio das florestas e seus constituintes, tal como animais e plantas. Não quero de forma alguma, advogar que a exploração do minério no subsolo seja algo totalmente negativo para as economias dos países, contudo acredito que se deve tomar em conta as questões ambientais, e suas diversas formas de sustentabilidade, protegendo também a, biodiversidade, o ambiente, bio-espiritualidade, mantendo, transferindo e protegendo a espiritualidade praticada pelas comunidades através do bio. Os seres humanos é o mordomo do planeta, os recursos naturais foram criados para seu uso, porém a exploração

extrema e sem reposição tem efeitos extremamente negativos, tal como o aquecimento global, os desastres naturais, seca e terremotos causados pelo excesso de exploração sem medidas.

6 PROJETOS ECONÔMICOS: ENTRE O ESTADO E AS COMUNIDADES

A interface entre o investidor, as comunidades e os governos onde projetos são implementados deve ser baseada em primeiro lugar na boa-fé, na lei e no cumprimento de promessas. As comunidades são parte integral dos *stakeholders*¹⁸¹⁷ de projetos econômicos, por mais que a maioria não cumpra com os requisitos técnicos e profissionais para aderirem às posições como especialistas, todavia isso pode ser ultrapassado, através de projeto de formação profissional contínua das comunidades e programas de responsabilidade social.

6.1 O Estado: Órgão fiscalizador, opressor, ou protetor?

O Estado através do governo do dia pode desempenhar o papel de fiscalizador e protector das comunidades. No lugar de proteger as comunidades, por causa dos seus objetivos socioeconômicos, os representantes do Estado, tem violado os direitos dos cidadãos a favor do capitalismo que investe em grandes projetos econômicos, como tem acontecido em alguns lugares ao redor de Moçambique, pois “estes projetos apenas no seu conjunto, empregam apenas 4% da força de trabalho assalariada formal no setor industrial” (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 2). A demanda de mão-de-obra especializada é alta, e o nível de empregabilidade de mão-de-obra local é escassa devido a falta de qualificações e, do alto nível de competitividade nos grandes projetos.

6.2 Como distribuir riqueza através do processo de reassentamento?

Presume-se que o objetivo do reassentamento serve para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de um país, supõe Hoffmann (2001) e garantir que as populações afetadas,

¹⁸ Os Stakeholders são peça fundamental de apoio à organização e também devem ser considerados na tomada de decisão de uma empresa. Eles podem ser internos ou externos. Alguns exemplos de interessados são: colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas. Disponível em: <https://artia.com/blog/o-que-e-stakeholders-e-qual-o-papel-nos-projetos/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

tenham uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e econômicos. Porém, não é o que ocorre na realidade estudada. Supõe-se que se os projetos estejam a distribuir riqueza para as populações, pois as suas condições de vida devem melhorar, porque beneficiar-se-ão do cumprimento das alíneas b, c, d, e, e h, do regulamento de reassentamento¹⁹, aprovado pelo Estado Moçambicano, porém o não cumprimento deste dispositivo legal, resulta no empobrecimento das comunidades, criando novas redes sociais e trauma social que resulta da perda, frustrações e perda de confiança do GdM que vai passar de geração em geração. Passo a citar, Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas de 2012:

b) Actividade Económica. c) Bens Tangíveis – são todos os bens mensuráveis, individuais ou colectivos, tais como, colheitas, imóveis e benfeitorias efectuadas na área expropriada. d) Bens Intangíveis - são todos os bens não mensuráveis, individuais ou colectivos, tais como, vias de comunicação e acessibilidade aos meios de transporte. e) Equipamentos Sociais – todas as infra-estruturas sociais prioritários, de carácter diário. Fazem parte destes as escolas, creche, escolas, unidades sanitárias e mercados. f) Património Intangível – campas, floresta sagrada; h) População Afectada – as pessoas que vivem na área abrangida por uma determinada actividade pública ou privada que seja susceptível de provocar sua deslocação de um ponto a outro do território nacional. (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, 2012)

6.3 O papel do Estado como Zelador e as paredes da fome

Os governos atuais em representação ao Estado são os reguladores e fiscalizadores, e garantem o cumprimento e implementação dos direitos fundamentais constitucionais de seus povos, independentemente de seus programas. O cumprimento da lei, durante os processos de reassentamento de pessoas e bens, para implementação de programas socioeconômicos deve ser observado na sua estrita dimensão, pois são vidas de contribuintes que sustentam o Estado através de seus impostos, e fontes de renda para suas famílias, memórias sociais, ancestralidade, e identidades colocadas em causa. Há que também destacar a questão dos direitos humanos dentro do processo. Porque, construir quatro paredes e dar água não é sempre a solução como muitos julgam, por mais que seja uma visão progressista, pois nada adianta tirar todas as fontes de subsistência de uma família em troca de quatro paredes e fome.

Além de princípios de equidade social, benefício direto, igualdade social, segundo a

¹⁹ Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/30404_regulamentodereassentamento04.05.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

Constituição da República de Moçambique [CRM] (2004), no seu artigo 3, artigo 6, alíneas c, d, e, f, da CRM, de 1990, o princípio de responsabilidade social deve prevalecer. É responsabilidade do investidor, criar infra-estruturas sociais, que promovam a aprendizagem, lazer, desporto, saúde, cultura e outros projetos do interesse comunitário com a supervisão do zelador (Regulamento de 23 de agosto de 2012), aprovado pelo decreto nº 31/2012, de 8 de agosto, que prevê os direitos dos reassentados. A indiferença no tratamento das comunidades, a ausência da prática da responsabilidade social nos processos iniciais de reassentamentos, já é um indicador de que o investidor, pode ser um carrasco empresarial em cumplicidade com o governo do dia, cujo objetivo é somente o lucro e o resto não importa. Importa salientar que, o lucro é importante e necessário nos negócios, porém a vida humana e seu bem-estar não podem ser colocados em segundo plano. Um Estado sem povo é sinônimo de tirania e mercenarismo governamental. Castel-Branco (2008) frisa que a riqueza dos grandes projetos implementados por grandes empresas não beneficia o Estado e muito menos as populações locais, pois:

A riqueza gerada pelos megaprojectos pertence às corporações que os possuem e controlam e não à economia como um todo. Portanto, o impacto da riqueza produzida pelos mega projectos na economia nacional é relacionado com o grau de retenção e absorção dessa riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida. Quer dizer, o impacto da fundição de alumínio ou da exploração do gás e das areias minerais depende de como é que a economia retém e absorve parte do valor de produção e das vendas dessas empresas. (Castel-Branco, 2008, p. 5).

No caso de Moçambique, o Estado não ganha quase nada com a exploração de seus recursos minerais, a não ser as ditas mais-valias. Além da espoliação do minério através da mineração desenfreada e dos territórios dos nativos, apesar de ter havido alguns avanços significativos no concernente às novas leis, também no interesse do capitalismo, segundo Matos e Medeiros (2017). O objetivo do capital internacional, dentro do capitalismo, continua sendo de exploração por espoliação, condicionando leis que favorecem os objetivos das multinacionais. Porque, a construção de uma casa, não são tudo que as comunidades essencialmente precisam para continuar com suas vidas, pois, estes já tinham suas residências, e sobreviviam nas condições consideradas mais difíceis, é com dignidade humana. As quatro paredes que as multinacionais constroem, não são sinônimo de bem-estar psicossocial, econômico, cultural e tradicional. Em algum momento, as paredes são um engano pretensioso, que abre espaço para uma exposição legitimada pelo Estado moçambicano sob a alça das multinacionais.

A compulsiva perda de terra por parte dos povoados, tal como, estudos mostram o mesmo cenário que decorreu em Chibuto, no posto administrativo de Topuito, distrito de Larde, onde também se exploram areias pesadas formadas pelo conjunto de minerais de titânio (ilmenita, zircão e rutilo), por uma empresa irlandesa Kenmare Moma Mining, segundo, Frei (2016). Por este motivo, surge uma questão que não se pode deixar de lado. Será que casa é tudo que os povoados precisam? Será que as comunidades sempre viveram ao relento, para apenas só se preocupar em dar-lhes casas, enquanto de outro lado, elas perdem os recursos e outros meios de subsistência dentro de um país tido como democrático? Será que as quatro paredes têm mesmo significado que o lar que as comunidades sempre tiveram. O que significa lar para as multinacionais? Seria lar casa ou terra?

Moçambique, é sem dúvida um país rico em recursos minerais, segundo Frei (2016) e Matos e Medeiros (2017), porém, será que essa riqueza se reflete no bolso do cidadão que reside no povoado, onde a mineração decorre? Será que esse valor é canalizado para construção de infraestruturas e serviços básicos que beneficiam as comunidades rurais nos distritos onde a mineração ocorre? O que adianta, dizer que Moçambique é rico, enquanto seu povo, comunidades, infraestruturas são as mais pobres do mundo. A riqueza ideológica propagada pelos políticos através dos discursos, não passa de uma falácia e predatória dos povos e seus recursos. A afirmação de Selemene e Castel-Branco (2010, 2021) de que o governo moçambicano está determinado por meio de concessões a facilitar a extração e exportação de minério, é um facto. Porém duvida-se se o objetivo é realmente para financiar setores vitais tal como se refere sobre a vida dos moçambicanos. Pois, os setores os quais se referem que devem ser financiados, são os mais precários a nível do território moçambicano. As infraestruturas de educação e saúde são uma lástima e muitos deles estão fora dos padrões considerados normais (Selemene; Castel-Branco, 2010). As infraestruturas em Chibuto, por exemplo, apontam para uma direção oposta às declarações de Selemene e Castel-Branco (2021), e Frei (2016). Tornar um estaleiro de um empreiteiro, em uma unidade sanitária, é um desconforto delicado no que diz respeito à qualidade das infraestruturas. O empreiteiro constrói abrigos temporários com o fim de depois destruí-los, por isso não obedecem nenhum padrão.

6.4 Proteção das comunidades versus interesses econômicos governamentais.

Sem sombra de dúvida, o rico é mais poderoso que o pobre, porém o governo não é

maior que seu povo, pois o povo é o próprio Estado. A questão é, pode haver conflito de interesse entre o Estado e o povo? A resposta cabe ao leitor discernir com os olhos firmados na lei e aos instrumentos aprovados pelo próprio governo através de seus representantes, e seus planos socioeconômicos, cujos objetivos são de angariar mais impostos para efeitos de desenvolvimento de projetos e servir as comunidades afetadas. Todavia, surge a seguinte questão: Será que o governo do dia entende seu papel como representante do Estado que representa a sociedade? Em Moçambique, a terra pertence ao Estado, que se faz representar pelo governo eleito, por meio do sufrágio universal segundo a Constituição da República de Moçambique (CRM, 1990; 2018). A violação dos direitos do cidadão por agentes do Estado, é de inteira responsabilidade do Estado através dos seus órgãos judiciais, entre outros, que devem garantir o cumprimento dos direitos constitucionais, segundo artigo 58, alíneas 1 e 2 da CRM (2018).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS: O processo do deslocamento e reassentamento do povoado levado a cabo pela Multinacional chinesa Dingsheng e o Governo do Distrito de Chibuto

7.1 Emprego, renda, sustento

O processo de reassentamento teve início no final de 2017 e foram, segundo os Serviços Provinciais de Ordenamento Territorial, reassentadas 271 famílias e não 229 famílias descritas pelo Rosário *et al.*, (2023) para o bairro Nwamuza. O projecto de exploração de areias pesadas resultou no reassentamento de povoados no bairro de Nwamuza e, com isso, acelera-se o processo de desenvolvimento do distrito com a construção de um centro de saúde e saneamento básico, e escola, dado o seu potencial em recursos minerais, com destaque da descoberta das areias pesadas. Contudo, Bata *et al.* (2016) alertam que, em qualquer viabilização de empreendimentos de mineração suscita a organização ou a reorganização do espaço local, para atender as demandas de produção, ou seja, o cumprimento de novas funções, o que geralmente resulta em conflitos, conforme Machanguana (2020), tendo em vista que opõe interesses concorrentes.

A exploração de areias pesadas pela multinacional Chinesa Dingsheng, teve início, em 2018, nos povoados de Mudada, Mudumeia, Mabecuane, Savene e Mutsicuane. A mina ocupa uma área de cerca de 10.840 hectares, e o processo de reassentamento ocorreu por povoados. Os primeiros povoados reassentados foram os de Mudumeia, porque a Dingsheng precisava da área para construção do seu estaleiro, residências e escritórios para seu próprio funcionamento.

Neste processo de reassentamento, foram construídas novas habitações e infra-estruturas adjacentes. Todos os povoados abrangidos foram reassentados num único bairro denominado Nwamuza, em casas de alvenaria de tipo 3 (3 quartos, 1 cozinha, 1 sala e 1 banheiro interior) em parcelas de 30 metros por 40 metros. A entrega das casas tem sido por ordem de proximidade nos povoados anteriores, ou seja, os familiares ou vizinhos nas antigas zonas deveriam permanecer próximos uns aos outros, em coordenação com seus líderes comunitários locais (Rosário, 2023).

Relata-se também que a atribuição dependia das idades e do estado marital. Alguns

jovens que viviam com seus pais, mesmo tendo suas próprias moradias, mas caso fossem solteiros perdiam o direito à restituição. Contudo, os jovens casados, ou que vivessem maritalmente com suas esposas lhes foi atribuída uma moradia, para não partilharem casa com seus progenitores. O valor de cada casa está estimado em dois milhões de meticais (2,000.000.00 MZN) e dispõe de energia eléctrica, água canalizada e uma torneira exterior.

A grande dificuldade para nós como população é que passamos fome, porque não temos emprego, mesmo agora já começaram com os trabalhos, mas não nos dão. Vivíamos na base de agricultura, cultivamos arroz, milho e abóbora nas zonas baixas e na zona alta conseguíamos cultivar feijão, mandioca mesmo milho e amendoim. nós pescávamos e criávamos gado para a nossa sobrevivência, e agora não temos isso porque as machambas onde nos deram estão bem longe é muito complicado, o que pedimos agora ao SDPI e a DINGSHENG é emprego (narrador número 7, 2022).

A questão de sustentabilidade vai além de um mero emprego para colocar o pão na mesa, porque o emprego pode se perder a qualquer momento, dependendo de várias variáveis, entre as quais, baixa produtividade, queda de produção, redução de pessoal, falta de qualificação para certos cargos, desconhecimento de técnicas, idade, a além da criação ou oferta de emprego para as comunidades pela mineradora Dingsheng. Não é possível prover emprego para todos os jovens que viviam nos povoados reassentadas, por mais que a empresa assim desejasse.

Poder-se-ia criar formas de desenvolver projetos através do Responsabilidade Social Empresarial junto das comunidades, via auscultação comunitária. Pois, a perda de árvores que alimentavam as pessoas há mais de 200 anos, serviam de fonte de renda, pela sua capacidade de produzir frutos, para consumo e venda, uso doméstico, precisa ser revista para que as pessoas não precisem migrar para as cidades. A RSE é convocada como uma saída à solidariedade, e ao cumprimento da lei humana, que serve às pessoas desprovidas de defensores, conhecedores das leis da terra e seus direitos. Para o gestor dos tractores, a entrega das máquinas foi uma ajuda, porém segundo o regulamento de reassentamento, devia fazer parte do processo de reconstrução e tentativa de se criar as condições adequadas para que as famílias tivessem uma vida condigna. Desta forma, o governo não ajudou as famílias, simplesmente cumpriu seu dever de zelador da lei, e de criar condições vida silimares a, que as comunidades tinham anterior sua deslocação para novo bairro. Conforme um dos narradores descreveu a situação da seguinte maneira:

Eu sou o gestor destes tractores, estão a ajudar por acaso é um passo que o governo nos ajudou. Ajudou-nos bastante. É certo que para agricultura são úteis, vamos lá ver, combustível, o preço é elevado, e a agricultura precisa de dinheiro pra abastecer para poder ir lavrar, mas as pessoas não têm dinheiro. A colheita lá, nós ainda praticamos a agricultura sequeira. Nós não temos o sistema de regadio, dependemos da chuva, nós só produzimos milho, feijão, feijão manteiga, abobora, então, só o resto precisa do sistema de regadio, como a couve, cebola, alface e muita coisa precisa de regadio. Temos a máquina, que o governo nos ofereceu uma moto-bomba, mas falta o equipamento da canalização, porque para as machamba estão um pouco distante do rio, são 470 metros de distância. Agora é uma distância que precisa de uns bons tubos para chegar as machambas. Sendo assim, não temos dinheiro para isso, mesmo associando, a nossa contribuição não é suficiente. Precisa-se de investimento para primeira fase, se alguém pudesse fazer um investimento, bastaria para darmos o primeiro passo e já podíamos caminhar. Precisamos de uns 400 mil meticais para o regadio, contudo para aquela machamba toda o que não temos. (narrador nr 7, 2023)

Foto 7- trator oferecido a um Participante da pesquisa como gestor



Fonte: autor, 2023.

De outro lado, a criação de trabalho e emprego seria uma saída para os jovens e adultos, mas não para os idosos incapazes de cuidar de si mesmos, perante a presente desgraça que assola as comunidades afetadas pelo processo de migração e urbanização.

Para os jovens, a óbvia tendência sempre foi migrar para zonas urbanas à busca de oportunidades de trabalho e emprego; porém, para os idosos, o reassentamento para nova zona

urbana é visto como uma desgraça, pela incapacidade de readaptação perante novos desafios urbanos, apesar dos novos benefícios alistados em, Rosário *et al* (2023), Muando, *et al* (2019) e , Machanguana (2022), a água potável canalizada gratuita nas casas, energia eléctrica, escola primária e unidade sanitária, mesmo fora do padrão estabelecido pelo (MEDH) Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano e o (MS) Ministério de Saúde, apesar de ser uma infraestrutura precária, já em fase avançada de degradação, conforme a fotografia abaixo. De salientar que, o actual edifício da unidade sanitária, foi anteriormente usado como depósito de material para os empreiteiros da Dingsheng Minerals, e também serviam de habitação temporária para eles.

Foto 8 - Antigo estaleiro que se tornou um hospital e escola Pública



Fonte: Google earth, (2023).

7.2 Soberania alimentar

O trabalho formal não é a única fonte de sobrevivência. Moçambique ainda não dispõe de capacidade para empregar todos os jovens. Por esse motivo, uma das principais fontes de sustento das comunidades era o cultivo de alimentos e a criação de animais.

Um dos narradores descreveu o seguinte:

Nós não tínhamos casas grandes de pedra, buscávamos água distante de nossas palhotas, mas tínhamos dinheiro na mão, com o corte da lenha, conseguimos vender e

ganhar para nossas necessidades e até caprichos. Nosso gado bovino e caprino morreu. Nossas aves foram levadas por desconhecidos porque, não foi nos dados tempo suficiente para capturarmos nossos bichos, e quando voltamos no dia seguinte, os nossos pertences já tinham sido furtados. Se nos dessem oportunidade para voltar, nós voltaríamos para recomeçar (narrador, número 3, 2022).

Desde os primórdios até os dias de hoje, a terra sempre foi uma fonte de subsistência para os povos africanos. Sua usurpação desperta a iminente crise e luta pela sobrevivência das comunidades que são desprovidas de suas terras, conforme Rodney, (1972). Este processo de usurpação de terra, facilita o desenvolvimento do capitalismo entre os povoados deslocados, que é reforçado pelas autoridades governamentais, através das multinacionais, que se aproveitam das fragilidades dos governos africanos. As sociedades tradicionais estão sendo destruídas pelo desenvolvimento do sistema capitalista em Chibuto, impondo novas relações de trabalho, desapropriando os trabalhadores de suas fontes de sobrevivência, se afundando na profunda pobreza.

Antigamente quando criamos suínos, gado bovino e caprino, e capoeiras, nós nos beneficiamos, mas aqui criando como não, já não há mais espaço para construir lugar para os nossos animais. Quando fomos trazidos para aqui, tudo se perdeu, algumas pessoas pediram deixar seus animais com outras famílias, mas tudo acabou por se perder. Isso nos pesa bastante, porque de um lado nos beneficiamos, e do outro tivemos perda. (Narradora nr 5)

Segundo os narradores 2, 3, e 5 , as perdas foram maiores que os ganhos de urbanização e alguns serviços básicos. A perda de gado, suíno, bovino e caprino, e outros animais os campos de cultivo, correspondem mais que um serviço social. Porque com a venda de suas crias, os benefícios eram enormes, mesmo tendo que percorrer longas distâncias para ter o acesso aos serviços básicos como saúde, educação e água potável.

A questão da soberania alimentar é de extrema importância para as nações ao nível mundial. Por isso que, a FAO foi fundada, para doação de alimentos aos países com déficit de alimentos. Por essa razão, foi na década de 1962 criado o Programa Mundial de Alimentação. Esse programa da FAO fomentou o surgimento da revolução verde, que mais tarde se estendeu para os Países Latino Americanos, segundo Chonchol (2005).

Neste contexto, a alimentação é um direito humano fundamental, para poder garantir a

sua nutrição e a manutenção de sua vida biológica, afirma Campos (2014). A alimentação dos povoados e todos os seres humanos, depende da natureza que é fonte de tudo que se usa para sobrevivência da raça humana. Desta forma, a continuidade da vida social, cultural e religiosa depende da disponibilidade da terra para seu uso, propõem Contreras, (1992) e Guivant (2002). A FAO se preocupa com o aumento da fome e desnutrição das pessoas de todas as facetas do mundo (FAO, 2009). Para a FAO, a fome não é causada pela pobre colheita global, todavia a crise econômica que resultou na baixa renda e aumento do desemprego (FAO, 2009). Por isso, a retirada das comunidades de suas terras nativas, acelera o processo de baixa renda, que é a consequência do desemprego, e a falta de terra para o cultivo.

A desapropriação de terra às comunidades, de um lado, acelera a situação de insegurança alimentar, levando a marginalização dos idosos, aumentando o nível de jovens analfabetos e o alastramento do desemprego. Por essa razão, quando os processos de reassentamento são mal executados sem um planejamento concreto e, monitoramento por parte das autoridades governamentais comprometidos com a causa justa, principalmente em países em desenvolvimento como Moçambique, as consequências são sempre drásticas (FAO, 2009):

Não temos onde ir, estamos aqui com nossos idosos a sofrer. Os nossos idosos tinham um espaço para trabalhar a terra quando estávamos em casa, mas agora não há espaço. A casa de banho está dentro, temos que plantar as verduras aqui no pátio, será que é possível ter um espaço para fazer novas construções e também para prática da agricultura? Se não somente o sofrimento, mesmo o lixo e voltamos a jogá-lo aqui no pátio. Por isso não temos sossego, é um autêntico sofrimento. (Narrador nr. 20, 2023)

Na África subsaariana estimava-se em 2009 que cerca de 255 milhões de pessoas sofriam de fome crônica, por isso que Moçambique vem recebendo o apoio da FAO, e como consequência, esse peso das pessoas desproporcionalmente retiradas através dos reassentamento, virão aumentar a estatística das pessoas desnutridas e extrema pobreza do que já eram anteriormente à sua retirada das zonas de origem. Este processo de desapropriação de terras, leva a violação da seguridade alimentar das famílias Guivant (2002), promove a injustiça e políticas sociais, porque mesmo os países capitalistas europeus, nunca foram capazes de instituir um estado social totalmente universais, que é a política da assistência social, conforme Boschetti (2016).

A incapacidade de Moçambique disponibilizar uma política social universal abrangente,

acelera o processo de empobrecimento das comunidades afetadas pelos processos de mineração industrial em zonas propensas aos minérios como em Chibuto. Essa incapacidade, leva a retirada da soberania alimentar, o poder de compra, o desaparecimento do dinheiro da mão do ex- agricultor, ex-pescador, ex-criador de gado etc., e conseqüentemente, a construção de uma sociedade ativa e moderna inclusiva não se pode concretizar enquanto alguns passam fome e necessidades básicas, segundo Velloso (2010), e são desnutridos.

As políticas sociais moçambicanas aprovadas pelo governo, devem ser inclusivas no sentido de proteger a soberania alimentar dos cidadãos rurais, tal como urbanos, independentemente da sua localização geográfica. Importa realçar que, aqueles que são deslocados por projetos empresariais como, a mineração, deviam ser tratados da maneira mais justa possível, e com o rigor na lei, porque o compromisso é de se promover uma sociedade ativa e justa, considera Velloso (2010), que compreende uma inclusão social desejada de todas as faixas etárias e estratos sociais. Pois, a desigualdade é indesejada na sociedade, deste modo, devemos lutar contra todas as trajetórias que induzem as desigualdades sociais opressoras aos cidadãos afetados por projetos empresariais, conforme depoimento abaixo:

o governo podia pressionar mais a empresa para pelo menos ver e minimizar a nossa situação. esse é meu sentimento, amadurecido e posto em execução leva-me a crer que só dando dinheiro, cem mil, duzentos mil, não resolve. é certo que podem nos dar, mas que estudem outras formas de emprego, assim como aqueles nossos valores que fiquem como uma reforma, mensalmente estar a receber mensalmente uma vez por mês. assim uma responsabilidade social. é minha opção de certa forma que o governo podia nos ajudar, para não ficarmos só assim de qualquer maneira. (narrador nr. 7, 2023)

As narrativas mostram que os residentes praticavam atividades agrícolas, pasto, pesca, corte da lenha e caniço para o comércio nos seus antigos bairros. O cultivo de culturas diversificadas em seus campos de cultivo servia, não somente para a alimentação, mas a comercialização do excedente Machanguana (2022), Muando *et al*, (2019). Essas culturas localizavam-se próximo às suas casas, e que no atual bairro, os campos de cultivo encontram-se distantes de suas residências, provocando dessa forma, uma exaustão, e menos produção. Eles faziam a colheita do *canhu*²⁰, este geralmente é feito no início do ano para o fabrico do álcool

²⁰ A **marula**^[1] (*Sclerocarya birrea*) (*skleros dura, karya noz* - referência à semente), também chamada **morula**^[2] ou **canhoeiro**^[3] ou **ocanheiro**^[4] ou **cocanheiro**^[5], é uma árvore de tamanho mediano, originária do bioma das savanas da África oriental. Caracteriza-se por um tronco único acinzentado e uma copa de folhas verdes, podendo atingir cerca de 10 metros de altura em baixas altitudes e pradarias abertas, típicas da savana. A planta é dioica (possui flores masculinas e flores femininas separadas), perene e suas flores

para comercialização e consumo interno. Havia também a colheita do caju e da castanha, essa colheita é geralmente feita duas vezes ao ano. A coleta de castanha de caju; é denominada de ouro negro, por causa do alto valor econômico, sustenta Maria *et al*, (2023), Machanguana (2021), Muando *et al* (2019), Rosario e Cândido (2023).

O ponto acima referido é uma questão importante que o processo de assimilação das famílias à demanda de empregabilidade e dinheiro, mesmo que isso custe a transformação cruel de seus modos de vida tradicional. O capitalismo, por meio de seus mecanismos, como as grandes empresas e o Estado, só se efetiva e se implementa nestes contextos de vida, por que há uma certa aceitabilidade daqueles sujeitos-alvo da vulnerabilidade. Ou seja, há uma crença construída e difundida do desenvolvimento enquanto crescimento econômico – como exemplo da empregabilidade, que atinge as fragilidades mais subjetivas, simbólicas e materiais da população. É desta maneira que o capitalismo exploratório e colonial atua na vida local de muitas comunidades, de maneira muitas vezes irreversível.

Os deslocados, praticavam a pecuária, isto é, a criação de galinhas, patos, cabritos, suínos e gado bovino. Contudo, a criação dos animais em referência, não tinha como fim a comercialização.

Por outro lado, o gado das comunidades não sobreviveu por causa da falta de alimentação e doenças de origem animal. A maior perda deu-se segundo os narradores durante o período da pandemia. Os narradores foram longe ao descreverem suas perdas, nr 6 narrou que, “*Perdemos tudo*”, narrador 8 “*A perda é muito mais essa parte que me referi, nossas machambas cajueiros, eram a base da nossa alimentação*”, e o narrador, 11 “*Eu tinha muita terra onde praticava a agricultura, e tinha cajueiros e criava gado, e esse assunto você não pode entender*”, Alguns pediram que suas famílias não fossem abrangidas pelo processo de deslocamento para deixarem seus animais. Porém, seus animais e gado foram roubados por estranhos. Segundo expõe a narradora nr 13:

são pequenas, de cor vermelha, emitidas no início da primavera. Por serem dioicas, para que ocorra a frutificação, há necessidade de plantas femininas e masculinas no mesmo habitat. Os frutos, chamados marulas, mas também canhos^[6] ou ocanhos^[7] ou cocanhas^[8], são ovoides ou globosos com uma polpa suculenta, doce-acidulada e uma semente. São bastante conhecidos pelo seu uso no licor da marca Amarula®, produzido através da fermentação de seu suco. A distribuição das espécies através da África seguiu a migração do povo bantu, por ter sido um importante item da sua dieta desde os primórdios. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marula>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Por exemplo, tivemos que pedir a alguns familiares para deixar nossos animais, e não sabemos em que estado está, e por ser distante de onde estamos. Então basicamente, muita coisa se estragou por causa da mudança. Tanto como tinham dito que para pessoas que tinham casas de alvenaria seríamos pagos, mas não houve os reembolsos das casas de alvenaria, apenas deram-nos essas casas universais, porém os que tinham casas maiores que as que foram atribuídas pelo reassentamento não foram recompensados. (Narradora nr. 13, 2023)

O narrador nr 24, descreve suas perdas da seguinte forma, conforme o depoimento abaixo:

São vários bens perdidos, incluindo árvores, gado bovino, jumentos, e quando os trouxemos para este lugar, morreram, porém quando estávamos em casa, eles tinham o necessário para viver bem incluindo água. Aqui é difícil ter capim. O nosso gado adoeceu e morreu assim como os jumentos. Todas nossas crias excepto uma vaca que levei para Chipaja morreram. Eu tinha 7 cabeças de gado bovino, e dois jumentos. (Narrador nr 23, 2023).

As perdas falam por si, para uma população que dependia da terra para sua sobrevivência. As árvores, o gado, e os diferentes tipos de animais, os ajudavam no cultivo e produção de comida. A morte dos animais foi um grande golpe que levou ao alastramento e o início da fome para os reassentados.

Estima-se que a procura por comida aumente em até 60% até 2050 (FAO, 2009). O que significa que as decisões tomadas hoje, irão ter impactos enormes na segurança alimentar e por extensão, no ambiente, economia, saúde, paz e direitos humanos (UNEP, 2021). Este fator implica que, mais espaço vai ser necessário para produção de mais comida. Presentemente, com a mineração desproporcional levada a cabo por várias mineradoras, tal como de areias pesadas em Chibuto, vão tomando mais terra dos povoados onde podia-se produzir comida para o consumo interno e exportação. A perda de terras de cultivo para mineração, significa aumento de fome para as famílias deslocadas, caso programas de Responsabilidade Social não implementados com precisão, e intenção de promover uma justiça e inclusão social. A MOZAL, em Maputo, criou vários programas de RSE para apoiar as comunidades, e até hoje, houve redução da pobreza social e alimentar²¹ a promoção de programas de agricultura no

²¹ Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/344219902_A_insercao_de_Mocambique_na_globalizacao_riscos_desafios_e_dinamicas_territoriais/link/5f5d04394585154dbbce7b7/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19 . Acesso em: 19 mar. 2023.

Distrito de Boane, segundo Monié (2020).

A Dingsheng precisa olhar para sua responsabilidade social com as comunidades. As casas e o dinheiro não são suficientes para manter uma geração. Primeiro porque as indenizações foram inconsistentes, e inferiores ao que se esperava. Segundo, existe o histórico de reassentamento que devia se tomar em consideração antes da execução do plano de reassentamento. “Há que se garantir o direito de grupos minoritários, para preservação de modos de vida”, e uma justiça social (Biroli, 2015, p. 259). A não garantia desses direitos aos reassentados, que são uma minoria, passa a ser vista como algo que é realizado de modo insuficiente pelos valores e normas baseados na tolerância como não discriminação, observa Biroli (2015).

Enquanto o mundo confronta-se com o desperdício de comida em países desenvolvidos (UNEP, 2021), em países pobres a fome toma conta das pessoas. O narrador nr 22 observa que a falta de terra para cultivo próximo às suas casas, e as longas distâncias percorridas para se ter acesso a terra, é motivo suficiente para reduzir a soberania alimentar dos reassentados

Moçambique é um país cuja população é jovem, (INE, 2017) com problemas ao nível da formação técnica profissional em quase todas as áreas, e “não apresenta um dinamismo económico capaz de absorver esta faixa etária” (GAPI, 2020, p. 27). Esses jovens na fase já adulta, permanecem com o desafio de integração económica, e de acesso a condições de produção socioeconómica, como casa, terra, transporte e bens de consumo, ao ponto de se tornarem dependentes de terceiros. Por essa razão, a pobreza, e o aumento do consumo da sociedade, gera mais instabilidade e revolta social. Os protestos da juventude contra a mineradora de Chibuto, por exemplo, foram gerados pela mudança radical do estilo de vida ativa do campo, para ociosidade, por falta de trabalho e emprego formal, dentro de uma nova comunidade dependente do poder de compra para o consumo diário. Os protestos em algum momento resultaram em violência por parte das autoridades policiais sobre aqueles que insistiram na greve e na busca de uma solução palpável:

Eu fui pego de surpresa enquanto estava na minha machamba, quando me informaram que não devia mais continuar a cultivar a terra porque devia ir embora. Ao chegar a casa, mandaram-me tirar tudo que tinha. Levaram-nos até este bairro de Nwahamuza. [...]. Estava a cultivar na minha machamba, quando me abordaram que devia ir tirar tudo que era meu na casa. (narradora nr 11, 2023).

A vida urbana para populações que sempre vivem no ambiente rural tem suas consequências tal como foi descrito abaixo:

Agora a vida da cidade custa, precisa de dinheiro para viver na cidade, a pessoa tem que ter dinheiro, porque tudo compra-se. Para ir ao mercado fazer compras para poder comer, é necessário dinheiro, e não temos. O pouco dinheiro que recebemos quando chegamos, acabamos a muito tempo, e a empresa ainda está nos dever, mas o compromisso ainda não foi cumprido, eles prometem pagar, e sempre prometem que irão pagar, mas até hoje ainda não pagaram. (Narrador nr. 7, 2023).

A vida urbana exige uma renda fixa! Todos têm o direito de viver na cidade, contudo nem todos podem. A cidade requer dinheiro porque tudo compra-se. O narrador dizia, que o pouco dinheiro que as famílias foram pagas, já tinha sido consumido. Assim, as comunidades aguardavam o pagamento da segunda parte de suas compensações. A empresa em coordenação com o Governo do Distrito tinha prometido concluir com as compensações remanescentes, todavia, até a data destas narrativas, ainda não tinham sido ressarcidos.

O governo nos apoiou com dois tractores, um deles é este, o outro esta a operar no campo lá na Machamba em Makalawane. Eu sou o gestor destes tractores, estão a ajudar por acaso é um passo que o governo nos ajudou. Ajudou-nos bastante. É certo para agricultura, tractores sim, vamos lá ver, combustível, o preço é elevado, a agricultura precisa de dinheiro pra abastecer para ir lavar, mas as pessoas não têm dinheiro. A colheita lá, nós ainda praticamos como é a agricultura sequeira. Nós não temos o sistema de regadio, dependemos da chuva, nó só produzimos milho, feijão, feijão manteiga, abobora, então só o resto precisa do sistema de regadio, como couve, cebola, alface e muita coisa precisa de regadio. O governo do distrito ofereceu-nos uma moto-bomba, mas falta o equipamento da canalização, porque o campo de cultivo é um pouco distante do rio. Do rio para a machamba são 470 metros, e é uma distância que precisa de uns bons tubos para chegar a machamba. Sendo assim, dinheiro para isso não temos, mesmo associando, a contribuição nossa não corresponde. Precisa-se de investimento para primeira fase, alguém pode fazer um investimento e, basta dar o primeiro passo já podemos caminhar. Precisamos de uns 300 a 400 mil meticais para o regadio, para aquela machamba toda que não temos. (Narrador nr. 7, 2023)

De um lado, o governo do distrito de Chibuto mostrou algum esforço, apoiando as comunidades com dois tractores e uma moto-bomba para trabalharem a terra, porém faltava a tubagem para se puxar a água do rio até os campos de cultivo. Conforme o narrador 7, há que se fazer mais esforço e ações de responsabilidade Social por parte da Empresa Dingsheng, que seriam apoiar as comunidades com os sistemas de irrigação e treinamento para gestão e manutenção. O gestor propôs um apoio que lhes ajudasse a iniciarem com o projecto de irrigação. Com uma ação de Responsabilidade Social poder-se-ia solucionar a questão da

tubagem para se puxar água para irrigação dos campos de produção.

A outra questão levantada foi a falta de meios financeiros para as famílias pagarem o combustível para poderem ter acesso aos tratores. O governo disponibilizou os tratores, porém, poucos têm a capacidade de pagar o valor exigido para compra do combustível no sentido de mover a Máquina para o campo. Algumas famílias se organizam e conseguem pagar o valor exigido.

Foto 9 – trator oferecido pelo governo do distrito para aos reassentados



Fonte: autor, (2023)

Foto 10 - Modelo de casa distribuída aos reassentados em Nwamuza no novo bairro



Fonte: Autor, (2023).

Em seguida, estão as atuais salas de aulas, que resultaram da transformação das obras provisórias do estaleiro do empresário da construção das residências para os reassentados. o bloco acima, mostra o local que é hoje a unidade sanitária do bairro Nwahamuze, conforme mostra a fotografia embaixo.

Foto 10 - Esta estrutura era um dos refeitórios e armazéns do empreiteiro transformado em salas de aulas.



Fonte: Autor, (2023)

Após o reassentamento dos povoados, surgiu um problema que foi o desafio de encontrar um lugar para albergar o gado e pastagens. Os terrenos oferecidos junto das residências nunca foram adequados para criação de gado. A questão da saúde também estava em cheque. O cheiro nauseabundo das fezes e dos próprios animais, já eram uma questão de saúde comunitária. O governo em parceria com a empresa Chinesa havia prometido ceder às comunidades um espaço para construção de currais. Algo que nunca se cumpriu, e durante a pandemia, e com as doenças relacionadas com o gado, as comunidades perderam seus animais. O outro assunto narrado pelos moradores, foi que a distância e o cansaço também contribuíram para a morte de seus animais. Roesch (1986), já havia relatado algo similar sobre os efeitos dos processos de reassentamento de comunidades por diversos motivos:

A distância entre as residências na zona de reassentamento e as áreas agrícolas

era muito grande, aumentando, assim, o tempo de viagem e o nível de perdas de colheita por pássaros e animais. Este último factor não teria existido se as áreas agrícolas estivessem localizadas perto das suas casas porque a quantidade de espaço disponível para cada agregado familiar era menor do que o anterior e este aspecto transformou o estilo de vida para aqueles com famílias estendidas ou polígamas, pois nas zonas de origem o chefe de família tinha a sua casa apenas para ele e a esposa, os filhos dormiam numa casa separada e, onde tinha mais do que uma mulher, cada esposa tinha a sua casa. (narradora nr 4)

As áreas de cultivo estão de facto distantes da zona residencial, porque os moradores precisam sair de casa às duas da manhã para chegar aos campos de cultivos às cinco e meia, e voltar a casa às dez ou onze horas. Consequentemente, o maior esforço é gasto na caminhada do que no processo do trabalho da terra. Por essa razão os idosos já conseguem continuar com suas atividades agrícolas, por conseguinte se sujeitam a fome e degradação física e mental acelerado.

o lugar onde vivíamos, morávamos em nossas casas onde estávamos habituados. Quando amanhecesse, eu levava minha enxada e ia a machamba, e no final do dia, arrancava a minha cacana, (ervas amargas ao coser) para cozinhar, e desde que cheguei neste local, já não cultivo porque já não tenho terra para cultivar. Agora já não arranco a cacana por falta de terra, assim tenho que comprar verduras para cozinhar. O tal comprar não é fácil porque estou desempregada e nada mais faço. Neste lugar, já não tenho onde cortar lenha, e nem para colher verduras. Aqui compra-se tudo. O que era difícil na zona de origem, era a água potável porque buscávamos um pouco distante de nossas casas. Neste lugar temos água potável e energia. Tínhamos também escolas, mas estavam um pouco distante para nossos filhos, mas eles frequentavam as aulas. Aqui a escola e o hospital estão próximos do nosso bairro. Essa é a diferença nos dois bairros (Narradora 5)

Essas mudanças, segundo Silva (1992), trazem mudanças importantes nos padrões culturais tradicionais e na organização social dos povoados. Apesar das alterações negativas na área de agricultura e pastagem, a vida urbana trouxe importantes benefícios sociais, como o fornecimento de água canalizada gratuita, energia eléctrica, a construção de uma escola e centro de saúde, a formação de agentes de saúde comunitários, o serviço de assistência de extensionistas para área de agropecuária contratados e pagos pelo Ministério de Agricultura para assistências aos pequenos agricultores e agro-pecuária.

No passado, quando criamos suínos, gado bovino e caprino, e capoeiras nos beneficiavam, mas aqui criando como não, já não há mais espaço para construir lugar para os nossos animais. Quando fomos trazidos para aqui, tudo se perdeu, algumas pessoas pediram deixar seus animais com outras famílias, mas tudo acabou por se perder. Isso nos pesa bastante, porque de um lado nos beneficiamos, e do outro tivemos perda. (narradora nr. 5)

A morte de gado, falta de lugar para construção de currais, e perda de capoeiras para criação de aves e animais de pequeno porte, afetou a dianteira e situação econômica dos reassentados, porque às vezes vendiam suas crias para aumentar a renda familiar, além de se alimentarem da carne de deles advinha. Algumas famílias tiveram que deixar seus animais com outras famílias! Alguns que deixaram conseguiram dar continuidade, mas alguns perderam tudo porque foram roubados, ou por outros motivos não especificados pelos narradores.

Essa situação, olha, temos tudo de bom, olha casa de luxo, olha é só ver casa não vai fazer nada. Não alimenta nada. Temos energia mas, é uma casa sem comida. Vale a pena ter comida, casa pode ser uma cabana, de como estávamos lá nas nossas zonas. Nós tínhamos nossas cabanas de qualquer maneira, mas tínhamos celeiros! Tínhamos feijão nhemba, e muita coisa, crias, bois, cabritos, suínos, mas aqui não temos essas condições. Não temos a zona onde podia reservar a nossa criação. O governo e a empresa tinham-nos prometido uma zona para criarmos o nosso gado, mas agora cada qual desenrasca. (Narrador nr 7, 2023)

O governo e a empresa Dingsheng, prometeram a disponibilização de um espaço para construção de currais e para criação de gado para os povoados reassentados, contudo essa promessa não foi cumprida. O narrador 7 aborda a questão da vida anterior que incluía a continuidades das atividades que sempre praticaram, que devia ser um espaço adequando para criação de gado e o cultivo de forma contínua. Esse processo incluiria o plantio de novas árvores de frutas como forma de preparar um futuro para os reassentados e seus ascendentes. Pois, a falta de espaço para construção de currais também contribuiu grandemente para a perda de animais como gado bovino, caprino e suíno. Quando eclodiu a doença que contaminou os animais, durante o período em que a Covid-19 afetou o mundo, e a obrigação ao isolamento haviam sido decretados, piorou a condição dos afetados e seus animais. O narrador nr 6, lamentava o seguinte no tocante a soberania alimentar:

Antes do reassentamento, eu não comprava comida, produzia no meu campo. Mas aqui, acordamos e olhamos para nossos filhos. (narrador nr 6, Fevereiro de 2023)

O olhar para seus filhos, não implica que eles tinham emprego formal, porém tinham terras onde faziam seus trabalhos para sua subsistência. A terra dava-lhes trabalho. O cultivo de produtos básicos, as árvores de frutas, o fabrico do álcool através do caju, canhu, massalas, e citrinos, era uma grande fonte de renda para as famílias.

Foto 13 - Trator oferecido às comunidades reassentadas



Fonte: autor (2023)

O trator acima foi adquirido pelo Governo distrital para apoiar as comunidades na prática da agricultura, com objetivo de incentivar maior produção. O homem sentado é o gestor da máquina, eleito pelas comunidades e confirmado pelas autoridades do distrito como ponto focal. Sua responsabilidade é de facilitar o acesso da máquina às famílias para terem o acesso para seu uso.

perdemos muito. As perdas foram maiores do que os ganhos. Nós temos ganhos, mas não temos futuro. Sim, porque os ganhos que temos, estamos a referir a parte das residências, mas o resto para o futuro, para poder trabalhar para um futuro melhor, não tem futuro. As mesmas casas, daqui há alguns anos, vão enferrujar a chaparia e não teremos como recuperar a chaparia, porque não temos futuro porque não estamos a trabalhar. Tinha que haver emprego para aumentar aquilo que a mineradora já nos pagou (Narrador nr 6).

O narrador nr 6, ainda olha para as perdas como sendo maiores que os ganhos que as famílias afetadas obtiveram como resultado do processo de compensação da empresa chinesa. Essas perdas incrementam a desigualdade entre os povoados reassentados. Elas criam a desigualdade das oportunidades entre os reassentados e o resto dos candidatos ao emprego na empresa, por causa de várias variantes. Há entre as variantes da desigualdade, a questão das origens sociais, o acesso aos níveis diversos ensino em particular o ensino técnico profissional e superior, socioprofissionais, segundo Boudon (1973). Os filhos dos chefes têm mais

oportunidade de obter emprego na mineradora, do que outros cidadãos comuns e desconhecidos, cuja origem social é diferente.

7.3 Apagamento de Memória coletiva e desrespeito à ancestralidade

O apagamento da memória é a coisa mais horrível que se pode fazer ao ser humano. A Alemanha durante a segunda guerra mundial na tentativa da germanização de outros povos fez isso com tantas crianças raptadas nos países dominados pelos nazistas, e depois algumas foram enviadas para a Austrália e os Estados Unidos, longe de seus pais e países obsevou Sereny (2007).

Por outro lado, os costumes, culturas e tradições não perdem valor, contudo podem-se desestruturar, ou apagar. O deslocamento forçado pode arrancar as árvores sagradas e destruir os templos, porém, os costumes são fonte interna dos adoradores e fiéis, que não se podem destruir arrancando seus templos. Por isso que, na antiguidade, tendo como exemplo, os judeus, após destruição do seu templo em Jerusalém em 70 a.d, eles continuaram a passar suas tradições e crenças nas gerações seguintes, criando sinagogas na diáspora até os dias de hoje. A tentativa do apagamento de memória nem sempre procede. Algumas práticas podem deixar de existir nas modalidades antigas; mas pode haver continuidade de forma transformada e actualizada de acordo com as novas necessidades de readaptação obedecendo às exigências dos deuses, que exigem o adorador a cumprir com as condições para que seja bem-sucedido, protegido do mal, e para que haja chuva ou produção agrícola.

De outro lado, a mudança do espaço físico não elimina as tradições, por mais que venha limitar a prática de certas cerimónias importantes, ao contrário da visão do Rosário e Cândido (2023), que afirma que as comunidades deslocadas pelo reassentamento deixaram para trás a prática da cerimónia de *Nkwlequele* e *Mpfupfane*, consideradas como importantes para expulsar os males que podem assolar as famílias. Alguns narradores afirmam que a prática foi readaptada para adequar a nova realidade imposta pelas condições atuais de vivência, ao contrário das afirmações do Rosário e Cândido (2023).

Quando se trata de África, “a cultura é um modo total de vida” (Rodney, 1972 p. 60),

porque abrange o que as pessoas comem e vestem; o modo como de andar e falar; a maneira como lidam com a morte e acolhem os recém – nascidos. “Assim como foi na época colonial onde os europeus não tiveram o respeito necessário com as especificidades da cultura africana” (Rodney, 1972, p. 61). Hoje em dia, vemos as grandes multinacionais mineradoras, para ser mais específico, a Dingsheng Minerals Mozambique e os africanos, em particular o GdM, a não mostrarem respeito pela cultura de seus povos deslocados devido à exploração do minério e às necessidades do desenvolvimento do capitalismo.

Além da profanação das sepulturas, a mineradora não cumpriu com o acordado que seria o pagamento da compensação monetária no valor de doze mil meticais (12,000 meticais) equivalentes a 900 Reais brasileiros, que serviriam para realização das cerimônias religiosas e fúnebres, e contratação de um sacerdote, ou curandeiro para invocar os espíritos, sem também deixar de lado as despesas fúnebres que deviam acontecer, no meio deste processo. A compra das comidas, entre outras práticas tradicionais aliadas ao processo de exumação e enterro.

7.4 Cemitérios familiares e profanação de sepulturas

Em relação aos cadáveres sepultados dos ancestrais, a maioria das pessoas do meio rural tem cemitérios familiares e existe o costume da prática da necromancia, que é a prática da adivinhação, por invocação dos espíritos, e de visitas para prestar culto, memória, e cuidado nos locais onde as pessoas são enterradas, segundo Rosário *et al*, (2023). “Esta é uma prática de essência histórica, tendo o ser humano se tornado um ancestral depois da sua morte” (Leite, 2008. p. 369) e Santana (2016). Em alguns casos as pessoas são sepultadas sem caixões ou algo semelhante e só se volta ao local ou para novos enterros ou noutras situações específicas. Os cemitérios são lugares sagrados e de repouso, que correspondem às terras onde estão enterrados os antepassados e, por isso, carregam uma grande importância simbólica na identidade imaterial dos povoados. Contudo, a criação de novos cemitérios coletivos leva as pessoas a criarem relações com os ancestrais, diferentes das que tinham, o que na opinião de alguns narradores isso, atualmente não se tem observado, isto é a criação das relações religiosas, como a invocação dos rituais religiosos porque alguns sepultamentos ainda se encontram nos antigos bairros e os moradores não tem tido o acesso devido a proibição pela mineradora.

Uma das questões apontadas pelas comunidades deslocadas é a prática de profanação dos cemitérios familiares realizados pela multinacional de mineração Dingsheng, explicitando o

desrespeito pela morte, seus entes queridos, seus deuses, e seus ancestrais. Os narradores 22 e 26 relataram o seguinte sobre o assunto da profanação das sepulturas:

Eles já profanaram as sepulturas de nossos antepassados retirando seus restos mortais, alegando que iriam nos compensar, mas não se concretizou para termos o tal dinheiro. Contudo quando procuramos saber dos pagamentos, sempre nos mandam esperar. (narrador 22, 2023)

Assim que exumaram os defuntos, foram deixar num outro cemitério do mesmo Bairro. (narrador 26, 3023)

A vida da comunidade em condições de extrema pobreza e falta de acesso a direitos básicos, fez com que as promessas da mineradora despertassem interesse de alguns moradores. Esse interesse de procurar entender como os procedimentos são feitos para se ter acesso aos seus direitos. As manifestações, as dúvidas se de facto seus valores serão pagos pela empresa ou pelo governo do distrito.

A profanação de sepulturas pode também ser encontrada nos processos de reassentamento para a construção do aeroporto de Chongoene, Projeto de Conservação ambiental, e Parque Nacional do Limpopo, conforme DW África (2001):

A violação dos direitos humanos por causa da implementação de megaprojetos é similar em três distritos da província de Gaza: Chongoene, Chibuto e Massingir. A maioria das famílias espera reassentamento e indemnização. Moradores denunciam exumação de cadáveres para construção de aeroporto: "Corpos frescos foram cortados para caber em pequenos caixões", conta uma desalojada (DW África, 2021).

Os sucessivos transtornos, e constrangimentos, incluindo o desprezo pela ancestralidade, neste caso, os mortos, foi vivenciado pelas comunidades deslocadas, que nunca haviam pensado que um dia teriam que voltar a reviver a segunda dor, o segundo luto, e despertar sentimentos mais profundos no interior das almas das famílias. Alguns exumados, eram recém-enterrados, cuja dor e a memória continuavam vivíssimas, e o luto ainda pairava nas suas faces, e as vestes pretas, conforme manda a cultura e tradição Changana, podiam ser vistas nos corpos das famílias. Para algumas mulheres, notava-se ainda pelo cabelo raspado e as vestes pretas, mostrando a tristeza pela perda do principal provedor da família, ou pais, ou avós, símbolos e guardiões das tradições deixadas pelos antepassados, tratados como se fossem coisas que nunca fizeram parte daquela sociedade Moçambicana.

Quanto às nossas sepulturas, ouvimos dizer que seremos pagos, algumas

famílias foram pagas pelas suas campas. No nosso caso, eles já tomaram os cemitérios de nossos ancestrais, mas ainda não retiramos os restos mortais de nossos entes queridos que lá jazem (narradora nr. 6, Fevereiro de 2023).

A forma como são tratados os restos mortais, as sepulturas, pode ser um indicativo do respeito ou do desrespeito à ancestralidade. O profanar, dessacração ou exaltação com respeito aos ancestrais do outro. O outro no sentido da psicologia social, e psicossociologia e da ecologia social. Pois segundo Lane (1981), simboliza os diferentes grupos sociais, independente da raça, etnia, tribo ou nacionalidade. Para o coveiro de origem chinesa Fu Sok entrevistado por Schmaltz (2018) observando o seguinte:

Do convívio com esta realidade, nasceu um grande “respeito” pelos mortos. Se pisa alguma campa, Fu Sok diz logo “desculpe”. Não por medo, mas por educação. Se há espíritos? Não sabe. Nunca ouviu falar disso. “As campas são espaços para os espíritos descansarem” (Schmaltz, 2018).

Fu Sok apesar de revelar que os chineses mantêm uma relação pessoal com os vivos e os mortos, contudo, demonstra que esse respeito pelos vivos e os mortos não corresponde ao comportamento da empresa Dingsheng, quando se trata de ossada das ancestrais dos povos de Changanas de Chibuto. Como se os mortos ancestrais de alguns povos fossem mais importantes que dos outros. Alguns carecem de honra e os outros, o profano e desonra. Segundo Amaro²² a tradição e cultura chinesa “*a pessoas tem tres almas, que depois da morte, [a alma] ascende ao mundo do Além, outro fica na terra acompanhando o corpo, e o terceiro fica a residir na estela funerária, que deve ser colocada e venerada no altar ancestral. Este fator, mostra quanto chineses valorizam seus ancestrais. Isso demonstra que a Dingsheng Minerals, embora use registro da China, não faz valer os costumes do povo chinês, uma vez que, ao chegar em África, esta se comporta como se os mortos não tivessem nenhum valor para os outros.*

Amaro, descreve quão importante é a posição dos mortos para os chineses com as seguintes palavras:

A passagem a Ancestral ou Antepassado resultante da Morte, obtém-se através dos ritos funerários, que tendem a dar força ao Espírito *san* para atravessar as *pontes de ouro e de prata*, e fazer a longa viagem, pelo mundo das trevas, e, finalmente, o apoiam no acto da sua integração, que corresponde a um novo esforço de nascer. Nesse Além, o *que partiu* (um chinês nunca diz que *morreu* alguém), ficará a viver, sob a tutela do seu Avô, e a sua integração levará 3 anos, o antigo tempo de luto por pai, período que corresponde àquele que a

²² Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/vin>. Acesso em: 10 nov. 2023.

criança leva a começar a falar e a integrar-se no mundo dos adultos, e também ao tempo que o filho mais velho, seu sucessor na chefia da Família, tem de levar para se integrar no seu novo estatuto (AMARO, 2023).

A morte e a ancestralidade chinesa são tidas como vitais e de grande valor cultural e ancestral. Por isso, o Governo de Moçambique deve buscar preservar a cultura, tradição e história ancestral dos povoados reassentados ou deslocado através da preservação de seus túmulos ancestrais. Quando a ossada dos moçambicanos é tratada com tanto discreto, os seus ancestrais são tratados com profanidade e desprezo. o desprezo da cultura e tradição. O desprezo ao luto de seus entes queridos que foram providos em deuses pela morte física.

7.5 Emprego, renda, sustento

O processo de reassentamento teve início no final de 2017 e foram, segundo os Serviços Provinciais de Ordenamento Territorial, reassentadas 271 famílias e não 229 famílias descritas pelo Rosário *et al*, (2023) para o bairro Nwamuza. O projecto de exploração de areias pesadas resultou no reassentamento de povoados no bairro de Nwamuza e, com isso, acelera-se o processo de desenvolvimento do distrito com a construção de um centro de saúde e saneamento básico, e escola, dado o seu potencial em recursos minerais, com destaque da descoberta das areias pesadas.

A exploração de areias pesadas pela empresa Chinesa Dingsheng teve início, em 2018, nos povoados de Mudada, Mudumeia, Mabecwane, Savene e Mutsicwane. A mina ocupa uma área de cerca de 10.840 hectares, e o processo de reassentamento ocorre por povoados. Os primeiros povoados reassentados foram os de Mudumeia, porque a Dingsheng precisava da área para construção do seu estaleiro, residências e escritórios para seu próprio funcionamento.

Foto 11 - Área da mina de areias pesadas explorada pela Dingsheng em Chibuto



Fonte: google maps (2023).

A questão da sustentabilidade vai além de um mero emprego para colocar o pão na mesa. Porque, o emprego pode se perder a qualquer momento, dependendo de várias variáveis, entre as quais, baixa produtividade, queda de produção, redução de pessoal, falta de qualificação para certos cargos, desconhecimento de técnicas, idade, falência da empresa ou esgotamento de recursos minerais no local, a além da criação ou oferta de emprego para as comunidades pela

A vantagem seria que eu, neste mês, iria fazer álcool da massala, e caso não fizesse isso ficaria. Agora, onde posso fazer isso? Eu fazia álcool para sobreviver. Agora dependo da pensão por velhice, caso não tivesse, ficaria a sofrer. Mesmo assim, recebemos a pensão trimestralmente. Se não tivesse essa pensão estaria a passar mal (narrador nr 14, 2023).

O narrador mostra que a perda de suas árvores o afetou de tal maneira que, se tornou dependente de uma pensão de pobreza irregular, que na verdade, corresponde a 7 reais por mês, se fosse uma pensão por aposentadoria seria algo melhor. Sete reais um valor que a pessoa somente podia comprar um kg de açúcar. Com o custo de vida cada vez elevado, a pensão alimentícia distribuída aos pobres, não são suficientes para se comprar 25 kg de arroz. a familiar teria que usar a pensão na sua totalidade para poder conseguir uma cesta básica, dependendo também do agregado familiar. Dados recentes oficiais do INAS (2023), mostram os seguintes montantes distribuídos como subsídios de acordo com a composição do agregado. Quero realçar que este subsídio é multiplicado por e posteriormente passado de forma trimestral aos beneficiários segundo a tabela acima descrita:

Tabela 2 - Valor de pensões para pessoas pobres em Moçambique

Nº de agregado	Valor mensal (MZN)	Trimestral (MZN)
1 Pessoa	540,00 (R\$38.5)	1,620.00
2 Pessoas	640,00 (R\$45.7)	1,920.00
3 Pessoas	740,00 (R\$52.8)	2,220.00
4 Pessoas	840,00 (R\$60.00)	2,520.00
5 Pessoas ou mais	1000,00 (R\$71.4)	3,000.00

Fonte: Adaptado com base nos dados do INAS 2023

O apoio em valor monetário a pessoas carenciadas, sem capacidade para o trabalho ou mesmo que tenham, a sua renda *per-capita* seja inferior a 540 meticais. Este serve como cesta básica somente para comprar 10 kg de arroz. Neste caso atende-se: os Idosos, pessoas com doenças crônicas clinicamente comprovadas pelas entidades de saúde, pessoas com deficiência, e crianças Órfãs e vulneráveis (12 a 18 antes), segundo o INAS (2023).

Para não se invocar a recolonização do povo pela empresa Dingsheng e os heróis libertadores, o partido no poder, é necessário que alguma instituição representativa defenda os interesses dos povoados desassistidos nos termos da lei, assim como estudos científicos pelas universidades, que evidenciem atos de má aplicação das leis, re-colonização, e aplicação do capitalismo desmedido por parte das multinacionais por empresas nacionais. Ademais as 4 paredes sem comida nas mesas, sem saber o que amanhã nos reserva, não são suficientes para convencer as pessoas que o reassentamento foi benéfico. A narrador número 3 mencionou o seguinte:

Agora, vivemos com base em biscates (trabalhos temporários). Mas não é possível passar um dia sem trabalhar, todos temos que sair à procura de trabalho para podermos comer. Porque esta vida urbana não é fácil. A nossa oração é que possamos conseguir um emprego na mineradora para podermos trabalhar (narrador nr 6, 2023).

De outro lado, a criação de trabalho e emprego seria uma saída para os jovens e adultos, mas não para os idosos incapazes de cuidar de si mesmos, perante a presente desgraça, que assola as comunidades afetadas pelo processo de migração e urbanização.

Foto 13 - Unidade sanitária de Nwahamuza; Antigo estaleiro do empreiteiro



Fonte: Autor (2023)

7.6 Apagamento de Memória coletiva e desrespeito à ancestralidade

De um lado, a mudança do espaço físico não elimina as tradições, por mais que venha limitar a prática de certas cerimónias importantes, ao contrário da visão do Rosário *et al* (2023), que afirma que “as comunidades deslocadas pelo reassentamento deixaram para trás a prática da cerimónia de *eNkwlequele* e *Mpfupfane*”, consideradas como importantes para expulsar os males que podem assolar as famílias. Alguns narradores afirmam que a prática foi readaptada para adequar a nova realidade imposta pelas condições atuais de vivência, ao contrário das afirmações do Rosário *et al* (2023).

Quando se trata de África, “a cultura é um modo total de vida” (Rodney, 1972 p. 60), porque abrange o que as pessoas comem e vestem; o modo como elas anda e falam; a maneira como lidam com a morte e acolhem os recém – nascidos. Assim como foi na época colonial onde os europeus não tiveram o respeito necessário com as especificidades da cultura africana (Rodney, 1972, p. 61). Hoje em dia, vemos as grandes multinacionais mineradoras, para ser mais específico, a Dingsheng Minerals e os africanos, em particular o GdM, a não mostrarem respeito pela cultura de seus povos deslocados devido à exploração do minério e às necessidades do desenvolvimento do capitalismo. A ausência da empresa é usado como uma metodologia de exclusão e desinteresse pelo bem-estar das famílias deslocadas para o novo bairro. Há necessidade de haver um acompanhamento por parte das grandes empresas que afetam diretamente a vidas dos moradores onde eles instalam seus empreendimentos. Tal como descreve o seguinte narrador:

não há nada que nos beneficia aqui neste lugar. Fomos prometidos dinheiro, mas não fomos pagos na totalidade. Prometeram-nos emprego, mas não somos contratados, até então ninguém foi contratado pela mineradora, sempre que nos aproximamos, nos mandam voltar numa outra data, assim não temos nenhum benefício. Nós temos machambas, mas encontram-se bem distantes, caso alguém não tenha dinheiro acaba não indo mais. Estamos a sofrer. Não temos nenhum benefício. Muito mudou, porque na zona de origem, apanhávamos a fruta do caju, apanhávamos a fruta do canhueiro e fazíamos álcool, cortávamos a lenha para vendermos. Nós nos beneficiamos por essas coisas, assim pensávamos que fossem nos empregar para melhorar nossas vidas. Assim podíamos dizer que as nossas vidas melhoraram. Por esse motivo nada nos beneficia. Ao menos se nos visitassem. Eles nunca se aproximaram para saber como vivemos. refiro me os chineses que nos tiraram daquele lugar. Nós apanhávamos a castanha de caju, e íamos vender. Cortávamos lenha para venda para conseguirmos dinheiro (Narradora nr. 3).

A narradora nr 3, reclamava sobre os pagamentos das compensações! A empresa Dingsheng não lhes teria pago os valores acordados antes do processo do reassentamento. Machanguana e Edalina (2023), relatam a situação do incumprimento contratual no tocante às compensações. Parece ter havido uma má-fé por parte da mineradora e dos fiscais do governo, que deveriam zelar pelo cumprimento dos acordos entre a empresa e os povoados. “Não tenho nenhum benefício” (narradora nr. 3) referindo-se ao pagamento total de seu direito de indemnização, não porque não tenha havido algum benefício, mas porque as perdas foram maiores que os ganhos.

De outro lado, quando alguns narradores afirmam não serem empregados pela mineradora, mostra que não estão plenamente cientes que os filhos dos líderes comunitários foram contratados pela empresa chinesa, segundo o narrador nr 1, um dos líderes cujo filho encontrava-se trabalhando na mineradora.

nós vínhamos bem, e prometeram-nos que ao chegarmos cá, pagariam os 12 mil meticais, que nunca vimos, senão apenas 3 mil meticais desde que chegamos. Fizemos uma manifestação e fomos até a estrada porque as cheias estão aqui, e disseram que o chinês já pagou, e perguntamos, a eles se pagaram, porque fomos apenas pago 3 mil meticais. Aquém você vai cobrar, porque O governo comeu o nosso dinheiro. Assim voltamos para casa, mesmo assim, ainda vamos atrás das compensações porque nada está claro. Mesmo assim, pedimos emprego para nossos filhos trabalharem. Eles responderam que dissemos quequeríamos dinheiro, por isso já não há emprego para nós, porque não temos emprego, e nem dinheiro. (narradora nr 4).

Existe de um lado, a falta de clareza e transparência sobre quem recai a responsabilidade de fazer chegar as compensações remanescentes aos reassentados. Quando os moradores se reuniram em manifestação contra a empresa Dingsheng Minerals Moçambique durante a semana que o pesquisador esteve a fazer recolha das narrativas em Fevereiro de 2023, o representante da empresa chinesa teria respondido segundo os narradores que, a empresa havia feito o pagamento do remanescente ao governo distrital, e este devia se responsabilizar em fazer chegar aos beneficiários! Contudo, o governo também remeteu os povoados à empresa Dingsheng. O ping pong, contínua entre o Estado e a empresa chinesa, enquanto de outro lado, as comunidades eram privadas de seus direitos constitucionais. Esse ping pong entre a empresa e o GdM colou os moradores que ainda aguardavam pelo reassentamento, em alerta máxima, e eles já se mostravam preocupados com o estado e a reclamação de seus vizinhos que já haviam sido reassentados. O desespero no olhar e na fala dos moradores que esperavam ser retirados

para nova zona, era óbvio. Os narradores mostravam uma preocupação pela falta de apoio do lado da Ordem dos Advogado, da Sociedade Civil, e as organizações não-governamentais que trabalham na área dos direitos humanos em Moçambique, assim que não podiam contar com a procuradoria da República de Moçambique, o Instituto de Patrocinio Juridico nem do Ministerio da Justiça e assuntos Constitucionais, por esses estarem sob a alcada do GdM.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos processos de reassentamento, há sempre algumas vantagens e desvantagens, feridas e cura, felicidade e tristezas para as partes envolvidas: o Estado, o investidor e as populações. Ademais, nesses processos, há sempre conflitos resultantes da deficiente interpretação e aplicação das leis, ignorância, abuso de poder no processo de apresentação pelos agentes do Estado e o investidor. Nota-se que construir casas para as comunidades não é bastante suficiente, caso não se cumprirem os dispositivos legais, culturais, tradicionais, socioeconômicos, e ecológico-sociais que antecedem as movimentações de pessoas e bens. Alguns narradores falavam sobre o abastecimento de água potável e energia eléctrica como vantagem, que para quem entende sobre os deveres do Estado para com a população, isso corresponde um direito e um serviço obrigatório. As vantagens seriam se os processos fossem conduzidos de forma justa e inclusiva, e os direitos dos cidadãos satisfeitos. Porém, isso não constitui a realidade encontrado durante as narrativas.

Verifica-se que a forma como os processos são tratados pode constituir motivo de alegria ou tristeza, sofrimento ou prosperidade, e um aprendizado por ser usado como exemplo dentro de uma sociedade em desenvolvimento como Moçambique. E, por último, o Estado é responsável, pois este pode servir seu povo de forma justa, ou injusta, e ou empobrecê-lo se agir de forma ímpia, favorecendo os projetos socioeconômicos em detrimento do bem-estar do seu povo.

Primeiro, os serviços básicos que quando comparados com os da anterior zona de origem, as comunidades tinham que percorrer longas distâncias para terem acesso a unidade sanitária, buscar água e educação. Tendo sido retiradas da zona de origem, as famílias já não precisam percorrer longas distâncias. E, quanto à educação de seus filhos, elas não precisam mais pedir a outras famílias para deixá-los no sentido de poderem frequentar o ensino secundário na cidade de Chibuto como faziam enquanto residiam nas zonas de origem, apesar de ser um estado omissivo por parte do Estado moçambicano. Pois, a partir do momento que torna o que devia ser um serviço básico em privilégio, o GdM é omissivo ao seu dever para com as comunidades e a sociedade moçambicana no geral. Em Malehice, onde as famílias foram

assentadas, estão próximas ao centro do Município da Cidade de Chibuto, local onde estão concentradas a maioria das escolas secundárias, e outros serviços básicos. Há também, no mesmo bairro de Nwamuza, uma escola secundária construída para as famílias reassentadas por causa das cheias que ocorreram no ano 2000.

Porém, levar toda a comunidade para perto dos serviços, ao invés de oferecer os serviços no lugar que a população habita, é uma agressão e um abuso de poder autoritário do Estado. Por estarem há muitos anos abandonados pelo Estado, pode até parecer aos olhos das comunidades desvantajadas que esta é uma grande vantagem ou benefício - estar perto do centro da cidade onde tem acesso aos serviços. Contudo essa não é uma vantagem, porque é o dever do Estado Moçambicano garantir que haja serviços em todo território, próximo à população, nas zonas rurais como urbanas.

Segundo, o reassentamento trouxe água potável gratuita canalizada como parte do pacote dos apartamentos distribuídos às famílias.

Terceiro, a energia elétrica. No bairro anterior, as famílias não tinham acesso a energia elétrica da rede nacional nem internacional. As famílias usavam painéis solares e baterias para fins de produção de energia elétrica para uso doméstico.

Quarto, o ordenamento territorial foi feito com sucesso para uma cidade em expansão. Porém, o que pode parecer um ganho, uma vantagem ou até uma dádiva do Estado, nada mais é do que o encobrimento acerca da ausência e abandono do Estado perante as vilas, comunidades residindo em povoados distante dos centros urbanos e famílias rurais do país, que vivem sem energia elétrica e sem água, e sem serviços básicos, mesmo que este seja um dever do Estado.

Como sinalizou o entrevistado nr 6, houve perdas maiores que os ganhos, conclui este estudo que resultam dos seguintes pontos:

8.1 Impacto psicossociológico nas comunidades

Das quarenta famílias, das quais 25 são representadas por mulheres viúvas, e o resto por homens, em que a metade é jovem, que participaram deste estudo, todos os narradores foram unânimes ao afirmar que a empresa Chinesa Dingsheng em coordenação com o GdM através do Governo do Distrito de Chibuto e Provincial, agiram de forma violenta contra as comunidades afetadas pelo processo de reassentamento. A primeira violência foi a nível psicossocial, através

das intimidações, e as ameaças, caso não aderissem ao processo de reassentamento antes do cumprimento dos processos de compensações.

A destruição de suas casas na sua ausência, a perda de bens que não tiveram espaço para colocar no carro durante o carregamento para o novo bairro de reassentamento. Pois, a maioria dos bens que restavam devido a falta de espaço nos caminhões usados para transportar as pessoas e bens, eram roubados, e sempre que regressavam no dia seguinte ou no mesmo dia, já não eram mais encontrados. Os animais, como, aves, gado, e outros bens materiais eram furtados, como se não bastasse, sem direito ao segundo carregamento por parte da empresa.

No campo ou zonas rurais, quando amanhece, os animais e aves são deixados de forma livre para buscar sua comida, especialmente quando se trata de aves e animais de pequeno porte, sem controle. Portanto, no processo de retirada das famílias, esses espetos não foram acautelados, sobretudo na perda de animais domesticados. Essa perda afetou a soberania alimentar das famílias em causa.

A violência causou um impacto psicossociológico aos reassentados! Cinco anos depois, essas comunidades ainda ressentem, as consequências da sua remoção de suas zonas de origem. O narrador nr 6, concluía na sua narração que seus filhos, ficaram mentalmente perturbados porque, ele como pai, já não conseguia oferecer o mesmo estilo de vida anterior à sua retirada. Anterior ao processo que culminou com sua deslocação do bairro de origem, ele conseguia pagar as despesas escolares na universidade, vendendo parte de seu gado, contudo, com a morte da maioria dos animais, já não podia satisfazer as necessidades que eram tidas como básicas pelos seus filhos.

8.2 Violação do meio ambiente

A exploração das areias pesadas de uma forma ou de outra viola o meio ambiente. A violência da empresa é também ambiental. O meio ambiente já não é mais o mesmo. Hoje temos catástrofes provocadas pela exploração de minérios a nível planetário:

Agora, os chineses já se recusam a dialogar conosco, e tudo está sobre as autoridades governamentais. Isso nos importuna porque sempre que procuramos saber do nosso dinheiro, eles chamam a polícia contra nós. Nós não temos medo de falar que o presidente da República tem sua mão envolvida na mineradora (narrador nr. 8, 2023)

A recusa de diálogo que devia ser algo regular entre a empresa chinesa Dingsheng e as comunidades reassentadas, inviabiliza os processos que deviam apoiar no desenvolvimento de pessoas que residiam no lugar onde a mineradora está instalada em Chibuto. Esta recusa, viola o ponto decisivo na vida, segundo Almeida (2009), que é a ética, considerada como o respiro da vida, e a morada da eternidade, e que fornece a medida da existência e excelência humana. Dessa forma, o direito às compensações justas, retirado de forma grosseira e sorrateira às famílias reassentadas pelo GdM em cooperação com a empresa chinesa, foi com intuito de tirar-se vantagens sobre seus dividendos.

As comunidades de Mudumeia, Mudada, Mabekwane e Mutsicwane, se sentem desprotegidas, porque, o GdM não cuida delas, e muito menos dialoga. A narrativa de um dos líderes das comunidades reassentadas mostra que teria havido uma instrução de convencer as comunidades a se retirarem de suas zonas de origem antes de serem compensadas, e também porque confiavam no partido no poder que lhe abordou durante o processo. Sendo líderes comunitários, usaram também de suas posições privilegiadas, tanto como depositaram toda confiança aos líderes do Partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e ajudaram a pressionar a saída das comunidades sem terem a devida atenção sobre o assunto das compensações. Também, a atribuição de casas a mais aos líderes, serviu de uma forma como coação e corrupção, ao ponto de eles agirem contra seus irmãos na mesma situação de reassentados.

Além da violação de direitos humanos, relatados pelos ex-trabalhadores e atuais trabalhadores e pela Centro para Democracia e Direitos Humanos (2023), pela Dingsheng Minerals Mozambique, há flagrante violação ambiental. Os maus-tratos pela empresas chinesas contra trabalhadores moçambicanos não é algo que apenas afeta a mineração de Chibuto²³. O GdM sempre ignorou situações similares a nível de nacional, mesmo sendo reportado por diversos órgãos sociais e da mídia.

A Dingsheng foi acusada de violar direitos ambientais na construção da estrada que deveria dar ao novo porto de Chongoene, em 2021, cujas obras foram embargadas pelos

²³ Disponível em <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Depois-de-crimes-ambientais-mineradora-chinesa-e-acusada-de-violar-direitos-humanos-dos-trabalhadores.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Serviços Províncias de Infraestruturas de Gaza, e também devido à sua ilegalidade. Relatou-se ainda a ausência de licença de construção e um projecto aprovado.

8.3 Negligência dos órgãos fiscalizadores do Estado ao nível provincial e nacional

Houve negligência do Estado moçambicano no concernente ao seu papel de fiscalizador dos processos de reassentamento e as compensações a favor dos cidadãos afectados, que permitiu que houvesse violação do regulamento do processo de reassentamento. Os prós e contras que envolvem a movimentação de pessoas, até a falta de uma fiscalização adequada do processo de compensações e distribuição das casas. O seguimento e a garantia de protecção de pessoas e bens durante o processo de deslocação das famílias foram negligenciados.

O regulamento de reassentamento, segundo o MOPH, supõe a criação das mesmas condições de vida e ou superior às anteriores, principalmente em projetos empresariais, como é o caso de Chibuto. De um lado, houve um cumprimento parcial para aqueles que não tinham residências condignas, mas de outro, a residência com água e luz, não substituem as principais fontes de subsistência das famílias. Elas perderam suas principais fontes de subsistência que é a terra, as árvores que lhes rendiam dinheiro e uma vida condigna, mesmo diante de um governo que por excelência na negligência, recusava-se a construir infra estruturas básicas nas suas localidades. A terra e as árvores e os animais, o gado, e as aves, eram fontes de vivência económica, combustível, adoração de seus *swikwembos*, onde os rituais de *kupalha* (adoração e invocação dos deuses) ocorriam.

Houve negligência nos processos de exumação de cadáveres pela empresa chinesa. O desprezo pelo luto e pela ancestralidade. A violação dos locais tidos como sagrados para as comunidades, e a ausência total do Ministério da Cultura e Turismo da sua representação a nível da província e distrital, perante situações que envolveram a agressão à cultura e tradição dos povoados.

A falta de clareza e explicação às comunidades sobre as leis que regem os processos de exumação, e compensações nos processos de remoção de corpos em cemitérios familiares em locais onde o Estado não tem cemitérios públicos.

A negligência da Procuradoria da República de Moçambique perante a injustiça social, e

violação de direitos humanos cometidos pela empresa Chinesa, e os funcionários do Estado Moçambicano indicados para assistirem as famílias durante o processo de retirada de pessoas e seus bens das zonas de origem. Os roubos perpetuados e cometidos contra as famílias em causa, por falta de um representante legal durante o processo de transferência, nas negociações e nas respectivas avaliações das moradias a favor das famílias que já tinham moradias convencionais condignas.

8.4 Do ataque aos direitos previstos na constituição moçambicana

A Constituição da República de Moçambique prevê o cumprimento e preservação dos direitos dos cidadãos, que incluem os direitos de responsabilização civil por parte da mineradora. O cidadão moçambicano tem direito a proteção e a assistência jurídica gratuita através do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e através da Procuradoria-Geral da República. Esses órgãos existem para assistir o cidadão moçambicano, independentemente de sua cor partidária, tribo ou classe social.

A alínea c) do artigo 11 da CR vigente, define que “a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;” este direito de justiça social e bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos é violado a partir do momento que, os meios de substâncias dos povoados são retirados de forma desproporcional; Quando os processos de reassentamento, das compensações, e serviços básicos não são satisfeitos e cumpridos de forma satisfatória; Quando há violação psicossocial, através das ameaças feitas contra os cidadãos pela polícia da República de Moçambique, em nome do GdM quando elas gozam e usam do seu direito de manifestar-se contra a injustiça social, falsas promessas, e falta de informação por parte dos serviços provinciais e distritais e a Dingsheng Minerals Mozambique.

Segundo a narrativa de alguns moradores que estiveram envolvidos no processo de manifestação, o representante da empresa chinesa teria afirmado o seguinte, passo a citar, “*nós já pagamos o vosso dinheiro ao governo, agora apenas podemos fazer-vos um favor, de pagar-vos um valor de 3,000.00 meticais porque vocês estão com fome*”. Estamos perante um desprezo pelo direito de responsabilização civil dos povoados, e uma violação da Constituição da República, do decreto de 8 de Agosto de 2012, sobre os direitos às compensações e restauração da vida social dos reassentados. A empresa se dá o direito de prestar favores aos donos das terras! Violando os direitos constitucionais, e o decreto acima citado.

A edificação de uma sociedade de justiça social e bem-estar implica, o cumprimento das leis foi negado aos reassentados. Assim, como a promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social de um país, exige-se equidade, e cumprimento dos direitos constitucionais através dos órgãos responsáveis pela justiça. Pois, a injustiça social é uma praga que afeta as comunidades quando se trata de projetos de mineração e reassentamentos de populações em Moçambique. O GdM parece ficar omissos ao clamor de seus cidadãos, quando procuram seu apoio e cumprimento da justiça. As leis dão vantagem às empresas de mineração, e o povo é deixado à margem, à deriva e na miséria. A tendência parece querer esconder a miséria dentro de quatro paredes.

A empresa Dingsheng Minerals Mozambique e o GdM, agiram de má-fé para com as comunidades ao não cumprirem com as promessas e a lei de terra no seu número 7, sobre ocupação de espaços. Os povoados já vinham residindo nas terras a mais de 10 anos, dando lhes o direito à negociação justa pelos seus bens materiais e imateriais. O GdM não fez nenhum favor às famílias reassentadas ao construir aquelas casas iguais, sem tomar em conta a dimensão da sustentabilidade económica, social, cultural e de ancestralidade das comunidades. *“O que adianta ter quatro paredes e água sem comida, sem terra para produzir comida, sem terra para o pasto do nosso gado”*, as famílias não podiam construir currais nas suas residências por questões de saúde, e também por questões de espaço. Algumas famílias foram atribuídas terras para o cultivo, e outras não. Os critérios de atribuição de terra e de casas devem ser revistas quando se tratam de reassentamentos por projectos de qualquer índole.

O governo do Distrito e os serviços provinciais foram negociar as terras de cultivo para oferecerem os povoados reassentados, enganando outros povoados, com a promessa de construir uma unidade sanitária. As famílias que receberam as terras distribuídas para o cultivo decorrente do processo de reassentamento, reclamavam que eram constantemente ameaçadas por outros povoados, e haviam sido dados um prazo para não voltarem a cultivar as terras, porque o Governo do Distrito de Chibuto não havia cumprido com a promessa feita no processo de negociação para cedência das terras a favor dos assentados. Este processo mostra que, houve abuso de poder sobretudo GdM e da Mineradora e colaboração com os representantes do Governo de Moçambique sobre as comunidades que são camponeses, pastores de gado, produtores de carvão e lenha, e pescadores, tal como fez a VALE na Província de Tete em 2021

que obstruiu o caminho para acesso às suas terras. Em Chibuto, as famílias são proibidas de ter acesso às sepulturas de seus familiares e o acesso à terra pela Dingsheng Minerals Mozambique de capitais chineses. A humanidade tornou-se impossível para alguns agricultores, pastores de gado, pescadores e cortadores de lenha dependentes daquelas terras.

A ausência de um organismo de representação dos povoados nos processos de negociação tais como as organizações da Sociedade Civil, a Ordem dos Advogados, entre outros, para questões contratuais relacionados aos próprios processos de reassentamento e as compensações, foi determinante para se chegar ao desabono, e redução da capacidade de negociação dos povoados com a empresa chinesa Dingsheng e o GdM. Pois os processos de reassentamento não se resumem somente a questões financeiras como os reassentados pensam. Há mais elementos que deviam se abordados caso tivessem uma firma lhes resentado em todo o processo, do início até o fim.

Geralmente, as empresas de mineração procuram explorar os Governos e os povoados o máximo possível através de seus representantes legais, como advogados empresariais, e investem todos os esforços possíveis para ganhar e reduzir os custos a seu favor. Sendo comunidades lideradas por pessoas com capacidades jurídicas e negociação reduzidas, desiguais e desabonadoras, as empresas usam de suas superiores capacidades para tirar vantagens e gastarem menos em compensações. Com a colaboração do GdM, a empresa chinesa Dingsheng saiu a ganhar tirando vantagem gigantescas em detrimento dos anseios das famílias deslocadas de seus povoados de origem. O GdM tornou-se um fiscalizador e protetor fracassado em processos que lidam com reassentamentos de comunidades em processos que lidam com projetos empresariais.

As infraestruturas de serviços básicos de saúde, por exemplo, não seguem nenhum padrão recomendado para obras públicas, se não o improvisado do empreiteiro para acomodar seus interesses no início das obras da construção das casas para o efeito de reassentamento. Transformou-se um estaleiro, e residências temporárias precárias para trabalhadores, em unidades sanitárias e escolas do ensino primário básico. A loiça sanitária improvisada, e caindo aos pedaços antes do fim do processo do reassentamento conforme mostra abaixo:

Foto 14 - Casa de banho da unidade sanitária construída pela Dingsheng



Fonte: Autor (2023)

Questiona este estudo, sobre o paradeiro do Órgão fiscalizador seu papel, neste instante, os Serviços Distritais e Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano, os Serviços Distritais e Provinciais da Saúde, O Governo da Província de Gaza, Os Ministérios que tutelam todas áreas afetadas pela Mineração das areias pesadas em Chibuto. Como isso pode acontecer em pleno século 21, em plena zona supostamente urbanizada, fechar-se o olho para questões graves? Teria que invocar o alto índice de corrupção, injustiça social, e proveito próprio de alguns membros envolvidos no processo de reassentamento e compensações destinados aos povoados, que lhes tiraram a legitimidade de agirem de boa-fé no exercício de suas atividades.

Este mostra que houve falta de escuta e acompanhamento respeitoso por parte do Estado, que deveria regular a empresa, e não as vidas das pessoas que ali residiam por direito.

Um dos narradores afectados pelo processo de deslocação mencionou o motivo de falta de comunicação e escuta por parte de GM, como causa das duas manifestações levadas a cabo pelas comunidades:

chegou um período em que nós fizemos uma manifestação, e quando nos manifestamos, eles chamam a Unidade de Intervenção Rápida contra nós, vindo de Xai-Xai. Quando nos pronunciamos, eles dispararam balas de borracha, alguns foram feridos, e nos dispersamos. De outra vez, voltamos a fazer uma manifestação que durou 4 dias na mata, molhamos com as chuvas dia e noite, eles nos viram. No quarto dia, ao chegarem, ao invés de conversarem conosco, haviam prometido compensações e emprego, foram diretamente ter com a mineradora. Está bem, se não podem nos compensar por nossas árvores, que nos dêem emprego para trabalharmos! Quando

questionamos os chineses, eles alegam ter entregado as nossas compensações ao Governo, e o próprio governo manda a Unidade de Intervenção Rápida para caso impedíssemos a entrada de camiões à empresa, nos disparássemos com as balas de borracha. E daí, comunicamos as comunidades para que voltássemos para casa, porque corríamos o risco de adoecer devido a chuva e humidade, que tivemos devido os dias que melhoramos. Podia também acontecer que alguém pudesse morrer ou ser ferido devido os ferimentos das balas de borracha, e não seria bom para nós. Até hoje não temos uma palavra sequer do governo. (Narrador nr 21, 2023).

O descontentamento das comunidades surge pela ausência do diálogo saudável, e do incumprimento da lei de terra e do regulamento do reassentamento, assim com a lei de 2012 sobre os processos de reassentamentos.

A mesma carta dos Direitos Humanos prevê que, todo indivíduo tem direito ao trabalho, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego (Artigo, 23, alíneas nr, 1, 2, e 3). Este direito é negado às populações reassentadas alegando a idade, escolaridade e incompetência, algo que a Dingsheng Minerals Mozambique podia resolver criando cursos técnicos profissionais de curta duração através de RSC, no sentido de integrar alguns jovens e adultos. Esse tipo de programa, seria benéfico para aquelas famílias cuja principal fonte de subsistência lhes foi tirada. Notou-se também que os homens já não podem ir à pesca, não mais podem cortar a lenha para venda, nem fabricar o aguardente, nem podem produzir os cultivos que lhes ajudavam economicamente no passado. O seu ouro lhes foi retirado de forma covarde, isto é, a castanha de caju que continua sendo de grande valor económico para muitas famílias moçambicanas. Por essa razão o artigo 23 dos direitos humanos cita:

1) Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2) Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3) Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4) Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. (Artigo 23, alíneas 1, 2,3 4).

O desemprego é uma das formas mais comuns para o crescimento da pobreza e a diferença social entre as pessoas em todos os lugares. Assim sendo, a desigualdade não deixou de crescer entre as famílias em que alguns membros foram contratados pela empresa chinesa Dingsheng, tal como foram alguns filhos dos líderes locais entre os reassentados. De salientar

que os chefes já tinham uma vantagem em termos de casas recebidas, onde são capazes de arrendar algumas para incrementar suas rendas. Sendo, desta forma, os abafadores entre o GdM e as comunidades por elas lideradas. A forma sorrateira como GdM opera em coordenação com dos líderes comunitários, mostra um claro conflito de interesse.

Os resultados demonstram que houve alguns ganhos e perdas irreversíveis com a saída das populações das zonas de origem para o novo bairro Nwamuza onde foram reassentadas.

8.5 Desigualdade e pobreza

A desigualdade e a pobreza sempre existirão no mundo. Todavia, podem ser reduzidas. A meta 1.1 das ODS (2023) é de até 2030, “se erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente vivendo com menos de US\$1,25 por dia²⁴,” Esta é a luta de todos os países do mundo, que deve ser a sua redução para o mínimo possível. Porém os atos do Governo de Moçambique mostram o contrário do objecto desta meta.

Por outro lado, a desigualdade é resultado da injustiça social, das diferenças socioeconómicas que causam uma disparidade entre os povoados. Cada cidadão merece uma dignidade e a mesma capacidade de potencial para intervir na condução dos negócios de interesse comum, afirma Miguel (2015). Essa dignidade foi roubada aos povoados reassentados em Nwamuza pelo Governo de Moçambique em colaboração implícita da Empresa Chinesa Dingsheng, ao se recusar de oferecer condições condignas (compensações justas), e um diálogo sadio com as comunidades reassentadas.

Enquanto as populações ao redor dos mesmos bairros afetados pela linha de energia Eléctrica de alta tensão da Electricidade de Moçambique que decorria na altura deste estudo, eram pagas 18 mil meticais (equivalentes a \$1,285.71 Reais Brasileiro) por cada árvore de frutas e ou sem frutas, as famílias dos povoados afetados pela mineradora chinesa Dingsheng foram pagas 3 mil meticais (equivalentes a \$214.28 Reais Brasileiros). Urge a questão, qual foi o critério utilizado pelo Estado Moçambicano como fiscalizador dos processos de reassentamento para admitir tais disparidades em processos de compensação pelas árvores? Qual foi o papel da justiça Moçambicana, nesse caso, a Procuradoria-Geral da República de Moçambique, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e outros

²⁴ Disponível em (<https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>). Acesso em: 12 nov. 2023.

ministérios que tutelam a área de mineração e reassentamentos?

Este estudo mostra que a miséria e a desigualdade, entre os reassentados, são promovidas pelo próprio Estado Moçambicano através do seu governo e suas instituições fiscalizadoras. Algumas das famílias reassentadas que tinham terra fora da sua zona de origem, mas que foram abrangidos pelo projecto da linha de energia eléctrica, beneficiaram-se de compensações 5 vezes a mais, do que as que foram contemplados pela empresa chinesa Dingsheng, segundo Machanguana (2022). Estas disparidades induzem os povoados a pensar que seus dividendos ou compensações foram desviados pelo Governo da Província de Gaza, o Governo Central, assim como Governo do Distrito de Chibuto:

O dinheiro. Se lhe informasse a forma como as coisas começaram, eles tinham- nos prometido bom dinheiro, mas não se chegou a cumprir com a promessa. Eles alteraram o preço das árvores e das sepulturas. Eles haviam prometido que cada cajueiro custaria 12000, diminuíram para 4000, e por fim pagaram-nos 3000.00 meticais. Dos 12000 prometidos, eles ficaram de nos pagar os 9800, todavia, já não conseguimos obter esse valor. A EDM que está implantando a linha de alta tensão está pagando 18, 000.00 meticais por cada árvore cortada. (narrador, 7 e 8, 2023).

As disparidades falam por si quanto aos processos que envolveram a empresa mineradora Dingsheng Minerals Mozambique, e ao GdM, através das suas representações a nível nacional e os Serviços Provinciais que tutelam os assuntos relacionados com os reassentamentos. A Procuradoria-Geral da República, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o Ministério de Trabalho, Ministério de Agricultura, O Ministério de Recursos Minerais e Energia e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, representantes do Estado Moçambicano, parecem ter dualidade de critérios na aplicação das leis que devam proteger os direitos dos cidadãos, em processos de reassentamentos por mineração. Não importa a origem do dinheiro das compensações, a lei deve ser cumprida devidamente para repor os danos causados às famílias que perderam suas fontes de subsistência, tal como seus bens materiais e imateriais.

A criação de condições iguais ou superiores às anteriores, implicam a aplicação da lei com rigor por uma autoridade íntegra e interessada na justiça. A violação do decreto de 8 de Agosto de 2012, sobre os processos de reassentamentos e o incumprimento da lei prejudicou as famílias desfavorecidas e destituídas de um defensor de direito, que deviam ser os órgãos de

justiça moçambicana através da aplicação do princípio de imparcialidade jurídica. São esses tipos de disparidades que acabam criando a desigualdade de capacidade, observa Therborn (2002) entre pessoas de um bairro ou povoado. Esta desigualdade de capacidade que pode ser socioeconómica, já cria um sentido de desigualdade de assumir algumas capacidades e feitos entre as famílias.

Esta desigualdade cria um trauma geracional nas comunidades. Cujo trauma, gera uma desconfiança e insegurança no seio das famílias para com o Governo de Moçambique, especialmente quando se trata de mineração. O que adianta ter uma casa sem fonte de renda, e sem trabalho? A Human Right Watch (2013) relatou sobre o enfrentamento e perturbações sérias no acesso à alimentação, água e ao trabalho das populações reassentadas na Província de Tete pela Empresa Vale e Rio Tinto. Isto surge devido a emissão de licenças de mineração convidando biliões de dólares em investimentos que ultrapassam a criação de salvaguardas adequadas para proteção das populações diretamente afectadas pela exploração do minério²⁵²¹.

O nosso desejo, é que eles nos paguem o que nos devem! Por exemplo, nós tínhamos quatro casas, porém fomos entregues somente uma casa, todos dormimos na mesma casa. (narrador nr 19, 2023)

De outro lado, enquanto os chefes das comunidades reassentadas, um teve 7 casas, alegadamente porque tinha mais terra e mais filhos, outras famílias com um número elevado de filhos tiveram uma casa. Levamos a acreditar que, os critérios para a atribuição das casas foram também injustas e aleatórias, segundo Rosário (2023). Verifica-se mais desigualdade, quando as famílias que tiveram mais de quatro casas alugam-nas para obterem seu sustento. Enquanto outras famílias passam necessidade por falta de meios de subsistência. O primeiro narrador obteve 5 casas, alegadamente porque teve 4 filhos. Ele alugava uma residência para fins de renda.

O lugar onde foram nos atribuir espaço para trabalhar a terra é bem distante. Saímos de casa às 03h00 da manhã para chegarmos às 06h00. E se saímos daqui para nossa zona de origem para cultivar as 2 da manhã para podermos voltar para casa no mesmo dia, e já não aguento as vezes tenho que encontrar um lugar para passar a noite. (narradora nr 20, 2023)

O mesmo erro se repete quando os campos de cultivo disponibilizados e distribuído às famílias agricultoras, localizam-se distantes de suas residências. No caso de Chibuto, as

²⁵ Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2013/05/23/249792>. Acesso em: 10 dez. 2023.

famílias precisam sair de casa às 02h00 ou 03h00 da manhã para chegar às suas machambas às 6. O mesmo senario se repitiu com os reassentados devido a mineração na província de Tete em que as famílias percorriam cerca de 40 km (2013), para trabalhar em terras difíceis e sem água, e menos sistemas de irrigação. Estas dificuldades trazem impactos negativos no padrão de vida daquelas comunidades. Como um dos reassentados dizia, “O que adianta ter quatro paredes, água e energia sem comida, se sempre vivemos sem essas coisas” (Narrador nr 22). Se não for um erro, pode-se afirmar que é a incapacidade de Moçambique disponibilizar políticas sociais universais, que aceleram o processo de empobrecimento e a desgraça das comunidades afectadas pelos processos de mineração em zonas propensas aos minérios como em Chibuto.

8.6 Do ataque aos direitos previstos na constituição moçambicana, o decreto de 8 de Agosto de 2012. (d) Avaliar a organização e representação das comunidades para o processo de negociação da sua retirada das suas zonas de origem.

A Constituição da República de Moçambique prevê o cumprimento e preservação dos direitos dos cidadãos. O cidadão moçambicano tem direito a proteção e a assistência jurídica gratuita através do Ministério da Justiça, a Procuradoria-Geral da República. Esses órgãos existem para assistir o cidadão moçambicano, independentemente de sua cor partidária, tribo ou classe social.

A empresa chinesa Dingsheng e o GdM agiram de má-fé com as comunidades ao não cumprirem com as promessas e a lei de terra no seu número 7, sobre ocupação de espaços. Os povoados já vinham residindo nas terras a mais de 10 anos, dando lhes o direito à negociação justa pelos seus bens materiais e imateriais. O GdM não fez nenhum favor às famílias reassentadas ao construir aquelas casas iguais, sem tomar em conta a dimensão económica, social, cultural e de ancestralidade. “O que adianta ter quatro paredes e água sem comida?”, Sem terra para produzir comida, sem terra para o pasto do nosso gado, as famílias não podiam construir currais nas suas residências por questões de saúde, e também pequenas. Algumas famílias foram atribuídas terras para o cultivo, e outras não.

8.7 Ataque aos pactos internacionais - carta de direitos humanos (ONU) e Carta do trabalhador que define o trabalho tradicional (OIT).

A carta universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948 na sua resolução 217 A III, reconhece que, a dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Por isso que, o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros. Tomando em consideração os atos da empresa chinesa Dingsheng e o GdM, constatou-se a violação dos direitos humanos. A forma como foram tratados os assuntos relacionados à exumação dos cadáveres recém-sepultados, a ossada humana pelos funcionários da empresa chinesa a mando do GdM, constitui uma deplorável ação desprezível contra a dignidade humana. Houve falta de proteção dos direitos das comunidades reassentadas, considerando que:

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão²⁶⁾

A inobservância a este direito pelo respeito ao diálogo, a liberdade e a segurança pessoal, do artigo 3, da carta dos Direitos Humanos é transgredida. É evidente que o GdM não esteve a favor daqueles povoados reassentados. O uso de balas de borracha pela Polícia da República de Moçambique contra os membros das comunidades por exigirem seus direitos, direito ao emprego pré-acordado, e a justa indemnização, mostra que os povoados estão à deriva, largados à sua sorte.

Se um dos objetivos da Agenda 2030, e da OIT é erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento através do emprego, o GdM, para com as comunidades reassentadas, agiu ao contrário do almejado. Havendo conhecimento de que não se podia empregar todos os jovens, podia ter-se criado programas de Responsabilidade Social Corporativa para abertura de centros de formação profissional para formação em habilidades para vida, assim como na área de mineração e afins para posterior absorção para o serviço da mineradora, local e outros locais, e também para geração de auto-emprego.

8.8 Falta de escuta e acompanhamento respeitoso por parte do GdM que devia regular a empresa, e não as vidas das pessoas que ali residiam por direito

O estudo mostra que houve falta de escuta e acompanhamento respeitoso por parte dos

²⁶ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Estado, que deveria regular a empresa, e não as vidas das pessoas que ali residiam por direito. Um dos narradores afectados pelo processo de deslocação mencionou o motivo de falta de comunicação e escuta por parte de GdM, como causa das duas manifestações levadas a cabo pelas comunidades.

O descontentamento das comunidades, surge por falta do diálogo saudável, e do incumprimento da lei de terra e do regulamento do reassentamento, assim como o decreto de 8 de Agosto de 2012 sobre os processos de reassentamentos.

A carta do Direitos Humanos prevê que todo indivíduo tem direito ao trabalho, a condições justas e favoráveis de trabalho e a protecção contra o desemprego (Artigo, 23, alíneas nr, 1, 2, e 3). Este direito é negado às populações reassentadas alegando a idade, escolaridade e incompetência, algo que a empresa Chinesa podia resolver criando cursos técnicos profissionais de curta duração, no sentido de integrar alguns jovens e adultos. Esse tipo de programa, seria benéfico para aquelas famílias cuja principal fonte de subsistência lhes foi tirada. Notou-se que os homens já não podem ir à pesca, não podem mais cortar a linha para venda, não podem mais fabricar aguardente, não podem produzir os cultivos que lhes ajudaram economicamente. O seu ouro lhes foi retirado, isto é, a castanha de caju que continua sendo de grande valor económico para muitas famílias moçambicanas. Porque o artigo 23 dos direitos humanos cita:

1) Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à protecção contra o desemprego. 2) Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3) Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de protecção social. 4) Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para protecção de seus interesses. (Artigo 23, alíneas 1, 2,3,4).

Foto 15 - Ex-estaleiro do empreiteiro e residência dos construtores transformados em unidade sanitária



Fonte: autor (2023).

8.9 Violação cultural e tradicional dos povoados

A cultura chinesa é diferente dos povoados moçambicanos de Chibuto. Para o cidadão rural de Moçambique, a terra é um espaço cultural e tradicional. Ter um pedaço de terra é uma forma de ser cultural e tradicional e costumeiro. A falta de terra é interpretada como humilhante e pior espécie de pobreza. Enquanto, para um empresário comunista-capitalista chinês, ter hectares de terras é para os mais ricos. Ao chegar em Chibuto em Moçambique, e ver as comunidades pobres com terras imensas, acha que com uma casa tipo 3 num espaço de 20/40m é um grande favor prestado aos cidadãos moçambicanos. Que a terra é vida e cultura para as famílias e povoados, para um capitalista é um absurdo, que leva a violação desses valores aos povoados. A riqueza para os povoados reside em ter terra para produzir e fazer uso fruto das suas árvores e terra.

Constatou este estudo que, as políticas capitalistas de empobrecimento para despotenciar as famílias e povoados foram implementadas com sucesso. As políticas de inferiorização dos povos africanos, para posterior domínio e pilhagem se materializaram de maneira sutil ao olhar impávido do GdM. Construir casas para enganar os pobres e lhes roubar o futuro socioeconómico e criar um regime de dependências por parte do Governo e “uso do poderio externo para dominar os países pobres” (Polanyi, 1944. p. 328-333). De um lado, as políticas de mineração em Moçambique contribuem para dependência dos povoados no trabalho industrial que,

na verdade não existe para todos, lavando a marginalização de cidadãos sem qualificação académica superior e técnico-profissional. É como se os cidadãos não qualificados e de proveniência rural e humilde não tivessem alguma importância no país.

No caso deste estudo, dezenove (19) dos narradores, não sabem escrever e nem ler, o que os torna excluídos no mercado de emprego na mineradora. Sem terra, e se tiver, distante de suas residências e sem meios de produção, são tomados pelo desespero observado Polanyi (1944). Assim sendo, cria-se um espírito de descontentamento, e trauma generalizado e geracional. Pois, o corte dramático de produção de alimentos pela perda da terra, ao invés de criar riqueza, contribuiu para o aumento da pauperização das famílias reassentadas em Chibuto, que agora vivem em moradias de pedra. “A terra é vida” (Wikeri, 2012, p. 3) quando estiver perto e for arável para o agricultor. Os trabalhadores chineses tornam-se mais ricos e os moçambicanos cada vez mais paupérrimos, e os poucos que conseguiram o tal trabalho, têm seus direitos constantemente violados pelos novos senhores terra, o GdM e a Multinacional Dingsheng Minerals Mozambique.

A exploração das areias pesadas que resultaram no reassentamento, ao invés de partilhar riqueza, como se esperava, veio contribuir para o aumento da pobreza dos agregados familiares de Chibuto atualmente em Nwahamuza, o que confirma de alguma forma o relatório apresentado pelo Banco Mundo sobre a subida da taxa de pobreza de 31,1 para 18,9 milhões de pessoas em Moçambique. A situação de pobreza também aumentou o número de agregados urbanos pobres de 32% para 46% durante o período entre 2019/20, estes números foram observados entre os anos 2002/3, com mais de 95% dos agregados familiares a caírem em pobreza²⁷ (Banco Mundial, Setembro de 2023).

8.10 A fuga da responsabilidade do Estado Moçambicano nos processos de reassentamento e compensações em Chibuto

A responsabilidade do garante das compensações às comunidades é do Estado moçambicano através das instituições de direito. A assinatura do contrato de exploração das

²⁷ Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>. Acesso em: 10 dez. 2023.

areias pesadas foi sem o consentimento dos povoados, por isso, os reassentados não tem poder de negociação com a Ding Sheng Minerals. O Estado moçambicano como fiscalizador do GdM, é que deveria mediar e dar seguimento para que os direitos dos deslocados fossem devidamente compensados dentro do que a lei dos reassentamentos obriga, e não um favor! E DingSheng Minerals não tem que fazer nenhum favor às comunidades, além de cumprir com suas obrigações contratuais determinadas pela lei em vigor em Moçambique.

O que acontece é, o GdM transfere sua responsabilidade à Ding Sheng Mineral, e os trabalhadores chineses para fugir das suas obrigações para com as famílias deslocadas, objectivando dar espaço a exploração do minério em Chibuto. Assim sendo, os deslocados, passam a olhar para os trabalhadores chineses e os representantes da Dingsheng Minerals Mozambique como sendo, os que tomaram suas terras dos povoados, fumegando desta forma, o racismo, e a indução da xenofobia entre os moçambicanos provenientes de outras províncias a busca de oportunidades de trabalho, enquanto, na verdade, se a empresa não tivesse sido autorizada pelo GdM, não teria acesso às terras dos povoados. Para dizer que, a Ding Sheng Mineral, agiu segundo o consentimento do Estado Moçambicano e a sua permissividade sobre as práticas da injustiça social, e trabalhista contra os trabalhadores Moçambicanos, e esse mesmo Estado procura se isentar manchando a imagem da Dingsheng Minerals Mozambique em detrimento da injustiça cometida contra seu próprio povo.

9 RECOMENDAÇÕES

- Para a melhoria e transparência nos processos de reassentamento por projectos de mineração em Moçambique, sugiro a criação de conselho fiscalizador da sociedade civil para monitoria dos processos similares.
- A aprovação de critérios de transparência na distribuição de terras, casas e compensações para as comunidades afectadas com o acompanhamento da Sociedade Civil, a Ordem dos Advogados, e órgãos de Justiça Moçambicana.
- Futuros estudos sobre o papel dos líderes comunitários na intervenção e negociação nos processos de reassentamento por objetivos empresariais e habilidades para negociação conjunta, tendo em conta uma série de mecanismos que estão nas entrelinhas desta relação entre povoado-mineradora-Estado que são mais complexas do que o reassentamento e ressarcimento. Pois, há um modo de violência baseado na localidade e situacionalidade do povoado, que, em escala maior, tem a ver com processo colonizadores racistas em prol do desenvolvimento capitalista. Havendo, deste modo necessidade de se compreender estes mecanismos sutis, psicossociológicos, que ajudariam bastante a pensar em recomendações encaminhamentos de apoio comunitário.

BIBLIOGRAFIA

- ALEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia Mthilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- ALVES-MAZZATTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AMARAL, Ilídio. A cidade e o futuro: a propósito da explosão urbana mundial. Memórias da Academia de Ciências de Lisboa. Secção de Letras, Lisboa, Tomo XXIII, 1983.
- AMARANTE, C. B. Conhecimento jurídico-normativo das populações tradicionais pelo Estado brasileiro: uma revisão. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 7, n. 2, 2011, p. 1-9.
- AMARO, Ana Maria. Rituais da morte, rituais da vida na antiga China. Disponível em <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30018/1692>. Acesso em: 28 set. 2023.
- AMORIM, L. da S. Transtornos alimentares: aspectos culturais e intervenção em TCC. Boletim SBNp, São Paulo, v. 2, n.10, p.1-30, out. 2019.
- APPIAH, Kwame. A. Na casa de Meu Pai: África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992
- ARAÚJO, M. M. (1999). A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. *Finisterra*, 34(67/68). Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1694>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ARAÚJO, M. M. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique. - espaço e Tempo, GEOUSP, 14, 165-182. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/123846/120016/233320>. Acesso em: 9 de Fev. 2023.
- ARAÚJO, Manuel G. Mendes, Sistema das aldeias comunais em Moçambique: Organização do espaço residencial e produtivo. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1988.
- AUBERTIN, C.; PINTON, F.; BOISVERT, V. Les marchés de la biodiversité. Paris: Édition IRD, 2007.
- BAMBERG, M.. Narrative analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, ; K. J. Sher (Eds.), *APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological* (pp. 85–102). American Psychological Association, (2012). <https://doi.org/10.1037/13620-006>. Acesso em: 28 set 2023.
- BANCO MUNDIAL. Globalização, Crescimento e Pobreza: a visão do Banco Mundial sobre

efeitos da Globalização. São Paulo: Futura, 2003.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, R. Murrieta; W. Neves (Orgs). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*, São Paulo: FAPESP; Annablume, p. 109-143, 2006.

BAUMAN, Z. Globalização: As consequências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1999.

BECKER, E.; JAHN, T.; STIESS, I.; WEHLING, P. Sustainability: a cross-disciplinary concept for social transformations. Paris: Unesco (Most Policy Papers), 1997.

BEDIN, Firmino. Metodologia: o caminho da ciência. 2ed. São Paulo: EDICON, 2008.

BEDIN, Firmino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

BEDIN, Firmino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 4ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1996.

BENATTI, J. H. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. *Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídicos ambientais*, Cuiabá, Ano 1, n. 1, 2007, p. 23-39.

BENJAMISSEN, T. Advancing a Political Ecology of Global Environmental Discourses. *Development and Change*, v. 32, 2001, p.681-715.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis (R.J): Vozes, 2012.
<https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/issue/view/215> acesso em: 10 maio 2022

BOFF, Leonardo. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. BOFF, Leonardo. Desigualdade reexaminada. Record, Rio de Janeiro, 2000.

BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2004.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Decreto nº 31/2012, de 8 de agosto que aprovou o Regulamento sobre o Processo de reassentamento resultante de Atividades Económicas.

BOOKCHIN, M.: The ecology of freedom the emergency and dissolution of hierarchy, Palo Alto: Cheshire Books, 1986.

BOOKCHIN, M. What is social ecology? In: ZIMMERMAN, M. (ed.) Environmental Philosophy: from animal rights to radical ecology, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1993.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1983.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 23 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos da *Lei Nº. 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*, Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010. Regulamenta os Arts. 6, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, *institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC*, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 4. 9 dez. 2010.

BRASIL. *Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas*: instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. *Política Nacional de Biodiversidade (PNB)*: instituída pelo Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília: Diário Oficial da União.

BRUNER, J. The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*; Chicago. vol. 18, 1991 p. 1-21.

CALDAS, M. A. E. Estudos de revisão de literatura: fundamentos e estratégia metodológica. São Paulo, HUCITEC, 1986.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.), LANE, S. T. M., SAWAIA, B. B., DE FREITA, M. DE F. Q., GUARESCHI, P., NASCIUTTI, J. C. R., DE VASCONCELOS, N. A. E CAMPOS, R. H. *Psicologia Social Comunitaria: da solidariedade à autonomia*. 6. ed. Petropolis, RJ, Vozes. 2001.

CARDOSO, B. M. Depósitos de sacrifícios humanos e “terrenos de enterramentos formais”: O caso de Gordion e População Galata. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2014., disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1802.pdf>. Acesso em 16 de Out. 2023.

CASTEL, R. As Armadilhas da Exclusão. In: BELFLORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L; YAZBEK, M. C. (Orgs.). *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 2004. p. 17-50.

CASTEL-BRANCO, C. N. (2013). Economia Extractiva e Desafios de Industrialização : para além de rendas dos recursos naturais Estrutura da Apresentação. *Conferência Internacional Sobre a Governação Da Economia Extractiva “Recursos Naturais: Benção Ou Maldição?”*. Acesso em: 22 Maio, 2013.

CASTEL-BRANCO, C. N. Os mega projecto em Moçambique: que contributo para a economia nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva Museu de História Natural

(Maputo) 27 e 28 de Novembro de 2008. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf acesso em: 06 fev., 2022

CASTEL-BRANCO, C. N. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41, S26–S48. (2015) Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>. Acesso em 10 dez. 2023.

CASTEL-BRANCO, C N. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. Maputo: Cadernos IESE, n. 1., 2010.

CASTRO, C. de M. A prática da pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CBD, Secretariat of the Convention on Biological Diversity. *Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and the Aichi Targets*. 2010. Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/publications/tou-gdl-en.pdf> . Acesso em: 12 mai. 2016.

CDD. Exploration of heavy sands in Chibuto. Maputo, june, 2, 2023. (10) Disponível em, <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/After-environmental-crimes-the-Chinese-mining-company-is-accused-of-violating-workers-human-rights.pdf>, acesso 28 Nov. 2023

CENTRO DE APOIO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA. Disponível em: <https://www.caicc.org.mz/index.php/biblioteca/corruptao/98-agricultura>. Acesso em: 23 maio, 2022.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 2ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHAER, Gandino, DINIS, Rafael Rosa Pereira, RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa Educacional. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em 21 de jan-2022.

CHIVANGUE, A. (2017). Emergente Contra a Indústria Extractiva em Tete: *renegociando instituições através de protestos populares ?* (No. 150).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. O Nosso Futuro Comum, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CONCONE, M. H. V. B. A noção de cultura. *Kairós*, v. 14, n. 3, p. 51-67, 2011. Disponível em: https://terradealguns.divergente.pt/dist/assets/docs/resistencia/decreto_reassentamento31_2_0_12_de_8_agosto_1.pdf. Acesso em: 01 jun, 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE DE 1990. Disponível em:

<https://gazettes.africa/archive/mz/1990/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf> . acesso em: 09 fev. 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE-2004. Disponível em:<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>

COSTA, da Costa SILVA. Imagens de África da Antiguidade ao Século XIX. Penguin; Companhia das Letras. SP: Brasil, 2012.

COSTA, S. L. Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória-ES. Tese de doutorado. EICO-UFRJ, 2008 disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/pesquisa/producao-academica/teses/teses-de-doutorado-2008/>. Acesso 01 jun 2022.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. A.; SOARES, D. G. Gestão de áreas protegidas: análise dos marcos legais, à luz dos princípios de governança democrática. *Sociedade e Território*, v. 27, nº 1, p. 138-156 jan/jun. Natal. 2015.

CRASWELL, G. Writing for Academic purposes: a postgraduate guide. London, Sage Publications, 2005.

D'ÁVILA, M. I., e DE VASCONCELOS, N. (Org.). Ecologia, feminismo, e desenvolvimento. EICOS-UERJ, RJ. 1993.

Da VIEGA, J. E., 2005. Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, *Ambiente ; Sociedade*. Disponível em: <v7n2a11.pmd> (scielo.br) . Acesso em: 28 set. 2023.

De ALMEIDA, J. M. ética e existência em Kierkegaard e Lévinas. Egba. Vitória da Conquista-BA, 2009.

De BARROS, A. De J. P., LEHFELD, N. A. De S. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

De MATOS, E. A. C. e MEDEIROS, R. M, V. Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5301/4065> . Acesso em: 28 set. 2023.

De SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Brasil psicologia: reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295, 2007. Disponível em ; www.scielo.br/prc

DIMENSTEIN, M., LEITE, J. F. ORG. **Psicologia em pesquisa**: cenários de práticas e criações. Natal: EDFRN, 2014.

DOUNDON, Raymond. **A desigualdade das oportunidades**: a mobilidade social nas sociedades industriais. Editora Universidade de Brasília. 1973.

Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade, Disponível em <https://www.ecoespiritualidade.com.br/introducao-a-ecoespiritualidade/> December 2020, Revista Pistis Praxis 12(3)DOI:10.7213/2175-1838.12.003.DS01 acesso: em 06 mai 2023.

ERLICH, S. **Trauma coletivo e o espaço psicanalítico**. Jerusalém. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 15. N.1. p. 157-171, abril de 2008. Disponível em <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/487/502>. Acesso em: 01 de jun, 2022.

EUZÉBIO FILHO, A. **Psicologia e Desigualdade Social**: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

FÁBIO K. C. **Capitalismo: civilização e poder**. v.25(72) ago. 2011. Sielo, Brasil. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000200020>, <https://www.scielo.br/j/ea/a/6rdn6gfNjWGcwjBVcFszSWh/>. Acesso aos 10 de jul. de 2023.

FERNANDES, E. **Direito e Gestão na Construção da Cidade Democrática no Brasil**. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732196003.pdf>. Acesso 13 de abril de 2022.

FERREIRA, A. A. L., MOLAS, A., CARRASCO, J. ORGS. **Psicologia, Tecnologia e Sociedade: Controvérsias metodologias e conceituais para uma análise das práticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Nau, 2015.

FONSECA, J.J., S.da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002 Disponível em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 23 mai, 2022

FRAY, PETER, ORGANIZADOR. **Moçambique: ensaios**. Editora UFRJ, RJ, 2001.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **Megaprojetos de mineração e o ônus do “desenvolvimento” nas comunidades locais da província de Nampula-Moçambique**:o caso de Topuito. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais* - ISSN 2238-3565 V.8, N.2, p.60-92, 2019 Dossiê: Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467493031_ARQUIVO_VANITOFREI_ARTIGO_ENG_2016.pdf. Acesso em set 2023.

GENTILI, PABLO, ORG. CHOMSKY, N., CASANOVA, P. G., THERBORN, G., LIMOEIRO-CARDOSO, M., GÓMEZ, J. M., SALAMA, P., ; WALLERSTEIN, I. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 4a ed. Editora Vozes. 2002.

GLOBALink, **Mozambican president inaugurates production lines for Chinese-invested heavy sands project**. 2022 Disponível em <https://english.news.cn/20221204/9dbd7a3cb83945159ec9418247f13cd7/c.html> acesso em: 28 nov. 2023.

Governo Preocupado Com Organização Administrativa da Empresa Dingsheng Minerals. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/07/05/oilgas/extractivas/governo-preocupado-com-organizacao-administrativa-da-empresa-dingsheng-minerals/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

GUATTARI, F. **Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade**. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 108, p. 19-25, Jan./Mar. 1992.

GUIMARÃES, R. P. **Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comercio”**. 2008. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/ar/694001468762015646/pdf/235910a0Summary120PORTUGESE111.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HARAWAY, D., **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359-4705.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos avançados. 15 (41), 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/b5NXdk7nCmQFrX9bcbL7R7J/?format=pdf;lang=pt>

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Declaração da OIT sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa**, 2008. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genERICdocument/wcms_336918.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **Declaración de Bariloche**. Bariloche: IUCN, 2007.

IRVING, M. A. **Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?** *Sinais Sociais*. V. 4, no. 12, p. 122-147, 2010.

IRVING, M. A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI JR, A. (Orgs.) *Ética Socioambiental*. Barueri (SP): Manole, 2019, p. 539-571.

IRVING, M. A. **Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento**. *Revista Espaço e Geografia*, Gestão participativa: comunidade e espaço. Brasília, v. 2, n. 1, p. 135-141, jan./jul. 1999.

IRVING, M. A. **Sustentabilidade e o futuro que não queremos**. *Sinais Sociais*, v.9, n. 26, p.11- 36, 2014.

IRVING, M. A.; D'Ávila NETO, M. I.; MACIEL, T. M. F.; BEYSSAC, M. L. C. **L'approche brésilienne de l'écologie sociale.** In: CHARDEL, P.A.; REBER, B. *Écologies sociales: le souci du commun.* Lyon: Parangon, 2014.

IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Reinterpretando a noção de cidade: Lócus possível de encontro e interculturalidade? In: MACIEL, T. B. D'AVILA NETO, M. I.; ANDRADE, R. G. (Orgs.) *Fronteiras e Diversidades culturais no Século XXI.* Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2012.

IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e transformação social.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2012.

ISSBERNER, L. R.; LÉNA, P. **Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate.** *The Unesco Courier.* V.2 Apr-Jun. 2018.

ISSBERNER, L. R.; LÉNA, P. (Orgs) **Antropoceno, os desafios de uma nova era.** Edição Especial, *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.* N.38, Jan-Dez 2017, publicado em 01/2019.

JOSÉ, David Selemane ; Carlos Hoffmann Sampaio. **Estado da arte da mineração em Moçambique: Caso carvão de Moatize, Tete.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS, Brasil chrome extension: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/ Disponível em: https://www.ufrgs.br/rede-carvao/Sess%C3%B5es_A7_A8_A9/A9_ARTIGO_03.pdf. Acesso :em 10 dez. 2023.

KEMP, D., OWEN, J. R., ; COLLINS, N. (2017). **Global perspectives on the state of resettlement practice in mining. Impact Assessment and Project Appraisal,** 35(1), 22–33. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2016.1271544> . Acesso em: 10 dez. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KI-ZERBO, JOSEPH. **Para quando a África?: entrevista com René Holenstein.** Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2006. (À quando l'Afrique: avec Renée Holesntein)

LATOUR, B. **Imaginar gestos possíveis que barrem o retorno da produção pré-crise.** Revista IHU ON-LINE. Instituto Humanitas Unisinos. 07 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597852-imaginar-os-gestos-barreiras-contra-o-retorno-d-a-producao-anterior-a-criese-artigo-de-bruno-latour>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LEITE, F. R. da Rocha. *A Questão Ancestral: África Negra*. Pala Athena. SP: Brasil. 2008

LÉNA, Philippe e ISSBERNER, Liz-Rejane. Desafios para o Brasil em tempos de Antropoceno. In: MAY, H. Peter (org) *Economia do meio ambiente: Teoria e prática*, 3ª. Cap 8 p. 203-227. Edição. Elsevier 2018.

LUÍS C. e SARA C. Introdução à globalização. Abril, 2007. Disponível em: <https://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 11 jul. de 2023.

LUÍS CAMPOS e SARA CANAVEZES. Introdução à globalização. Abril, 2007. Disponível em: <https://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MACCALÓZ, S. M., LEITE, J. C, Do Prato, BOMFIM, B. C. CORTEZ, R. C. LOBO, E. H.,

NETO, J. A. D. E PINAUD, J. L. *Globalização: Neoliberalismo e direitos sociais*. Editora Destaque. Rio de Janeiro, RJ. 1997.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2015. Acesso em 17 Nov. 2023.

MALOA, J. M. (2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11e20180101. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101> “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/urbe/a/qFhxYwrrWsPFh6Vq8SbvZ3j/?format=pdf;lang=pt”

MARCONI. M.A; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

MATUSSE, J. M. *Análise de projetos agrícolas do fundo distrital de desenvolvimento em Chibuto, Moçambique*. dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em [5208.pdf \(ufscar.br\)](#). Acesso em: 20 Jul. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de execução, política da morte*. 1ed. UFRJ.2018

MENDES, M. C. (1979). *Maputo: antes da independência: geografia de uma cidade colonial* (Tese de doutorado), Universidade de Lisboa, Lisboa.

MENDES, M. C. (2012). *Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço*. Disponível

em

https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral/pub_view?pi_pub_base_id=102790;pi_pub_r1_id. Acesso em: 09 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL, Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique, 2005. Disponível em:
<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2953/23817/.../Chibuto.pdf%3E.%20Acesso%20em:%2026%20de%20abril.%202018> . Acesso em: 11 abril, 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Quadro da Política de Reassentamento. Março, 2021. Programa de Economia Rural Sustentável Projecto N° 174002. Disponível em: https://www.proazul.gov.mz/wp-content/uploads/2021/04/PERS_Quadro-da-Politica-de-Reassentamento_FINAL.pdf. Acesso em: 5 maio 2022.

MINISTÉRIO DE OBRAS PUBLICA E HABITAÇÃO. Plano de Reassentamento, Relatório final: Estudos Ambientais e Sociais do Sistema de Abastecimento de Água do Grande Maputo. Maputo: Editora Atlas, 2013.

MINISTÉRIO DE TERRA, AMBIENTE, E DESENVOLVIMENTO RURAL. (2016) Programa Nacional de Desenvolvimento sustentável: crescimento Rural sustentável e inclusivo. Disponível em: http://www.mitader.gov.mz/wp-content/uploads/2016/12/MITADER_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_1.pdf. Acesso em: 11 mai, 2023.

MOORE, J. Capitalism in the Web of Life. New York: Verso, 2015. Cf. Moore (2015). Muitos dos ensaios de Moore disponível em: <https://jasonwmoore.wordpress.com/> Acesso em: 12 abril 2023.

MOREIRA, A. S. P. (Org.) e de OLIVEIRA, D. C. (Org.) Estudos Interdisciplinares de representação social. 2ed. Goiânia: AB, 2000.

MORIN, E. e KERN, A.B. Terra-Pátria. 2ª edição. Porto Alegre, Sulina. 199,

MOSCA, J. e SELEMANE, T. “Mega-Projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete”, in Desafios Para Moçambique 2012, IESE, Maputo, 2012, pp. 231-255.

MOYSÉS, Gerson, Luis Russo, e MOORI, Roberto Giro. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, avaliação e a aplicação eletrônica de questionário. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 09 a 11 de outubro de 2007. Disponível em:

http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP20073TR660483_9457.pdf . *Mozambique* (Issue August). Acesso em: 01 fev. 2022.

NASCIUTTI, J. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. Série Documenta Eicos, No 7, 1996.

ONU, Objetivos do Milênio. 2000. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

ONYEWUCHI, G., ; OBUMNEKE, E. (2013). Multinational Corporations and the Nigerian Economy. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 3(4), 2222–6990.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Antropologia, Escala e Memória. Arquivos da Memória. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*. n.2, 2007.

PEREIRA JÚNIOR, A. ; Emmanuelle Rodrigues Pereira. Degradação ambiental e a diversidade biológica/biodiversidade: uma revisão integrativa. *Research gate*. 2017.

https://www.researchgate.net/publication/321529864_DEGRADACAO_AMBIENTAL_E_A_DIVERSIDADE_BIOLÓGICABIODIVERSIDADE_UMA_REVISAO_INTEGRATIVA/link/5a2684194585155dd421a7e4/download. DOI: 10.18677/EnciBio_2017B79 ENCICLOPÉDIA

BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.26; p. 2017.

PRONI, MARCELO WEISHAUP. História do capitalismo: uma visão panorâmica. Universidade de Campinas. SP. Cadernos do CESIT, Campinas, n.25, out. 1997. Disponível em: www.eco.unicamp.br/cesit. Acesso em 12 mai. de 2023.

Regulamento da Lei de Terra. Disponível em:

https://www.caicc.org.mz/media/regulamento_lei_terras.pdf . Acesso em: 24 de mai 2022.

Regulamento sobre o Processo De Reassentamento Resultante de Atividades Económicas. Disponível em

em:

https://www.preventionweb.net/files/30404_regulamentodereassentamento04.05.pdf . Acesso em: 24 de mai 2022.

REIS, H. R. (ORG.), BRIGAGÃO, C., VIOLA, E. J., PÁDUA, J. A. E GUIMARÃES, R. P.

Ecologia política mundial. AIRI/PUC-RIO, Rio de Janeiro: VOZES, 1991

Resolução No. 21/2014, de 16 de Maio, Série de 1 de Maio, No. 40, que aprova a política da responsabilidade social do sector mineiro. Boletim da República Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo. Disponível em: <https://furtherafrica.com/2022/08/31/chinese-mining-company-to-build-port-in-mozambique/> Acesso em: 28 nov. 2023.

RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. (How Europe underdeveloped Africa, 1972), São Paulo: BOITEMPO, 2022.

SANTANA, Jacimara Souza. *Tradição Oral do Império de Gaza, Identidade Nyanga e Contestação ao colonialismo no sul de Moçambique (C. 1895-1956)*. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano IX, NºXVI, Janeiro/2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/110348/108919/198266> Acesso em

10 mai. 2023.

SANTOS, MILTON. A natureza do Espaço: técnico e tempo razão e emoção. EDITORA, São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHMALTZ, MARCIA. A morte vista pela comunidade chinesa. *Sibila*, revista de poesia e cultura. 13 nov 2018. Disponível em: <https://sibila.com.br/cultura/a-morte-vista-pela-comunidade-chinesa-2/13357>. Acesso em: 28 set. 2023.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacitações. Lua Nova: revista de cultura e política. No 28. CEDEC, São Paulo, 1993.

SKURNIK, L., GEORGE, F., Iniciação à psicologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SMITH, C. P. Content analysis and narrative analysis. In H. T. Reis ; C. M. Judd (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 313–335). Cambridge University Press. (2000). Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2000-07611-012>. Acesso em: 28 set. 2023.

SOARES, F. V. Hirata, G. Issamu, e Ribas, R. P. O Programa Subsídio de Alimentos em Moçambique: Avaliação da Linha de Base. *Centre for inclusive Growth*. Maio/2010.(14) Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254424632_O_Programa_Subsidio_de_Alimentos_e_m_Mocambique_Avaliacao_da_Linha_de_Base. Acesso em: 10 dez. 2023.

TAVARES, F., VARGAS, R. Processos de subjetivação e consumo: uma perspectiva psicossocial. *Revista Espaço Acadêmico*. n.188-janeiro/2017.

TAVARES, F.; IRVING, M. A. *Natureza S. A.:* o consumo verde na lógica do ecopoder. São Carlos: Rima, 2009.

THIOLLENT, Michel. 1947. Metodologia da pesquisa. 18.ed. SP: Brasil.

THOMAS, K. O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). SP, Brasil, Companhia de Letras. 1993 (tradução: João Roberto Ribeiro) *Man and the natural world changing attitudes in England, 1500-1800*. Inglaterra, Middlesex, Harmondsworth, 1983.

TSING, A. Feral Biologies. Paper for Anthropological Visions of Sustainable Futures, University College London, February 2015.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT. Global Environment Outlook 6: Healthy Planet, Healthy People. Nairobi. 2019. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/27539/GEO6_2019.pdf?sequence=1;isAllowed=y Acesso em: 03 ago. 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Sustainable Urbanization Strategy. New York, 2016. Disponível em:

<https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/sustainable-urbanization-strategy.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

UNITED NATIONS. Convention on Biological Diversity. 1992a. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2022.

UNITED NATIONS. Millenium Development Goals. New York: UN, 2000.

UNITED NATIONS. Paris Agreement. Conference of the Parties Twenty-first session Paris: UN. 12 dez. 2015b. [FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1. 2015b.]. Disponível em: https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_english_.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

UNITED NATIONS. Transforming our world: The 2030 Agenda for sustainable development. Paris: UN. 2015a. [A/RES/70/1. 2015a.]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf> . Acesso em: 12 mai. 2021.

UNITED NATIONS. United Nations Framework Convention on Climate Change (FCCC). 1992b. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em: 21 abril. 2022.

UNEP, UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME. Protected Planet Report 2015. Cambridge: UNEP World Conservation Monitoring: Cambridge (UK), 2016.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742por.pdf>. Acesso em: 21 abril. 2022.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 2002. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 21 abril. 2022.

UNESCO. ONU News. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1654602>. Acesso em ago. 2023.

USAID/SPEED. COHEN, E., SELEMANE, T., ; UMARJI, M.. THE STATE “ S ENGAGEMENT IN BUSINESS IN MOZAMBIQUE. Agost/2014. disponível em: <https://s3.amazonaws.com/rgi-documents/ad0c8c4bd01a3c1e20175614419124d1a24379b2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VASCONCELOS, N. A. (Org). Coletâneas da ANPEPP: Comunidade, meio ambiente e qualidade de vida. Vol. 1. Nr. 3. UERJ, Setembro/1996.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do antropoceno. *Ambiente; Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 233-252. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000200227 ; script=sci_arttext ; tlng=pt. Acesso em: 21 abril 2022

VEIGA, J. E. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

VEIGA-N, A. Olhares. In: COSTA, Marisa. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro. DP ; A, 2002. p. 23-38.

VERMELHO, S. C., VELHO, A, P, M., BONKOVOSKI, A., ; PIROLA, A. Refletindo sobre as redes sociais digitais. *Educ.soc.*35(126), Mar-2014 Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSgCZGVr88rYf/?lang=pt> <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. Acesso em: 1 jun, 2022.

VIRGÍNIA F.. Capitalismo, Crises e conjuntura. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116>. Acesso em: 11 jul 2023.

VYHMEISTER, N. J. Your indispensable guide to writing quality research papers for students of religion and theology. Grand Rapid, MI: Zondervan, 2001.

WICKERY, Elisabeth. Land is Life, Land is Power: Landlessness, Exclusion, and Deprivation in Nepal. Leitner Center for International Law and Justice. 2011, Disponível em: https://www.academia.edu/72479870/Land_is_Life_Land_is_Power_Landlessness_Exclusion_and_Deprivation_in_Nepal?auto=download;email_work_card=download-paper. Acesso em: 31 mai. 2022.

WISH, H. Slavery in the South: a Collection of Contemporary Accounts of the system of Plantation Slavery in the Southern United States in the Eighteenth and Nineteenth Centuries: Noonday Pres a division of Farrar, Straus; Giroux. NY, USA, 5a ed. 1970

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Risks Report 2019, 14th edition. Geneve. 2019. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2019.pdf. Acesso em: 21 abril. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Risks Report 2021, 16th edition. Geneve. 2021. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf. Acesso em: 21 bril 2022.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos, Trad. Daniel Grassi. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, Disponível em <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin->

metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso 23 mai, 2022.

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Identificação	Início	Término
Qualificação	09/01/2023	09/01/2023
Contacto	20/10/2022	10/12/2023
Entrevistas com Participantes	10/01/2023	10/05/2023
Levantamento Bibliográfico	07/10/2022	10/12/2023
Análise de dados	10/03/2023	10/09/2023
Escrita da Tese	11/01/2023	10/12/2023
Defesa	25/01/2024	25/01/2024

Fonte: autor (2021)

APÊNDICE B ORÇAMENTO DO PROJETO DE TESE

N/ O	Descrição	Quantidades	Preço Unit ário	Total
1	Gasolina	40 L	87.00	3,480.00
2	Caneta	1	10.00	10.00
3	Borracha	1	10.00	10.00
4	Caderno	4	70.00	70.00
5	Folhas A4	1	1600.00	1,600.00
6	Internet	1	2000.00	4,000.00
7	Comunicação	2	2000.00	4,000.00
8	Impressão do trabalho	4	2.50	2,000.00
9	Álcool Gel	5	250.00	1,250.00
10	Viagem para Brasil	2 ida e volta	5000.00	100,000.00
11	Máscaras	3 embalagens	200.00	1,000.00
12	Total	9		MZM 117,42 0.00
				\$ 9.480,98

ANEXO A - MODELO DO REGISTO DE CONSENTIMENT LIVRE ESCLARECIDO (RCLE)

Informação aos participantes

- 1) Título do protocolo do estudo: Sustentabilidade e transformação das comunidades rurais resultante das ações de mineração do distrito de Chibuto, Província de Gaza.
- 2) Convite

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa Sustentabilidade e transformação das comunidades rurais resultante das ações de mineração em Chibuto. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito, e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. O projecto consiste em estudar a sustentabilidade do reassentamento das populações das suas zonas de origem ao novo Bairro de Nwahamuza, e este visa analisar a transformação das famílias resultante das acções de mineração. O Sr. (a) foi escolhido porque é uma pessoa importante para que possa compreender o objectivo deste estudo, é confrontar os ouvir dizer com a realidade vivida por vocês em todo este processo. Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar, você deverá assinar este registo e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades em qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo. A participação do participante é para contar sua experiência sobre o processo que levou no vosso reassentamento. Este estudo vai ser publicado na página da universidade depois da defesa, e qualquer pessoa poderá ter o acesso. Os seus nomes não constarão no estudo para evitar qualquer represália por terceiros. Espera-se que, com o este estudo, os reassentados expandam sua cosmovisão no tocante aos processos em volta de reassentamentos, e contribua-se para futuras pesquisas na área, divulgação de suas experiências ao mundo, possível uso para tomada de decisões. Os resultados serão divulgados em forma de Tese de Doutorado, e possível apresentação

do resultado da tese às comunidades reassentadas e ficará disponível para consulta no *site* do Programa EICOS/UFRJ.

Pesquisador Responsável: _____.

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação/EICOS/Instituto de Psicologia.

Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH-Campus da UFRJ da Praia Vermelha- Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – e-mails: cep.cfch@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projecto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

- 1- Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.
- 2- Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar de explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.
- 3- Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome _____ do participante:

_____ Assinatura do participante:

_____ Data:

_____/____/____

OBS: duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

ANEXO B - GOOGLE MAPS FOTOS CHIBUTO

Foto 16 - Mina de areias pesadas da Dingsheng em Chibuto



Foto 17 - Zona de origem dos povoados reassentados



Foto 18 - Zona de origem dos povoados reassentados



Foto 19 - Novo bairro de reassentamento

